

UFRRJ

**INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/ INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

DISSERTAÇÃO

**FEIRA CRIAS DA BXD: A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE
PROTAGONISMO FEMININO NA BAIXADA FLUMINENSE**

JULIANA DE ARAÚJO GALLO

2023



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO / INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO,
CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**

**FEIRA CRIAS DA BXD: A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE
PROTAGONISMO FEMININO NA BAIXADA FLUMINENSE**

JULIANA DE ARAÚJO GALLO

Sob a Orientação da Professora
Rosângela Malachias

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Educação**, no Curso de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

Seropédica/Nova Iguaçu, RJ
Fevereiro de 2023

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo (a) autor(a)

G172f Gallo, Juliana de Araújo , 1990-

Feira Crias da BXD: a construção de espaços de protagonismo feminino na Baixada Fluminense /Juliana de Araújo Gallo. - Seropédica; Nova Iguaçu, 2023.
80 f.: il.

Orientadora: Rosangela Malachias.
Dissertação (Mestrado). -- Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, 2023.

1. Feira Crias da BXD. 2. Protagonismo Feminino.
3. Baixada Fluminense. 4. Empreendedoras periféricas.
5. Interseccionalidade. I. Malachias, Rosangela, 1962 , orient. II Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Programa de Pós-graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares III. Título.



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS
CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES**



TERMO Nº 215 / 2023 - PPGEDUC (12.28.01.00.00.00.20)

Nº do Protocolo: 23083.013918/2023-46

Seropédica-RJ, 10 de março de 2023.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO

INSTITUTO DE EDUCAÇÃO/INSTITUTO MULTIDISCIPLINAR

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CONTEXTOS CONTEMPORÂNEOS E DEMANDAS POPULARES

JULIANA DE ARAÚJO GALLO

Dissertação submetida como requisito parcial para a obtenção do grau de **Mestra**, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares, Área de Concentração em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 06/02/2023

Membros da banca:

ROSANGELA MALACHIAS. Dra. UFRRJ (Orientadora/Presidente da Banca).

ANA MARIA MARQUES SANTOS. Dra. UFRRJ (Examinadora Interna).

GIOVANNA MARAFON. Dra. UERJ (Examinadora Externa à Instituição).

STEPHANIE VIRGINIA REIST. Dra. SU (Examinadora Externa à Instituição).

(Assinado digitalmente em 10/03/2023 22:49)

ANA MARIA MARQUES SANTOS
PROFESSOR DO MAGISTERIO SUPERIOR
DeptES (12.28.01.00.00.86)
Matricula: 1545891

(Assinado digitalmente em 11/03/2023 23:33)

STEPHANIE VIRGINIA REIST
ASSINANTE EXTERNO
Passaporte: 488241778

(Assinado digitalmente em 10/03/2023 18:59)

ROSANGELA MALACHIAS
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 039.198.618-09

(Assinado digitalmente em 15/03/2023 12:30)

GIOVANNA MARAFON
ASSINANTE EXTERNO
CPF: 033.445.269-44

Visualize o documento original em <https://sipac.ufrj.br/public/documentos/index.jsp> informando seu número: **215**, ano: **2023**, tipo: **TERMO**, data de emissão: **10/03/2023** e o código de verificação: **c0420fa7c9**

DEDICATÓRIA

Uma mulher periférica não é nada sem sua rede de apoio. Como diz a filosofia africana do ubuntu: eu sou porque nós somos!

Finalmente respiro com alívio e dedico este trabalho aos meus amigos que me ampararam durante esse período em que a vida foi atravessada pelo mestrado, e o mestrado foi atravessado por uma pandemia global, tornando esse processo ainda mais difícil e solitário.

Nívea, Nathália e Cássia, que dividiram comigo o teto durante o distanciamento social, as tardes com conversa, bolo e cafezinho e tantos momentos de cuidado. Lesbocentrar é bom demais!

Fauston, Alice, Ana Paula, Raiane, Sophia e tantas outras pessoas queridas, que admiro e que sempre me trazem de volta para mim.

Minha psicanalista Tânia Dias, pois a saúde mental precisou de muita atenção.

Meus bichinhos de estimação que preenchem a casa, a cama e o coração.

Minha mãe, Joana d'arc, que me apresentou a universidade durante sua graduação em psicologia, sonhou e investiu para que eu também ocupasse esse lugar.

Mal posso acreditar que estou encerrando esse ciclo e com orgulho do que produzi.

AGRADECIMENTOS

Muitas mulheres foram fundamentais na concepção deste trabalho. As intelectuais que me inspiraram e me deram respaldo para a escrita e as que diretamente contribuíram na elaboração da Crias da BXD e desta pesquisa.

Thaís Costa, amiga que gerou este projeto tão especial junto a mim e me apoiou a ingressar no mestrado.

Rosangela Malachias, minha primeira orientadora, de quem fui a primeira orientanda de pós-graduação. Aprendemos uma com a outra.

Ana Marques, Giovanna Marafon e Stephanie Virginia Reist compuseram uma banca afetuosa, para a qual foram convidadas igualmente com afeto. Contribuíram imensamente nas escolhas metodológicas, questionaram conceitos, concederam sugestões partindo de suas perspectivas teóricas e me fortaleceram a permanecer no processo de escrita.

Joyce Gachet da Silva, que se dedicou em realizar as entrevistas, se disponibilizou a colaborar com a organização deste trabalho e me deu grande suporte emocional em meio a tantas conversas.

Márcia Favaro, Monalisa Moreira e Thaianer Cerqueira, me enche de orgulho trazer vocês para compor esta escrita, bem como vocês construíram a Feira Crias da BXD comigo. Obrigada por concederem as entrevistas!

Carolina Ponciano, que auxiliou na revisão gramatical.

E ao fomento da CAPES, que me possibilitou sobreviver mestranda em meio à pandemia de Covid-19.

Sou imensamente grata a todas vocês!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Finance Code 001.

Quem nos deu permissão para praticar o ato de escrever? Por que escrever parece tão artificial para mim? Eu faço qualquer coisa para adiar este ato — esvazio o lixo, atendo o telefone.

Como é difícil, para nós, pensar que podemos escolher tornar-nos escritoras, muito mais sentir e acreditar que podemos! O que temos para contribuir, para dar? Nossas próprias expectativas nos condicionam. Não nos dizem a nossa classe, a nossa cultura e também o homem branco, que escrever não é para mulheres como nós?

Penso, sim, talvez, se formos à universidade. Talvez, se nos tornarmos mulheres-homens ou tão classe média quanto pudermos. Talvez, se deixarmos de amar as mulheres sejamos dignas de ter alguma coisa para dizer que valha a pena.

Finalmente, escrevo porque tenho medo de escrever, mas tenho um medo maior de não escrever.

Distrações todas — alguma coisa me acontece quando estou concentrada no escrever, quando estou quase chegando lá — aquele sótão escuro onde alguma “coisa” está propensa a pular e precipitar-se sobre mim. As formas com que subverto o escrever são muitas. A maneira como não tiro água da fonte e nem aprendo a fazer o moinho de vento girar.

Faz total sentido, para mim, minha resistência ao ato de escrever, ao compromisso da escrita. Escrever é confrontar nossos próprios demônios, olhá-los de frente e viver para falar sobre eles. O medo age como um ímã, ele atrai os demônios para fora dos armários e para dentro da tinta de nossas canetas.

Gloria Anzaldúa, 1980.

Mulheres, organizem-se, priorizem mulheres e escrevam.

RESUMO

GALLO, Juliana de Araújo. **Feira Crias Da Bxd: A Construção de Espaços de Protagonismo Feminino na Baixada Fluminense**. 2023. 80p. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares), Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

A pesquisa reporta o histórico e a trajetória da Feira Crias da BXD, que ocorre em locais públicos e zonas centrais de municípios da Baixada Fluminense (BF), possibilitando a articulação de diversas temáticas, que se encontram imbricadas em todas as esferas do projeto. Por se tratar de uma feira caracterizada pelo protagonismo das mulheres, questões referentes a espaços demográficos e simbólicos, como gênero, classe, raça, sexualidade e trabalho são algumas das pautas fundamentais. Sendo assim, o percurso pesquisado aborda temas como os estigmas e estereótipos que acometem a região da BF e seus índices alarmantes de violência contra a mulher; a importância da autonomia feminina como ferramenta de combate às violências e a formação de redes de apoio e fortalecimento entre mulheres empreendedoras periféricas. O conceito de Interseccionalidade (COLLINS e BILGE, 2021) é base de análise teórica. Busca-se compreender a importância da construção de movimentos como este no território da Baixada Fluminense. O estudo, demarcado por subjetividades de uma pesquisadora “em ação” e suas memórias, evidencia que não há uma conclusão, mas sim a abertura para a vivência de possibilidades locais e globais, pedagógicas, educativas, artísticas, culturais e solidárias entre mulheres periféricas.

Palavras-chave: Feira CRIAS da BXD; Protagonismo Feminino; Interseccionalidade; Baixada Fluminense.

ABSTRACT

GALLO, Juliana de Araújo. **Crias Da Bxd Fair: The Construction of Spaces of Feminine Protagonism in Baixada Fluminense**. 2023. 80p. Dissertation (Master in Education, Contemporary Contexts and Popular Demands). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

The research relates the history and trajectory of the Crias da BXD Fair, which occurs in public spaces and central areas of the municipalities of the Baixada Fluminense (BF), enabling the articulation of various themes, which are intertwined in all areas of the draft. As it is a fair characterized by the leading role of women, issues related to demographic and symbolic spaces, such as gender, class, race, sexuality and work, are some of the fundamental guidelines. Therefore, the investigated course addresses issues such as stigmas and stereotypes, which affect the BF region and its alarming rates of violence against women; the importance of female autonomy as a tool to combat violence and the formation of support and strengthening networks between entrepreneurial and peripheral women. The concept of intersectionality (COLLINS and BILGE, 2021) is the basis of the theoretical analysis. It seeks to understand the importance of building movements like this in the Baixada Fluminense territory. The study, delimited by the subjectivities of a researcher in "action" and her memories, shows that there is no conclusion, but an opening for the experience of local and global pedagogical, educational, artistic, cultural and supportive possibilities among peripheral women.

Keywords: CRIAS DA BXD Fair; Female Protagonism; Intersectionality; Baixada Fluminense.

RESUMEN

GALLO, Juliana de Araújo. **Feria Crias Da Bxd: La Construcción de Espacios de Protagonismo Femenino en la Baixada Fluminense**. 2023. 80p. Disertación (Maestría en Educación, Contextos Contemporáneos y Demandas Populares). Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica/Nova Iguaçu, RJ, 2023.

La investigación relata la historia y la trayectoria de la Feria Crias da BXD, que sucede en lugares públicos y áreas centrales de municipios de la Baixada Fluminense (BF), posibilitando la articulación de varias temáticas, que se entrelazan en todos los ámbitos del proyecto. Al tratarse de una feria caracterizada por el protagonismo de la mujer, temas relacionados con espacios demográficos y simbólicos, como género, clase, raza, sexualidad y trabajo, son algunos de los lineamientos fundamentales. Así, la investigación aborda temas como los estigmas y estereotipos que afectan a las regiones de BF y sus alarmantes índices de violencia contra las mujeres; la importancia de la autonomía femenina como herramienta para combatir la violencia y la formación de redes de apoyo y fortalecimiento entre mujeres emprendedoras periféricas. El concepto de Interseccionalidad (COLLINS y BILGE, 2021) es la base del análisis teórico. Buscamos entender la importancia de construir movimientos como este en el territorio de la Baixada Fluminense. El estudio, delimitado por las subjetividades de una investigadora “en acción” y sus memorias, muestra que no hay conclusión, sino la apertura para la experiencia de posibilidades locales y globales, educativas, artísticas, culturales y solidarias entre mujeres periféricas.

Palabras clave: Feria CRIAS de BXD; Protagonismo Femenino; Interseccionalidad; Baixada Fluminense.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Localização geográfica do estado do Rio de Janeiro no mapa do Brasil16
Figura 2 -	Localização geográfica dos municípios da Baixada Fluminense no mapa do estado do Rio de Janeiro17
Figuras 3 e 4 -	Fotos da área de convivência, na edição de outubro de 2019, em Nova Iguaçu38
Figura 5 -	Gráfico representando a quantidade de inscritas por faixa etária40
Figura 6 -	Gráfico representando o percentual de inscritas por município41
Figura 7 -	Gráfico representando o percentual de inscritas por segmentos41
Figura 8 -	Foto de um dos adesivos com a <i>hashtag</i> “compre de uma mulher”.....44
Figuras 9 e 10 -	Fotos dos cartazes posicionados em <i>stands</i> da feira45
Figura 11 -	Logotipos dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.53
Figura 12 -	Cartaz de divulgação da campanha “Dia Laranja”57
Figura 13-	Cartaz de divulgação da campanha “Planeta 50-50”.....58

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Perfil das entrevistadas	14
Quadro 2 - Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que compõem a Agenda 2030	53
Quadro 3 - Metas do ODS 5	54
Quadro 4 - Metas que fazem referência direta às pautas das mulheres	56
Quadro 5 - Propostas da Agenda Rio 2030 sobre Racismo e Sexismo	60

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 CAPÍTULO I SER MULHER NA BAIXADA FLUMINENSE	15
2.1. Geografias racializadas: Etnografia e a estigmatização do território	15
2.2. A violência contra a mulher na Baixada Fluminense	24
2.3. Controvérsias conceituais e práxis emancipatórias para as mulheres	26
2.4. Mulheres periféricas empreendedoras	29
3 CAPÍTULO II FEIRA CRIAS DA BXD: TRAÇANDO UM HISTÓRICO	36
3.1. A origem do projeto	36
3.2. A pré-produção e os critérios de seleção das expositoras participantes	39
3.3. O desenvolvimento do projeto em suas quatro edições	45
3.4. Impactos da pandemia de COVID-19	48
4 CAPÍTULO III DO LOCAL PARA O GLOBAL	51
4.1. Direitos das mulheres e a Agenda 2030	52
4.2. Racismo e a Agenda 2030 na Baixada Fluminense	58
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	65
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	67
7 ANEXOS	73

INTRODUÇÃO

Esta dissertação está organizada em 3 capítulos: o primeiro contextualiza geopoliticamente o território da Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil, para a melhor compreensão do que é ser mulher nesta região e uma introdução de como emerge a Feira Crias da BXD; o segundo capítulo traz o histórico do projeto; e o terceiro posiciona a mobilização feminina em agendas locais e globais.

A Feira Crias da BXD consiste em um projeto elaborado por esta autora, em formato de feira cultural e realizado em espaços públicos da Baixada Fluminense entre os anos de 2019 e 2020. Como idealizadora tive os objetivos de propiciar um espaço de protagonismo de mulheres microempreendedoras deste território e de oportunizar a formação de redes de apoio entre elas.

Participam da Crias da BXD mulheres de diferentes faixas etárias, raças e sexualidades, unindo as multiplicidades que as trabalhadoras independentes da Baixada Fluminense apresentam, para que, dessa forma, o espaço seja democrático, inclusivo e representativo.

O projeto surge na elaboração do meu trabalho de conclusão do curso “Formação Docente em Comunicação, Cultura e Arte”, realizado no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ) - Campus Belford Roxo, no período de março a junho de 2019. A primeira edição da Feira Crias da BXD ocorreu em junho de 2019, no Instituto Multidisciplinar (IM), *campus* Nova Iguaçu da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Posteriormente migrou para outros espaços públicos dos municípios de Nova Iguaçu e Duque de Caxias, na Baixada Fluminense (RJ); e retornou ao ambiente acadêmico quando ingressei no mestrado, transformando-o em eixo articulador das temáticas desta pesquisa.

Cabe ressaltar que a pesquisa abriga as memórias (LEÃO, 2016) de uma pesquisadora proponente e participante da ação objeto da investigação, bem como as vozes de outras empreendedoras que participaram da Feira Crias da BXD. E são essas vozes que, em conjunto com o arcabouço teórico, contextualizam geopoliticamente a Baixada Fluminense. Sob uma análise interseccional (COLLINS e BILGE, 2021), se faz possível o aprofundamento do conhecimento acerca das especificidades destas mulheres e a legitimidade da construção de um conhecimento onde sejam elas as protagonistas.

Por meio da memória-conservação (PRADO e SOLIGO, 2017), cumpre-se o objetivo de registrar o projeto e suas ações, visto que o estado da arte mostrou que ainda são poucos os trabalhos acadêmicos sobre feiras de mulheres de cunho feminista; e pela memória-recordação (PRADO e SOLIGO, 2017) espera-se manter latente essa movimentação política, como forma de seguir atuante, ainda que a feira tenha sido interrompida pela conjuntura pandêmica.

Orientam o percurso da investigação os questionamentos sobre os efeitos da insurgência de movimentos como este, considerando a territorialidade e a multidimensionalidade das opressões que acometem as vivências das mulheres; a atuação de agendas globais na redução da desigualdade de gênero; e, ainda, os efeitos do neoliberalismo nas lutas (individuais e coletivas) das mulheres.

Quanto às escolhas metodológicas, trata-se de uma pesquisa qualitativa, do tipo Pesquisa-Ação Participativa (PAP), em que “os pressupostos epistemológicos consideram que o entendimento autêntico dos problemas sociais exige o conhecimento de pessoas diretamente afetadas por eles” (COLLINS e BILGE, 2021, p. 84). As três dimensões constitutivas da proposta da PAP são a ação transformadora, a produção de conhecimentos e a participação (SOUZA, 2007, p.73).

Os principais instrumentos utilizados na pesquisa foram: (1) consulta de livros, artigos, teses, textos jornalísticos, páginas na internet e/ou redes sociais, fotos, vídeos e demais documentos da Feira Crias da BXD; (2) entrevistas com 3 mulheres participantes da ação.

As entrevistas foram realizadas de maneira *online*, pela plataforma do Zoom, que possibilita gravação gratuita das chamadas de vídeo, por preferência das próprias entrevistadas, que possuíam acesso à internet e a equipamentos como computadores e/ou celulares. Foram convidadas 12 mulheres participantes como expositoras de, pelo menos, uma edição da feira Crias da BXD. Contudo, apenas 3 delas concederam a entrevista. O aceite do termo de consentimento de utilização de imagem (disponível no anexo I) foi registrado por gravação em vídeo e a entrevistadora foi a pedagoga e pesquisadora Joyce Gachet da Silva, que utilizou como guia o roteiro semiestruturado (consultar no anexo I) e previamente elaborado por esta autora, com questões pertinentes aos problemas desta investigação.

O critério para a seleção das entrevistadas se baseou na busca por pluralidade nos relatos, incorporando nos capítulos diferentes perspectivas de um mesmo grupo, denominado aqui como “mulheres empreendedoras periféricas”. Dessa forma, como acompanhei a trajetória de todas as expositoras da feira, desde o primeiro contato em busca da inscrição, até os dias do evento e na posteridade, se fez possível convidar mulheres com diferentes faixas etárias; ramos de empreendimento; negras e brancas; lésbicas, bi e heterossexuais; com diferentes crenças religiosas; mães ou não; e diferentes níveis de escolaridade. Portanto, unindo esses critérios, a disponibilidade e o interesse das convidadas em participar desta pesquisa, são apresentados no quadro 1 breves perfis das mulheres participantes.

Quadro 1- Perfil das entrevistadas

Nome	Marcia Ribeiro Favaro	Monalisa Moreira	Thaiane Cerqueira de Oliveira
Idade	53 anos	32 anos	23 anos
Raça	Branca	Branca	Negra
Profissão	Pedagoga	Designer de moda	Técnico em Produção de Moda/ Cuidadora de idosos
Município em que reside	Nova Iguaçu	São João de Meriti	São João de Meriti
Marca	Arts Favaro - confecção de velas e saboaria artesanais	Mona Moreira Acessórios - criação e produção de acessórios	Criarte - customização de roupas, utilizando técnicas de pintura
Considerando que a última edição da feira Crias da BXD aconteceu no ano de 2020, a entrevistada atualmente segue com o empreendimento?	Sim	Sim	Não

Os relatos concedidos nas entrevistas foram incorporados no decorrer do texto deste trabalho de pesquisa, pois as vozes de Marcia, Monalisa e Thaiane não estão à parte, mas

formam parte da produção do conhecimento. A intelectualidade e as experiências destas mulheres são valorizadas, visto que são elas as representantes de uma movimentação feminista singular, um feminismo periférico, mas da Baixada Fluminense - RJ. Elas se identificaram com a proposta da Crias da BXD e se sentiram pertencentes naquele espaço-tempo voltado às mulheres da Baixada que buscam sua autonomia e expressam sua criatividade. Por isso, considero que sejam mulheres feministas. Além de feministas, suas relações com o território onde vivem (que foram pautadas com centralidade em suas falas), transmitem uma perspectiva própria que precisa vir à tona para que feiras e outros eventos, atos de coletivos independentes e políticas públicas sejam mais bem contextualizados e correspondam às demandas de quem é público-alvo das ações.

Ou seja, a “experiência como categoria analítica nos permite localizar as ideias em seus contextos históricos e sociais” (OLIVEIRA, 2019). Na análise teórica, as falas das entrevistadas podem contrapor o conhecimento hegemônico, possibilitando uma outra compreensão da realidade. Assim nasceram as teorias feministas: inicialmente um feminismo branco e elitista do norte global, mas que levantou pautas com base nas reivindicações das mulheres quanto grupo socialmente oprimido; logo, intelectuais negras trabalhadoras (Sojourner Truth (1851); Davis (1981)), por meio de suas experiências, denunciaram o racismo na luta feminista e elaboraram suas próprias pautas, com base na análise crítica de suas experiências; mulheres negras lésbicas estadunidenses (Combahee River (1977); Lorde (1980)) também manifestaram suas demandas, já que além da misoginia e racismo, também sofriam lesbofobia; mulheres do sul global demonstraram que nenhum desses feminismos as contemplavam, surgindo assim teorias feministas latinas, indígenas e o feminismo negro brasileiro (Gonzalez (1983)), com agendas próprias.

A história do feminismo evolui dessa forma: mulheres com diferentes experiências se organizam e exigem que suas vozes sejam ouvidas, elaboram análises teóricas importantíssimas para o avanço científico e trazem ao mundo seus manifestos, propostas e ações em busca de justiça social. Sendo assim, para a elaboração deste trabalho, são ponderadas as experiências e memórias de mulheres empreendedoras na Baixada Fluminense.

2 CAPÍTULO I SER MULHER NA BAIXADA FLUMINENSE

Ao idealizar e realizar um projeto voltado para mulheres da Baixada Fluminense, é imprescindível buscar informações sobre o que é ser mulher nesse local. Essa compreensão foi trazida pela leitura de referenciais teóricos, pela escuta contínua das percepções de outras mulheres — dando enfoque às empreendedoras participantes da Crias da BXD —, além da minha trajetória como moradora da localidade. Portanto, neste capítulo serão discutidos alguns dos aspectos estruturais que permeiam a vivência de mulheres e empreendedoras na Baixada Fluminense.

2.1 Geografias Racializadas: Etnografia e a Estigmatização do Território

São muitas as definições existentes sobre pertencimento ou a significação de território, uma vez que aspectos culturais, políticos, geográficos e sociais devem ser levados em consideração. A partir disso, resulta-se a dificuldade de definir essa concepção de modo mais abrangente, pois as memórias, as raízes, o pertencimento são, de modo geral, particular aos sujeitos.

Levando em consideração a geografia, Robert Sack (2011) conceitua o território como um tipo de lugar onde esforços de controle e influências são necessários. Segundo o autor, “circunscrever coisas no espaço, por meio de mapas, não cria por si um território, pois essa delimitação somente se torna um território quando seus limites são usados para afetar o comportamento ao controlar o acesso” (SACK, 2011, p. 77). Sendo assim, os objetos e as relações de determinado território são controladas por indivíduos não pertencentes àquela área, bastando apenas o estabelecimento da territorialidade.

Para tal, o autor afirma que a territorialidade é uma expressão geográfica primária de poder social. É o meio pelo qual espaço e sociedade estão inter-relacionados. Desse modo, as mudanças da territorialidade auxiliam no entendimento das relações históricas entre sociedade, espaço e tempo” (SACK, 2011, p. 63). A formação de espaços está, em tese, motivada pelo poder, pela construção da identidade e pelo pertencimento de um povo ao território.

Fenômeno similar parece ocorrer no entendimento do território ou nos limites e definições do que é a Baixada Fluminense, foco de análise e atenção deste estudo. Para Alves (1998, p. 09), o aspecto geográfico está integralmente associado ao político e social, nas construções do que é entendido pela Baixada Fluminense. Geograficamente, considera-se Baixada Fluminense toda região de planícies que se estende entre o litoral e a Serra do Mar, região que vai de Campos até Itaguaí. Nesse sentido é importante pontuar que o território entendido aqui como Baixada Fluminense compreende os municípios que estão ao norte da cidade do Rio de Janeiro, sendo eles: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica, como delimitado na figura 2.



Figura 1: localização geográfica do estado do Rio de Janeiro no mapa do Brasil. Fonte: <http://mpeduc.mp.br/admin/antes-e-depois/mapa-antes-e-depois-fundo-rj.png/view>

MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO



Figura 2: localização geográfica dos municípios da Baixada Fluminense no mapa do estado do Rio de Janeiro.

Segundo Alves (1998), as primeiras informações, memórias e relatos de viajantes — de cunho histórico — sobre a Baixada Fluminense, atribui sua ocupação do período colonial até o início do século XIX. Pode-se dizer que o crescimento acelerado da região se deu após a década de 1930, com as construções das rodovias Presidente Dutra e Washington Luís, que geraram um intenso processo de migração e ocupação dos municípios (SESC Rio, 2022).

Outro ponto importante nesse processo de formação da Baixada Fluminense, se dá, de acordo com Alves (1998, p.11), a partir da segunda metade dos anos de 1970, quando acontece a fusão entre o estado da Guanabara e do Rio de Janeiro, movimentando eixos econômicos e políticos do que viria a ser a Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Ocorre que, estudos com enfoque na relação núcleo-periferia passam a mostrar as deficiências de infraestrutura, o elevado abandono do poder público e as mais diversas vulnerabilidades da população desses municípios.

É, portanto, observando a formação histórica da Baixada Fluminense, que se pode entender como as violências sempre tiveram espaço ali. Assim, ela não é somente caracterizada por uma forma, mas uma vasta gama de violações e privações de direitos em múltiplos sentidos. Conforme pontua Alves (1998),

a dominação dos senhores de engenho e a construção de um poder político público local; a relação desses senhores com os quilombos e a decadência da região; a reincorporação urbana da Baixada como periferia e a reestruturação política local, a partir dos anos 30; todos estes tópicos acabam por descrever a história das múltiplas formas de segregação e dominação a que foram submetidos diferentes setores sociais: escravos, não-escravos pobres, pequenos proprietários; trabalhadores rurais; arrendatários; trabalhadores urbanos; eleitores, negros e menores; vítimas preferências das execuções sumárias; grupos políticos derrotados, população desassistida pelo Estado etc. (ALVES, 1998, p. 15)

O que se observa é que as relações de poder na Baixada Fluminense, principalmente do Estado e dos modos de vivências operacionalizados por ele e pelas políticas setoriais é, em grande medida, uma concretização de formas instrumentais de violências.

Nesse sentido, a formação dos territórios que se entende aqui por Baixada Fluminense compreende inúmeras dinâmicas que estão associadas a esferas sociais, políticas, econômicas, culturais e que contribuem para a construção de identidade nos indivíduos que pertencem àquele lugar. Em resumo, são essas esferas que constroem a territorialidade na região, bem como a estigmatização, quando visto pelos que estão de fora.

A Baixada constitui um território marcado pela violência, que se alastra até os dias atuais. Nota-se que uma construção, como a indicada acima, não é algo que surge abruptamente, posto que requer hierarquias de poder, dominação do saber e modos de vida, além de tempo histórico.

O fenômeno de demarcação dos indivíduos com base no território em que eles residem pode ser interpretado como uma condição de acesso ao poder social, econômico e político, gerando a construção e definição de estereótipos, cujo objetivo central está em promover a desaprovação ou rejeição de outras pessoas. Nos territórios da Baixada Fluminense, por conta da falta de políticas públicas e pelo conjunto de ações violentas, isso ocorre de forma perversa. O estigma que se construiu é mostrado amplamente pela mídia e por moradores da capital, Rio de Janeiro. Essas ações promovem uma discriminação de tudo que vem da Baixada, principalmente a arte e os artistas, as pessoas e os profissionais.

Marcia Ribeiro Favaro, mulher branca, 53 anos, pedagoga, moradora de Nova Iguaçu, artesã e uma das expositoras da Feira Crias da BXD que concederam entrevista para colaborar com esse trabalho de pesquisa, cita que um dos aspectos negativos de ser moradora da Baixada é que

“a gente não é visto com bons olhos. Quando você diz que mora na Baixada Fluminense tem sempre aquela coisa das pessoas acharem que a gente não é uma boa pessoa, que a gente tem envolvimento com bandido. Ainda mais se a pessoa mora próximo à Belford Roxo, aí a coisa se agrava um pouquinho mais” (Thaiane Cerqueira, 2022, em entrevista).

O Manifesto II do Fórum Grita Baixada¹, lançado em 30 de Abril de 2022, data em que se comemora o Dia da Baixada, apresenta a seguinte afirmação sobre este território:

a Baixada Fluminense é capaz de despertar, não apenas múltiplas sensações, como também suscitar múltiplas histórias. As sensações cotidianamente sentidas por seus moradores e que são contadas nos mais diversos veículos de informação estão comumente ligadas ao medo, à violência e à infraestrutura precária que permeia bairros e cidades inteiras, raramente são capazes de contar a história sob uma perspectiva cultural, da identidade, dos movimentos que resistem e de um imenso patrimônio natural que forma nosso território e conforma nossas raízes (FÓRUM GRITA BAIXADA, 2022).

Ainda que essas afirmações decorram das intensas e recorrentes violações de direitos e da desigualdade social e confirmem o processo de invisibilização do qual se origina a Baixada Fluminense, Marcia Favaro contrapõe essa narrativa ao dizer, em entrevista:

¹ Iniciado em 2012, o Fórum Grita Baixada é um movimento social, constituído por uma rede de organizações e pessoas da sociedade civil articuladas em prol de iniciativas voltadas aos direitos humanos, justiça e a uma política de segurança pública cidadã para a Baixada Fluminense. Em busca de promover uma cultura de valorização da vida por meio de uma política de segurança pública com cidadania e garantia de direitos e ser reconhecido nacionalmente como movimento social de referência na discussão de direitos humanos e segurança pública com cidadania na Baixada Fluminense (Fonte: forumgritabaixada.org.br).

“tenho muito orgulho de viver na Baixada, admiro muito a Baixada Fluminense, principalmente Nova Iguaçu, onde cresci. Admiro muito! A gente tem teatro, a gente tem cinema, temos dois shoppings maravilhosos. [...] O orgulho é enorme! Não sairia daqui nem que eu tivesse muito dinheiro”.

Embora seja de suma importância o resgate da autoestima da população fluminense e a ruptura desses estereótipos negativos, analisar a historicidade da ocupação da Baixada nos ajuda a compreender o contexto atual e a atuar politicamente de maneira mais bem direcionada.

Alves (2020) demonstra que “a dinâmica de violência da Baixada Fluminense remonta aos anos de 1960, com ações de grupos de extermínio, que posteriormente derivou para matadores civis, e ainda, mais tarde, no aparecimento das milícias”. Além disso, a reforma urbana feita na cidade do Rio de Janeiro, no início do século XX, obrigou um enorme contingente de pessoas a migrar para outras áreas, dentre elas, as cidades da Baixada Fluminense.

A violência na Baixada configura uma dinâmica de inoperância do Estado, resquício do passado coronelista, e atinge fortemente tanto os atores políticos quanto à população, de modo geral. Sobre isso, o livro “Violência e Política na Baixada Fluminense”, organizado pelo Observatório de Favelas (2021), mostra como a violência contra atores políticos é algo comum nos municípios da Baixada. Entre 2012 e 2020 foram identificados 43 casos de assassinatos dessa natureza. Isso significa, em resumo, que a cada 50 dias, um candidato ou político é assassinado nesses territórios. Os dados analisados pela pesquisa mostram que aqueles que moram ou conhecem a realidade desses territórios há muito já têm dimensão: a perversa presença da violência, sobretudo a letal, como um recorrente instrumento de organização das relações de poder.

O poder de matar se torna, assim, parte do capital político mobilizado por políticos locais e, simultânea e conseqüentemente, é um instrumento de regulação das relações de poder utilizado para a eliminação de concorrentes e a delimitação de áreas de controle e influência política. Uma hipótese correlata a esta avalia que os modos de utilização do poder de matar como instrumento da política também compreendem um aspecto explicativo das dinâmicas dos homicídios em geral nas regiões de interesse da pesquisa. O poder de matar é, assim, um meio de aquisição de mercados ilegais e de mercados políticos. Exercido contra adversários políticos, este poder é o topo de uma cadeia na qual as armas são um instrumento de dominação local (RODRIGUES, 2021, p. 08).

Essa configuração das relações de poder traz referências de como as dinâmicas foram permeadas desde as primeiras formas de organização e controles de terras do Brasil Colônia, onde os Barões e Coronéis ditavam as leis, regras, política, hábitos e costumes, influências essas de um passado que ainda é assustadoramente mantido. Fenômeno igual, em termos de herança, acontece na forma de dominação, que em algum nível teórico, esteja ligado a também herança das múltiplas discriminações que vivem as mulheres, principalmente as negras e faveladas.

Em entrevista ao Fórum Grita Baixada, a assistente social Marilza Barbosa Floriano, moradora de Duque de Caxias, descreveu como é ser moradora da Baixada Fluminense. Segundo Marilza,

ser mulher negra e favelada na Baixada Fluminense é uma batalha cotidiana, pois sofremos com a ausência de investimentos em políticas públicas e a violação de direitos básicos. Em inúmeros bairros, sofremos com a falta de saneamento básico, creches, escolas e postos de saúde, além da mobilidade que é limitador para conseguirmos um emprego, consulta médica, ter acesso a cultura, lazer entre outros direitos, devido ao custo absurdo das passagens. São desafios históricos impostos à população da Baixada Fluminense e principalmente às mulheres negras que precisam lutar pela sobrevivência desde o nascimento, pois, muitas de nós somos

responsáveis por prover a casa desde cedo (Fórum Grita Baixada, 2019).

As mulheres negras sofrem com a dupla opressão, resultado da associação entre racismo e machismo. São elas, a maior parte dos analfabetos ou semianalfabetos no Brasil, as que recebem menos, as desempregadas e, além disso, são as maiores vítimas de violência e feminicídio. As mulheres negras, 28% da população brasileira (LOURENÇO e FRANCO, 2021, p.167), são vítimas cotidianamente da pobreza, da falta de ação do Estado, da imobilidade das autoridades e da ineficiência das políticas públicas, cada vez mais setoriais.

No texto “Lugar de Negro”, Lélia Gonzalez (1982), ao analisar o golpe de 64, o novo modelo econômico e a população negra, expõe como o afluxo de mão de obra colocou os negros nas tarefas menos qualificadas e, remetendo ao milagre econômico do período da ditadura empresarial-militar, os trabalhadores negros foram os únicos que o desconhecaram. Segundo a autora, “a participação dos trabalhadores negros na nova dinâmica de trabalho não significou nenhuma melhoria de vida para o conjunto da população negra”.

É notório, na realidade brasileira, — e isso fica evidente nas configurações de território do Rio de Janeiro e da Baixada Fluminense — aquilo que a autora chama de divisão racial de espaço. Está a sociedade dividida pelo lugar atribuído aos grupos que dominam e, evidentemente, os espaços mais subalternos, aos grupos dominados, pois segundo Gonzalez (1982)

no caso do grupo dominado o que se constata são famílias inteiras amontoadas em cubículos, cujas condições de higiene e saúde são as mais precárias. Além disso, aqui também tem a presença policial; só que não é para proteger, mas para reprimir, violentar, amedrontar. É por aí que se entende que o outro lugar natural do negro sejam as prisões e os hospícios (GONZALEZ, 1982, p. 16).

Ainda hoje, o caráter racista da segurança pública impõe a dominação psicológica por meio do medo e a repressão policial, que por sua vez, dá foco e identidade ao marginal (pretos e pobres). Ainda segundo Gonzalez (1982), é a Baixada Fluminense um exemplo da estrutura de caráter burguês e racista da sociedade, isto pois,

o crescimento populacional gerou suas cidades-dormitórios e, em pouco tempo, levou-a a ocupar as manchetes do noticiário policial; foi transformada em área preferencial da ação dos esquadrões de morte e congêneres. Seus habitantes logo se acostumaram a um novo componente da paisagem: os “presuntos” (cadáveres) “desovados” pelos “justiceiros” da nova ordem” (GONZALEZ, 1982, p. 17).

O pensamento de Lélia Gonzalez nos trechos acima segue tristemente uma realidade atual machista, sexista, capitalista e colonial que deixa uma marca nas formas de construção de cultura e leis em todo o Brasil. A questão da divisão social dos territórios é bastante visível quando se olha para a relação Rio de Janeiro e municípios da Baixada Fluminense. Talvez seja um recurso para promover a invisibilidade englobar 13 cidades com múltiplos problemas e questões, que embora tenham um núcleo comum, requerem medidas distintas, conforme a realidade de cada caso².

É nesse caminho que o pensamento de Lélia Gonzalez denuncia que as opressões raciais e sociais fazem da mulher negra "o foco, por excelência, de sua perversão" e "esquecer isso é negar toda uma história feita de resistências e de lutas, em que essa mulher tem sido protagonista, graças à dinâmica de uma memória cultural ancestral". A realidade das mulheres

² Evidentemente, já que surge como questão, esse tema precisa ser discutido em momento posterior. Agora, em face do tempo de pesquisa, não existe alcance suficiente de bibliografia e argumentos aqui construídos. É de uso comum o termo “Baixada Fluminense” pela população e existe identificação, por isso, torna-se, em determinados pontos, aceito e legitimado pelos moradores.

negras na Baixada Fluminense comprova isso, uma vez que essas mulheres encaram cotidianamente a dificuldade de acesso à educação, ao mercado de trabalho, a creches de qualidade, a políticas públicas existentes, a informações e à luta pelos seus direitos.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2013) demonstram que 53,6% das famílias chefiadas por mulheres no Brasil são lideradas por mulheres negras, sendo que 63,4% dessas mulheres negras estão ocupadas em trabalhos domésticos. A mesma pesquisa revela que o mercado informal é composto em 26,5% por mulheres negras³.

Além desses fenômenos, as mulheres sofrem com violência sexual, psicológica, patrimonial, física e moral só por serem mulheres. Em Comissão Geral de Debate, na Câmara dos Deputados, em 2011, conclui-se que as mulheres negras são maioria das vítimas de feminicídio⁴. Além disso, são as que mais sofrem com desigualdades sociais. Durante a pandemia do COVID-19, a cada oito minutos uma mulher sofria violência, sendo a maior parte, mulheres negras, assunto que será mais aprofundado no capítulo II desta dissertação.

Sobre o território da Baixada Fluminense e as constantes configurações de racismo e violência letal, Araújo (2021) escreve:

quem nasceu na Baixada e vive nesta terra, sabe que a violência, além de ser um gravíssimo problema social, se articula a outros setores da vida, influenciando-os: a violência é um elemento configurador das sociabilidades, das disputas eleitorais, dos locais de moradia e trabalho e do acesso a transporte, educação e saúde.

É importante dizer que, levando em consideração as formulações já pontuadas aqui, a violência carrega uma conotação segregacionista, racista e misógina, remetendo também ao lugar de origem, ao território e, servindo de manutenção de uma lógica cruel montada para punir as populações mais pobres, negando direitos básicos conferidos aos seres humanos, como segurança, saúde, educação, saneamento básico, moradia digna, transporte, dentre outros.

Reconheço a importância de abordar todos esses pontos para uma análise acadêmica mais aprofundada sobre a existência da mulher periférica na Baixada Fluminense, mas não posso deixar de trazer, em contrapartida, a visão de mulheres negras sobre si mesmas. Caso contrário, essa escrita seria desonesta e esvaziada de importância política.

Neste sentido, Malachias, Laudino e Balbino (2020) salientam a resistência e enfrentamento aos estereótipos, inclusive os propagados pela mídia hegemônica contra a Baixada Fluminense. As autoras, pesquisadoras negras, citam como jovens mulheres produzem narrativas que recusam a subalternidade (MALACHIAS, LAUDINO e BALBINO, 2020).

Enquanto Collins entende o lugar da mulher negra, mais que marginalizado, como um lugar de potência (apud BERTH, 2019, p. 59).

Em “Refusing to be a victim”, bell hooks fala da importância dessas estratégias, pensando na necessidade de contrapor identidade vitimada ao que chama de resistência militante. hooks diz que nas comunidades feministas no sul segregacionista, nunca tinha escutado das mulheres negras sua vitimização. Apesar do incrível dor de viver no apartheid racial, as pessoas negras sulistas não falavam sobre nós mesmas como vítimas mesmo quando nós éramos humilhadas. Nós nos identificávamos mais pela experiência da resistência e triunfo do que pela natureza de nossa vitimização. [...] era pelo enfrentamento desse sofrimento com graça e dignidade que uma pessoa

³ Dados publicados pelo IPEA e acessados através do Dossiê “A situação dos Direitos Humanos das mulheres negras no Brasil: violências e violações” coordenado por Jurema Werneck e Nilza Iraci, do Geledés (Instituto da Mulher Negra), e do Criola (Organização de Mulheres Negras), publicado pelo Ministério Público do Estado do Ceará.

⁴ BRASIL. A Câmara dos Deputados, em comissão geral, discute a desigualdade e a violência contra a mulher negra no Brasil. Fonte: Agência Câmara de Notícias. Disponível em: <lnq.com/comissaolegislativobr>.

experienciava transformação. Durante a luta pelos direitos civis, quando nos demos as mãos para cantar “nós vamos superar”, nós estávamos empoderadas e empoderados por uma visão de preenchimento, de vitória” (BERTH, 2019, p.60).

Indo ao encontro ao descrito por bell hooks, Vilma Piedade cunha o termo “Dororidade”. Para ela,

a Dor provocada em todas as Mulheres pelo Machismo, destaquei que quando se trata de Nós, Mulheres Pretas, têm um agravo nessa Dor, agravo provocado pelo Racismo. Racismo que vem da criação Branca para manutenção de Poder. E o Machismo é Racista. Aí entra a Raça. E entra Gênero. Entra Classe. Sai a Sororidade e entra a Dororidade (PIEDADE, 2019, p. 46).

Seguindo nessa lógica do autorreconhecer-se fora de um posto passivo de “vítimas”, em entrevista para construção dessa pesquisa, Monalisa Moreira, mulher branca, 32 anos, bissexual, moradora do município de São João de Meriti, formada em Designer de moda, empreendedora na “Mona Moreira Acessórios” e uma das expositoras da Feira Crias da BXD, indica que enxerga a realidade de São João de Meriti como sendo um local com “muita gente talentosa, onde tem muita coisa acontecendo, criada pela galera mesmo.

Mas é um lugar muito carente, falta o básico. É um lugar basicamente esquecido,[...] a gente fica aqui meio largado, então tem isso de complicado. Eu tô trabalhando, para ver se a gente consegue ver alguma mudança. A gente tá se organizando para tentar buscar uma melhora, realmente a gente se sente meio esquecido aqui em São João” (Monalisa Moreira, 2022, em entrevista).

Além disso, relata que a realidade é ainda mais difícil para as mulheres, sobretudo em relação à busca de trabalho.

Uma outra circunstância acarretada pelo estigma projetado sobre esse território é motivação para que empresas deixem de contratar residentes da Baixada, mesmo as candidatas tendo todas as qualificações exigidas pela função.

Segundo Monalisa, não foram poucas as vezes que ela precisou mentir e colocar outros endereços no currículo. “Quando falava que morava em São João, o interesse desaparecia, era impressionante. Já notava essa diferença, quando colocava o endereço da minha casa, [...] eu nem era chamada para entrevista”. Isso demarca o processo de marginalização que vivem as pessoas que moram na Baixada Fluminense, seja a inferiorização que vem daqueles que moram na cidade do Rio de Janeiro, seja pela invisibilidade com a qual o poder público local trata as questões essenciais à vida, como o combate às desigualdades e pobreza.

A exemplo disso, um caráter imprescindível e que colabora para limitar os moradores da Baixada a acessarem a cidade, seus aparatos culturais e monumentos naturais, além, especialmente, de boas oportunidades ou condições de trabalho, é a malha de transportes coletivos. Os trens e ônibus que circulam em más condições de conservação são completamente vulneráveis às violências urbanas, como tiroteios, assaltos e tráfico de drogas, além de as passagens custarem valores desproporcionais. Não foi à toa que esse tópico foi citado nas entrevistas realizadas pelo presente estudo.

Thaiane Cerqueira de Oliveira, 23 anos, mulher negra, evangélica, residente em São João de Meriti e uma das expositoras da Feira Crias da BXD, diz em entrevista que

“uma das maiores dificuldades para a gente que mora aqui é a dificuldade de transporte. Para se locomover, principalmente quando a gente precisa ir lá no centro [...]. É complicado pegar trem, [...] metrô. Às vezes, quando trabalha lá para baixo [...], só o tempo que leva de transporte já é enorme, que poderia ter feito várias coisas”.

Assim como Márcia Favaro, que relatou ser difícil “a questão de pegar o transporte público, o uber, já passei vários constrangimentos em pegar uber indo para Nova Iguaçu. Tipo,

já está no carro e a pessoa dizer ‘não faço corrida para Baixada, você deu sorte’, então assim, certos constrangimentos que a gente passa”.

Embora a violência e a criminalidade marque o cotidiano na Baixada Fluminense, ela não é, essencialmente, a definição de vida da população. A resistência e luta cotidiana de pequenas empreendedoras demonstram que, embora a realidade insista em “cimentar seus sonhos”, “brotar como flor” indica uma insistência constante em mudar as estatísticas, defender seu território e promover acesso à cidade e ao que as pessoas que vivem aqui têm para oferecer.

A Baixada Fluminense é um importante celeiro cultural e de resistência social e política. Sua formação com grande parte de imigrantes distribuiu diversos modos de vida, religiosidades e crenças pela região. Por exemplo, a resistência que se expressa atualmente pode ser vista na quantidade de terreiros que existem na Baixada Fluminense, que, segundo Alves Filho (1997), existem em maior proporção que em Salvador-BA. A participação nessa cultura religiosa demonstra como o atravessamento religioso faz parte da vida cotidiana e cultural, sobretudo do município de Nova Iguaçu, evidenciando ainda, como o passado da Baixada Fluminense resulta de uma formação plural e diversa, apagada por meio da dominação social de uma burguesia católica.

Com o objetivo de criar pertencimento e fortalecer a identidade dos moradores da Baixada Fluminense, grupos do terceiro setor promovem ações e eventos em diversos municípios. Esses projetos são, em grande parte, formados e criados pelo conjunto de moradores da região e são formas criativas e educacionais de resistir ao destino ditado pelos índices de violência que marcam a região. Sabe-se, assim, que a falta de incentivos à produção cultural ainda é forte e por esse motivo, a resistência e o fortalecimento da identidade local dá-se como algo totalmente na contramão da corrente.

O fortalecimento de mulheres empreendedoras e o incentivo à exposição e vendas dos produtos confeccionados por elas em feiras livres, conforme promoveu o projeto Feira Crias da BXD e conforme promovem outras ações e projetos sociais no local, demonstram como é importante que a população tome consciência do direito que cada um tem à cidade em que vive. Torna-se ainda importante ferramenta na construção de redes de apoios, de fortalecimento e de pertencimento local. Além de um entendimento do território como ambiente de uso comum, fonte de luta e resistência, à dinâmica da necropolítica⁵, violências e desigualdades.

São esses projetos que embasam o sentimento coletivo de luta e resistência, de ocupação dos espaços com arte, cultura e lazer que indicam que, felizmente, tanto as mulheres negras, como outros demais moradores da Baixada Fluminense, podem romper com as barreiras impostas pela sociedade burguesa, pela dinâmica de violência e criminalidade mantidas pelo capitalismo, impostas pelo patriarcado, pelo sexismo, pela homofobia. É ainda mais importante que a resistência seja pelo acesso à educação, pois é, sem dúvidas, por meio do conhecimento crítico que os frutos da ignorância deixam de amadurecer. A luta das mulheres periféricas indica seguir o interessante manifesto postulado por Zetkin (1992), “onde há vontade, há um caminho. Temos a vontade de revolução mundial, portanto, devemos encontrar o caminho para alcançar as massas das mulheres exploradas e escravizadas, quer as condições históricas o tornem fácil ou difícil”, assim conforme postulado até aqui, existe força e vida para romper as barreiras impostas pelo cotidiano de invisibilidade no qual a Baixada Fluminense foi inserida.

Quando indagada sobre quais são seus sonhos, ambições e o que a move atualmente, Monalisa Moreira responde: “ultimamente, o que tem me movido é essa necessidade de

⁵ Academia Brasileira de Letras (ABL) define “necropolítica” como “uso do poder político e social, especialmente por parte do Estado, de forma a determinar, por meio de ações ou omissões (gerando condições de risco para alguns grupos ou setores da sociedade, em contextos de desigualdade, em zonas de exclusão e violência, em condições de vida precárias, por exemplo), quem pode permanecer vivo ou deve morrer. [Termo cunhado pelo filósofo, teórico político e historiador camaronês Achille Mbembe, em 2003, em ensaio homônimo e, posteriormente, livro.]”

mudança, do que vejo no meu território, das pessoas que conheço.

Citando o coletivo Margaridas, do qual faço parte, ele tem sido o maior motivador de seguir fazendo as coisas, de olhar São João e ver o que precisa, de estar envolvida com pessoas que estão correndo atrás, com projeto social, com tudo isso. Hoje, apesar de, às vezes, ficar bem desmotivada, chateada, vendo as coisas que acontecem,[...] o que me move é estar unida a uma galera que está querendo fazer diferente, que quer ver a coisa acontecer, que está indo na marra, ocupando na marra, botando a cara, brigando - e eu sou bem brigona, diga-se de passagem (risos). Mostrar esse lado positivo, né? Encarar tudo. É bem satisfatório e motivador.”

2.2 A Violência Contra a Mulher na Baixada Fluminense

A violência contra a mulher é uma temática dura de se investigar, pois é um assunto com poder de afetar o âmago de mulheres vindas de diferentes contextos. Isso porque essa forma de violência é a ferramenta mais extrema de manutenção de poder na estrutura social a qual chamamos de patriarcado.

Uma sociedade patriarcal objetiva manter os homens, brancos e heterossexuais como dominantes, enquanto mulheres, pessoas racializadas, homossexuais e outras dissidências são subalternizados. Para alcançar essa estrutura e mantê-la funcionando, são utilizados diversos artifícios projetados dentro das grandes instituições que regem o meio social, como a igreja, o Estado e a família. Nesses artifícios estão incluídos um espectro de ações que vão desde mecanismos da manutenção da desigualdade no acesso à educação, saúde e alimentação de qualidade — em vários níveis — até a máxima da retirada do direito à vida, como no caso do feminicídio.

O feminicídio é o genocídio contra as mulheres e acontece quando as condições históricas geram práticas sociais que permitem atentados violentos contra a integridade, a saúde, a liberdade e a vida de meninas e mulheres (Lagarde, 2008, p. 216 apud Romio, 2019, p. 86).

Esse crime só passou a integrar a legislação brasileira, sendo incluído no rol dos crimes hediondos, no ano de 2015, quando a então presidente Dilma Rousseff sancionou a lei de nº 13.104, incluindo o feminicídio no artigo 121 do código penal. A descrição que consta no documento diz que este se trata de uma circunstância qualificadora do homicídio quando cometido “contra a mulher, por razões da condição de sexo feminino, quando o crime envolve violência doméstica e familiar e menosprezo ou discriminação à condição de mulher”. Nesse caso, há um aumento de 1/3 (um terço) até a metade da pena.

Cabe ressaltar que, segundo o Dossiê Mulher do Instituto de Segurança Pública (2021), no Brasil, até a década de 1980, não havia instrumentos jurídicos de proteção às mulheres vítimas da violência de gênero. Os primeiros passos foram dados graças ao movimento de mulheres que tomou as ruas com o slogan “Quem ama não mata”.

Já um dos aparatos legais mais importantes na atualidade para o enfrentamento à violência contra as mulheres, a Lei Maria da Penha (lei nº 11.340), foi implementada em 2006, com o intuito de instaurar a violência doméstica de gênero como uma violação aos direitos humanos. De acordo com seu Art. 7º, são formas de violência doméstica e familiar contra a mulher:

- I - a **violência física**, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;
- II - a **violência psicológica**, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos,

crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, violação de sua intimidade, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a **violência sexual**, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a **violência patrimonial**, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a **violência moral**, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

A partir do reconhecimento legal e da visibilidade da gravidade dessas questões em nossa sociedade, foi possível gerar dados que comprovam e mensuram essas violências — ainda que de forma subnotificada — já que uma quantidade inimaginável de mulheres e meninas, por diversas razões, incluindo a naturalização das violências de gênero e a negligência das instituições de segurança pública, não chegam a formalizar as denúncias. E, com o respaldo desses dados, pode-se construir políticas públicas e outras ações em prol da equidade de gênero, de forma mais contextualizada, considerando a multiplicidade de demandas que as mulheres possuem.

Com o olhar para a região da Baixada Fluminense, os dados são bastante desanimadores e demonstram a necessidade da implementação de um sério, complexo e urgente trabalho em prol das mulheres fluminenses.

O Dossiê Mulher (ISP, 2017) notificou que a Baixada Fluminense apresenta uma taxa de homicídios 21% superior à taxa, tanto do município do Rio, quanto do conjunto do estado. Em relação, especificamente, ao número de mulheres que sofreram violência na Baixada Fluminense, no ano de 2016, houve 26.279 vítimas, o que representa 20% do total de vítimas do estado e 30% da Região Metropolitana. [...] Os dados do Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (ISP), mostram que em 2016, o município de Duque de Caxias ocupa os primeiros lugares do total de vítimas da Baixada Fluminense. (SANTOS, MEDEIROS, 2017, p. 13)

O Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJRJ) anunciou que no primeiro mês de 2019, o município de Duque de Caxias foi o local de maior registro de violência doméstica do estado, somando 1.073 casos. Não coincidentemente, foi na principal praça do município de Duque de Caxias onde ocorreu a última edição da feira, fato que será melhor detalhado no segundo capítulo;

Para a análise dos dados demonstrados, é preciso trazer a compreensão de que o feminicídio, apesar de ser um crime contra o sexo feminino, não atinge igualmente a todos os grupos de mulheres. Essa violência é “complexa e multifatorial, fruto da articulação sinérgica de um conjunto de determinações baseadas na dominação e no sexo” (Lagarde, 2008, p.232, apud Romio, 2019, p. 88). Portanto, o conceito da interseccionalidade (COLLINS e BILGE, 2021) nos ampara no entendimento de que o racismo, a lesbofobia, a classe social, a idade, a deficiência e outros fatores, tornam algumas mulheres mais vulneráveis que outras.

Por exemplo, divulgados no Dossiê Mulher (2021), os índices de mulheres vítimas de feminicídio no estado do Rio de Janeiro em 2020, caracterizados pela cor/raça das vítimas, mostraram uma maior concentração no número de vítimas negras (55,1%), seguido das brancas

(32,1%). Em 12,8% das vítimas não foi possível obter essas informações.

É nesse caminho que o pensamento de Lélia Gonzalez denuncia que as opressões de gênero, racial e social fazem da mulher negra "o foco, por excelência, de sua perversão".

Por essa razão, propostas como a da Crias da BXD, que centralizam ações para gerar oportunidade das mulheres deste território se organizarem entre si em busca de uma melhor qualidade de vida, são extremamente relevantes. Na ocasião do lançamento do formulário *online* para as inscrições das interessadas em participar da feira, cometemos o equívoco de não coletar dados sobre a raça das candidatas a participantes. Contudo, como sintetizado no tópico anterior, intitulado "Geografias racializadas: Etnografia e a estigmatização do território", a população da Baixada Fluminense tem cor e ancestralidade como alvos do poder hegemônico.

Ademais, as mulheres costumam estar à frente das lutas por direitos humanos, e não seria diferente dentro da própria militância feminista. Dito isso, o Guia de Proteção a Defensoras e Defensores dos Direitos Humanos da Baixada Fluminense, publicado pelo Fórum Grita Baixada e a Rede de Mães e Familiares Vítimas da Violência do Estado na Baixada Fluminense, em 2018, alerta que essa circunstância agrava a vulnerabilidade desse grupo, gerando um quadro de risco cotidiano, pois

a reprodução da estrutura patriarcal e machista da sociedade que faz com que mulheres tenham seus direitos violados e sejam desqualificadas, assediadas, constrangidas e silenciadas, convivendo com o medo da violência sexual, da ameaça por parte de agentes estatais, podem se produzir dentro ou fora de seus grupos de militância. O que representa um retrocesso e iminentes recuos no campo da garantia de direitos das mulheres.

Em contraposição, em espaços deliberadamente de protagonismo feminino, apesar das constantes tentativas de boicote, como foi a experiência com a Feira Crias da BXD, a luta pelos direitos das mulheres pode ocorrer de maneira mais segura e coesa. As adversidades que surgiam eram enfrentadas coletivamente e no decorrer dos encontros, várias participantes puderam "acender seus alertas" para a opressão de gênero e se sentirem mais fortalecidas quando, juntas, não nos calamos.

Thaiane Cerqueira de Oliveira falou um pouco sobre como se sentiu ao participar da Feira Crias da BXD:

"A minha experiência [...], só de estar ali, no meio daquelas pessoas, várias mulheres diferentes, de idades diferentes, fazendo coisas diferentes, já era um ambiente acolhedor. Bom de estar, de ver pessoas se expressarem na arte, fazendo as suas coisas [...]. Já era um ambiente muito bom de estar. A minha experiência foi essa. As pessoas vinham, ficavam olhando [...]". Enquanto Monalisa Moreira disse que "os eventos eram super prazerosos [...], porque sabia que ia trocar uma ideia, que não ia ser exatamente "sentar e ficar ali trabalhando". Foi realmente uma referência muito legal, além de poder expor nosso trabalho, [...] trocar ideias. Era fantástico. Realmente me senti em casa".

Devolutivas de extrema importância e que trazem alegria de saber que esse espaço, ainda que temporário, pôde ser construído coletivamente.

2.3 Controvérsias Conceituais e Práxis Emancipatórias para as Mulheres

Após citar alguns dados sobre violência contra mulheres, é hora de reforçar formas de combatê-la. O dicionário Oxford Languages caracteriza a "autonomia" como "capacidade de governar-se pelos próprios meios". Em uma sociedade capitalista, com suas estruturas de poder

asseguradas pelas desigualdades, o capital delimita o acesso à moradia, alimentação, água potável, educação e outros elementos fundamentais para uma vida saudável. Dessa forma, se faz necessário que os grupos marginalizados tenham oportunidades de trabalhos que lhes proporcionem renda condizente de acesso aos seus direitos.

Nesse sentido, mulheres que possuem autonomia financeira não estão livres das amarras patriarcais e capitalistas, já que a opressão contra o sexo feminino segue existindo, inclusive nos ambientes de trabalho. Uma subversão real dessas dinâmicas demanda uma mudança radical. Conquistar modificações estruturais é a única forma efetiva de justiça social, mas para encaminhar essa revolução precisamos estar vivas e saudáveis. Portanto, incentivar mulheres a conquistarem seus espaços, moradia segura, possibilidade de sustento a seus filhos e o acesso à educação, já configura um grande passo dado nesse árduo caminho para a libertação.

De acordo com o Dossiê Mulher (2021), a residência é o local de maior incidência da violência contra as mulheres, representando 60,9% dos casos no estado do Rio de Janeiro em 2020, enquanto 60,3% das vítimas ou cerca de seis a cada dez mulheres possuíam algum grau de familiaridade com seus agressores. Esses índices configuram a impossibilidade da obtenção de uma renda própria como um agravante ao feminicídio, visto que a dependência econômica mantém mulheres vítimas de violência reféns dentro de suas próprias casas.

Rego (2013) em seu estudo sobre os efeitos do programa de transferência de renda do governo federal, Bolsa Família, identificou, em entrevistas com diversas mulheres em condição de pobreza ou pobreza extrema, um aumento dos divórcios como consequência do recebimento regular mensal do benefício.

Deve ser assinalado que as mulheres, a partir da renda monetária, se apoderam (empowerment) de alguma forma da capacidade humana de escolher certas coisas, inclusive as de ordem moral. Nossa humanidade repousa fundamentalmente no exercício permanente de escolhas. Contudo, em situações de miséria e privação absoluta dos bens mais elementares da vida, este direito é nulo; não se escolhe, vive-se o movimento perpétuo do “círculo vicioso da pobreza”, que se caracteriza pela quase impossibilidade da escolha pessoal da vida que se quer viver (REGO, 2013, p.37).

Para além da sobrevivência, as entrevistadas por Rego falaram que essa renda, ainda que pouca, possibilita o acesso à mobilidade, pois podem pagar a passagem do transporte coletivo e possuem motivos para sair de casa, indo ao comércio e, minimamente, escolhendo o que comer e que roupa vestir.

Contudo, relacionar a autonomia financeira à liberdade de escolhas e, ainda, ao empoderamento de mulheres, é um argumento que exige uma contextualização cuidadosa e um maior aprofundamento conceitual. Isso se deve pois esses termos foram apropriados pelo próprio capitalismo e sua lógica mercadológica, esvaziando pautas profundas de movimentos sociais.

A liberdade de escolhas seria contundente caso abrangesse não só o poder de compra, mas também o direito de ir e vir com segurança; liberdade contra assédios; autoestima fora das amarras dos padrões estéticos e comportamentais da feminilidade; questionamento do papel das mulheres e meninas no ambiente doméstico; gestão das relações e descoberta da própria sexualidade desvinculada da heterossexualidade compulsória⁶; direito a decidir sobre o próprio corpo, incluindo a não objetificação, fetichização, mutilação e mercantilização deste e garantia aos direitos reprodutivos, desde o acesso à saúde até a decisão pela maternidade ou pelo aborto

⁶ O termo “heterossexualidade compulsória” foi popularizado por Adrienne Rich na década de 1980 e contesta que a heterossexualidade seja natural ou que as mulheres sejam dirigidas de modo “inato” para os homens. Ademais, a autora argumenta que a heterossexualidade é uma instituição política que retira o poder das mulheres, promove o apagamento da existência lésbica e enfraquece o vínculo entre mulheres.

seguro.

Berth (2019, p. 24) argumenta que quando falamos em empoderamento, estamos diante de um conceito complexo, muito distorcido e incompreendido, o que se deve, em grande parte, ao debate acrítico sobre o tema. O termo, que ganhou popularidade e, atualmente, é utilizado até em campanhas publicitárias de diversos segmentos, como produtos de beleza, moda, clínica estética e outros, advém de uma teoria formulada com inspiração na Teoria da Conscientização de Paulo Freire, que considera a vivência de grupos oprimidos. Dessa forma, pode ser iniciada individualmente, mas carrega importância ao se tratar de um processo coletivo e que demanda noção de identidade de um determinado grupo,

esse conceito é instrumento de emancipação política e social [...], dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos,[...] e consiste de quatro dimensões, cada uma igualmente importante, mas não suficiente por si própria, para levar as mulheres a atuarem em seu próprio benefício. São elas a dimensão cognitiva (visão crítica da realidade), psicológica (sentimento de autoestima), política (consciência das desigualdades de poder e a capacidade de se organizar e se mobilizar) e a econômica (capacidade de gerar renda independente) (BERTH, 2029, p. 18-32).

Um questionamento cabível a partir disso seria: em que momento o empoderamento, um instrumento revolucionário capaz de conscientizar mulheres acerca de sua emancipação frente às estruturas patriarcais e também das mulheres negras quanto à misoginia racista, teria sido esvaziado politicamente?

Para Cornwall (2018, p.02), “à medida que conceitos feministas como ‘agência’⁷ (agency) e ‘escolha’ passaram a ser colocados a serviço do neoliberalismo, a palavra ‘empoderamento’ foi eviscerada de conteúdo controverso e desafiador”, assim, o empoderamento que hoje nos é oferecido institucionalmente é o que ela denominou de empoderamento *light*, ou seja, um empoderamento destituído de qualquer potencial libertador de relações sociais que produzem desigualdades (DAMION, 2021, p. 04).

Para uma mostra deste fenômeno, busquei o termo *empowerment* (“empoderamento” em inglês) no *Google*. O primeiro — e mais relevante — resultado que a plataforma de pesquisas apresentou foi de uma página nomeada “Guia Empreendedor”, que se denomina como “O maior canal de conteúdo dedicado ao empreendedor”. O texto que se propunha a explicar o que é o *empowerment*, alega que este

é um conceito de gestão com foco na descentralização das tarefas a partir do empoderamento da equipe. Ao permitir que os funcionários tenham autonomia e participação na gestão e decisão da empresa em diferentes níveis, o *empowerment* contribui significativamente para o aumento da produtividade e qualidade do trabalho (“Guia Empreendedor - Nós empreendemos com você.”, [s.d.]).

Voltando ao empoderamento “light” de Cornwall, atrelado a um feminismo liberal, diz-se atualmente que uma mulher empoderada é aquela “dona da própria vida”, que se cuida (lê-se: usa maquiagem, acompanha as tendências da moda, se mantém magra e com aspecto jovem), trabalha fora, cuida dos filhos, da família, da casa, do corpo, etc. “Nós costumávamos falar sobre isso como uma dupla ou tripla jornada de trabalho. Agora chama-se “empoderamento” (CORNWALL, 2018, p. 13 apud DAMION, 2021, P. 05).

Em suma, o sistema capitalista possui diversas estratégias passivo-agressivas de combate às movimentações políticas que o ameaçam. Com o uso das mídias e inteligências artificiais atuais, consegue introjetar seus ideais mesmo naqueles que pensam subverter as

⁷ Para Becky Francis (2001), *agência* é a nossa capacidade de tomar decisões e agir no mundo em ordem de mudá-lo.

dinâmicas de poder de nossa sociedade. Isso se torna possível por meio da deformação de discursos e teorias que respaldam as lutas por justiça social, passando adiante informações superficiais, mas suficientemente convincentes para pessoas interessadas nas pautas, todavia desarticuladas de ações coletivas.

Reforça-se que o empoderamento objetiva, primordialmente, a conscientização e atuação dos sujeitos na reconfiguração das estruturas de dominação patriarcais e capitalistas, que se utilizam das desigualdades para sua manutenção, alinhado à insubordinação feminina, impulsiona que mulheres questionem e modifiquem — as realidades em que vivem, levando em consideração o acesso aos recursos materiais, o racismo, o capacitismo, a homofobia, o etarismo, e outras violências que se alinham à misoginia. O acesso aos recursos possibilita determinados poderes de escolha, acompanhado da autonomia sobre eles, conferindo maior liberdade de ir e vir, no sentido espacial, mas também de suas relações pessoais, sendo facilitador no processo de se desvencilhar de circunstâncias de violência doméstica.

2.4 Mulheres periféricas empreendedoras

Os seres humanos são externos ao trabalho, Marx (2004) diz isso ao teorizar sobre o trabalho alienado. Segundo o autor, a dinâmica capitalista, embutida no trabalho, torna-o coisificado, isto é, os seres humanos não se reconhecem com o seu produto, com o fruto do seu trabalho, que deixa de ser algo feito para satisfazer as vontades humanas e transforma-se numa satisfação de necessidade. O salário gerado ali, portanto, serve apenas para a subsistência. Assim, resta aos trabalhadores comprar comida e pagar contas. Essa é a realidade adocedora de um sistema que causa barbáries em todos os âmbitos, do social ao ambiental.

De acordo com os dados da Organização Internacional do Trabalho (2019), antes da pandemia da covid-19, existiam 5,7 bilhões de pessoas no mundo categorizadas como proletariado potencial ou com idade maior de 15 anos. Entretanto, somente 3,3 bilhões de pessoas estavam dentro do universo do trabalho mundial. Durante a pandemia, 114 milhões de trabalhadores perderam os postos de trabalho que ocupavam. O caos sanitário colocou 81 milhões de pessoas em inatividade, vivendo de forma estagnante. No Brasil, atualmente, existe um contingente de 8,7% de desempregados, segundo dados do IBGE (2022).

Esses indicativos geram uma reflexão sobre como as altas taxas de desemprego podem formar parte de uma estratégia neoliberal, formando uma espécie de “exército industrial de reserva”, pois esta se torna uma parcela excedente de trabalhadores que funciona como alavanca da acumulação capitalista. Um enorme contingente de trabalhadores fora dos quadros do emprego passam a aceitar, por questões básicas de sobrevivência, quaisquer condições de trabalho. A própria dinâmica capitalista construiu uma alienação do trabalho, seja no processo de coisificação do produto do trabalho humano, seja na fetichização das mercadorias. Por sua vez, a acumulação capitalista, segundo Fortes (2018, p. 261), ao mesmo tempo em que cria condições para a existência de farta mão de obra, forma também um excedente populacional incapaz de ser absorvido pelos diversos ramos da atividade produtiva. Esse fenômeno social gera para o autor conflitos óbvios no seio da sociedade, na medida em que uma grande massa de indivíduos não se vê inserida no mercado de trabalho, levando à formação de um contingente significativo de excluídos (FORTES, 2018, p. 261).

O espaço social do trabalho alinha-se às questões pontuadas acima, às desigualdades e discriminações, fatores estes que condicionam a vida em sociedade, o que gera racismo, misoginia e outras opressões que contribuem como âncoras fincadas na condição de pobreza. Isso se dá, evidentemente, pelas visões hegemônicas e padronizantes que hierarquizam os seres humanos, sendo os homens brancos os detentores dos privilégios.

Sabe-se que, conforme já questionado neste capítulo, o território pode influir diretamente como outra forma de discriminação. Assim, é possível dizer que para uma mulher negra, moradora da Baixada Fluminense, as oportunidades para o acesso ao mercado de trabalho são extremamente restritas. Para as mulheres, sobretudo as mulheres negras, dado o lugar que ocupam em escala de pirâmide social, restam as piores condições de trabalho, os altos índices de desemprego, a baixa escolaridade e os menores salários —mesmo em cargos mais altos ou de chefia, quando comparado com os ganhos dos homens.

Segundo o levantamento do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2008), enquanto a taxa de desemprego masculina no Brasil foi de 6,4% em 2006, a feminina atingiu 11%, o que representa um contingente de quase 1,2 milhão a mais de desempregadas. A comparação entre os números de homens brancos e mulheres negras desempregadas revela a perversa hierarquia racial. Ainda com os dados de 2006, observa-se que, enquanto os homens brancos apresentavam uma taxa de desemprego de 5,7%, as mulheres negras chegavam a 12,5%. É relevante reafirmar ainda que, se por um lado as mulheres negras são excluídas de um conjunto de empregos por serem mulheres, de outro, são excluídas de empregos considerados femininos, como o atendimento ao público, por serem negras.

Desse modo, é evidenciada a associação de desigualdades, tanto de classe, raça e gênero, que impõe às mulheres negras e periféricas a pior margem no enfrentamento às barreiras socialmente construídas e mantidas pelo modo de produção vigente. Nessa dinâmica, cujo quadro conjuntural remete ao ultraliberalismo, vem à tona a ascensão do empreendedorismo como saída para grupos marginalizados.

A definição do que é a condição de empreendedor remete a diversas visões e formas de enxergar as relações de trabalho. Schumpeter (1997), por exemplo, diz que é o empreendedor a pessoa-chave do seu sistema econômico, e assim, é quem porta consigo próprio o processo de inovação que revoluciona as estruturas econômicas e sociais. Ao que parece, baseado na ideia do autor, existe no empreendedorismo um espírito que capacita qualquer sujeito a transformar-se a si próprio.

Contudo, a figura do empreendedor schumpeteriano sofreu grandes mudanças nas últimas décadas:

do empresário inovador e criativo, o empreendedor passou a ser considerado qualquer trabalhador que esteja disposto aos riscos de criar um pequeno negócio ou ainda (equivocadamente) aqueles que recorrem ao trabalho por aplicativos como o Uber, por exemplo. [...]O empreendedorismo acaba configurando-se como uma política de emprego em uma sociedade neoliberal na qual o Estado não exerce a função de garantia de emprego e os indivíduos dependem da sorte e variações do mercado. Dentro deste contexto, o autoempreendedorismo se expande no Brasil como alternativa de inserção social pelo trabalho para milhões de pessoas (DAMION, 2021, P. 7).

Já Hirsch e Peters (2004) entendem o empreendedorismo como um processo dinâmico de criar mais riqueza, realizado por indivíduos que assumem os principais riscos, e, em contrapartida, suas inovações trazem independência e satisfação econômica e pessoal. Em consonância com o SEBRAE, organismo nacional que promove o desenvolvimento dos micro e pequenos empreendedores, o “inovador” do empreendedorismo reside na “capacidade que uma pessoa tem de identificar problemas e oportunidades, desenvolver soluções e investir recursos na criação de algo positivo para sociedade” (SEBRAE, 2021).

Embora distintas, em geral quaisquer das perspectivas direcionam a uma dinâmica que induz o sujeito ao isolamento em detrimento de suas práticas na esfera pública. No lugar do senso de comunidade, constrói-se, assim, a competitividade. Não há o enfoque em organizações sindicais, o que se configura uma perda aos grupos oprimidos, em decorrência do esvaziamento de movimentos sociais que lutam por justiça.

É interessante observar criticamente que, em contraposição ao otimismo do discurso em que o empreendedorismo seria uma oportunidade de escolha pessoal para alcançar o sucesso

profissional, as camadas menos favorecidas buscam essa saída como consequência das altas taxas de desemprego e cerceamento de direitos trabalhistas, sendo esta a única alternativa restante para inserção no mundo do trabalho. Um exemplo dessa situação veio à tona no relato de uma das entrevistadas, Monalisa Moreira, ao lembrar que a ação de se tornar dona do próprio negócio só apareceu como algo concreto no momento de necessidade, de “jogo de cintura” para continuar driblando as adversidades impostas pela conjuntura social:

“Comecei em 2014. Mas, falando o português bem claro, foi o desemprego mesmo. Me formei no finalzinho de 2013, passei seis meses procurando emprego desesperadamente com diploma na mão e não conseguia nada. [...] Então foi desse jeito que comecei a minha marca de acessórios” (Monalisa Moreira, 2022, em entrevista).

Como já mencionado, em nossa sociedade, as relações moldam-se sobre os tentáculos multifacetados do capitalismo, que promove exclusão, discriminações diversas e violações de direitos. Portanto, diante da relação conflituosa entre capital e trabalho, o empreendedorismo promove uma ideologia mercadológica, alinhada à racionalidade neoliberal, cuja forma de disseminação por meio de discursos imperativos e normas de conduta, acaba por naturalizar sua forma de dominação. Normalizando, assim, a existência da figura de um proletário empreendedor e fortalecendo discursos meritocráticos. “A racionalidade neoliberal destrói regras, instituições e direitos para produzir certas formas de viver e de se relacionar com os outros e, por meio disso, fabricar um novo sujeito” (CARMO, 2021, s/p).

No Brasil, o empreendedorismo ganhou maiores dimensões a partir da política econômica adotada pelo então Presidente Fernando Collor, em meados de 1990. Desde então, pode-se dizer, que o país tem um empreendedorismo de subsistência sustentado por pequenos negócios, existindo, nesse caso, um empreendedor individual. Segundo a pesquisa da *Global Entrepreneurship Monitor* (2018), cerca de 82% dos negócios iniciais e estabelecidos não possuem nenhum empregado. E mais da metade desses empreendimentos têm um faturamento anual de até 12 mil reais, ou seja, uma média de um salário mínimo mensal⁸.

Ainda segundo dados disponibilizados pelo SEBRAE (2021), havia, em 2020, 44 milhões de pessoas com algum tipo de empreendimento, correspondendo a uma taxa de empreendedorismo total (TTE) de 31,6%. Desse número, observa-se que aproximadamente 14 milhões são de empreendimentos nascentes⁹, 19 milhões de empreendimentos novos¹⁰ e 12 milhões de empreendimentos estabelecidos¹¹. Entre 2018 e 2020, percebeu-se um aumento no número de novos empreendedores saltando de 15% para 23,4%. Porém, nota-se, uma dificuldade de se estabelecer no mercado, conforme indicam os dados. Em 2020, 8,7% eram de empreendimentos nascentes ou novos, comparando a 18%, em 2018. Resultando em, aproximadamente, 10 milhões de negócios fechados. Nesse sentido, os dados ainda apontam que 55,5% das pessoas que abrem novos empreendimentos no Brasil, mulheres são a maior parte. Essa informação apresenta grande relevância, sobretudo porque, dadas as dificuldades advindas das relações patriarcais, as mulheres são as que menos ganham em empresas e instituições, embora seja o percentual com o maior nível de escolaridade no país.

⁸ Em 2018, o valor do salário mínimo no Brasil era de R\$954,00. Já em 2022, o reajuste chegou a R\$1.212.

⁹ Os empreendedores nascentes estão envolvidos na estruturação de um negócio do qual são proprietários, mas que ainda não pagou salários, pró-labores ou qualquer outra forma de remuneração aos proprietários por mais de três meses (GEM Brasil, 2014).

¹⁰ Os empreendedores novos administram e são proprietários de um novo negócio que pagou salários, gerou pró-labores ou qualquer outra forma de remuneração aos proprietários por mais de três e menos de 42 meses (GEM Brasil, 2014).

¹¹ Os empreendedores estabelecidos administram e são proprietários de um negócio tido como consolidado, que pagou salários, gerou pró-labores ou qualquer outra forma de remuneração aos proprietários por mais de 42 meses (3,5 anos) (GEM Brasil, 2014).

Dados do Sebrae indicam que as mulheres empreendedoras são mais jovens e têm um nível de escolaridade 16% superior ao dos homens. Entretanto, continuam ganhando 22% menos. Só em 2018, por exemplo, os homens empreendedores acumularam rendimento mensal médio de R\$2.344,00, já o das mulheres ficou em R\$1.831,00.

MORAIS (2019), ao analisar o empreendedorismo feminino e suas características, observa que a maior parte das empreendedoras brasileiras têm idade entre os 30 e 49 anos, geralmente são casadas e possuem ensino superior. A pesquisa demonstrou que as mulheres brasileiras resistem a diversas dificuldades enfrentadas cotidianamente, elas estão ousando, começando e tocando empreendimentos sozinhas. A necessidade financeira é o maior impulso motivador do empreendedorismo no geral, porém, os dados constatados pelo Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade-IBQP, disponibilizados pelo GEM (2017)¹², informa que, enquanto 38% dos homens empreendedores embarcam nessa jornada por necessidade, a proporção aumenta para 63% para as mulheres empreendedoras. Em entrevista, a empreendedora e expositora na Feira Crias da BXD, Marcia Favaro, compartilha dos impulsos e necessidades que a levaram ao lugar de empreendedora:

“eu nasci com uma doença degenerativa, era concursada, dava aula em CIEPs, mas a questão emocional acarretada pelo trabalho agravou minha doença. Fiquei afastada por 2 anos e, posteriormente, em 2011, me aposentei. Hoje não posso mais ter vínculo empregatício. Aí comecei. Sempre gostei muito de velas [...], comecei a fazer brincando, dando de presente e hoje tenho uma marca, que é a Arts Favaro. [...] Fui gostando, comecei a agregar com os sabonetes, aromatizadores. E foi esse motivo que me levou para o artesanato. [...] Se eu não me engano, em 2017/2018 o governo não pagou o salário dos aposentados. [...] foram 2 meses críticos, que eu tive que correr atrás e fazer exposição” (Márcia Favaro, 2022, em entrevista).

Quebrar a visão romântica sobre a forma e a estrutura do que é ser empreendedor no Brasil é totalmente necessário. Para as mulheres, a necessidade de começar um empreendimento perpassa o sustento da casa e dos filhos, contribuir no pagamento dos estudos, sendo a maneira de livrar-se do desemprego usando criatividade e administração de negócios.

Na ocasião das inscrições para participar da Feira Crias da BXD, era solicitado que as mulheres interessadas preenchessem um formulário *on-line*, informando desde seus dados para contato até um resumo de suas histórias de vida e do surgimento de seus empreendimentos. Com esse método, foi possível saber que grande parte das 116 empreendedoras inscritas mantinham seus pequenos negócios para investir em educação. Muitas delas ou eram universitárias ou desejavam dar prosseguimento em seus estudos até acessarem o ensino superior. Em alguns dos relatos mais marcantes, uma inscrita disse ter iniciado um empreendimento, juntamente com sua prima, para obter renda para pagar advogado, pois seu ex-marido abusivo lhe retirou a guarda de seu filho; outra mulher fazia artesanatos de maneira terapêutica, pois após passar por diversos abusos sexuais, ela teria tentado suicídio. São vários os motivos para esse pontapé inicial, contudo, um fator une essas narrativas: são mulheres periféricas em constante busca de emancipação, enfrentando as múltiplas adversidades que as relações de poder lhes acarretam.

Infelizmente, em muitos dos casos, os empreendimentos iniciados não alcançam os objetivos iniciais, já que não é fácil manter um trabalho complexo e solitário por tanto tempo. Nesses momentos, de acordo com as entrevistas cedidas para esta pesquisa, o que faz a diferença é ter uma forte rede de apoio e parcerias com pessoas que incentivam seguir em frente, comprando e divulgando os produtos.

Hirsch e Peters (2004) alegam que, em primeiro momento, o empreendedorismo

¹² GEM. Empreendedorismo no Brasil-2007. Disponível em: <<http://www.gemconsortium.org/download.asp?fid=672>> Acesso em 17 de Dezembro de 2022.

envolve ou está envolto de um processo de inovação/criação. Em segundo, necessita de um tempo de dedicação. Em terceiro, está envolto a riscos incalculáveis. E, por último, a independência, seguida de uma satisfação pessoal. Monalisa Moreira descreve como aconteceu a rede de apoio que se criou ao seu redor:

“tenho uma marca de acessórios femininos, brinco, cordão, pulseira. Minhas amigas pediram algumas coisas e aí foi todo mundo se interessando, a galera aqui do bairro, né? Falando: “legal!” e pedindo também. Acabou que estou há 8 anos trabalhando com isso. Tem seus desafios, né? Ultimamente tem sido mais difícil ainda, mas estou caminhando” (Monalisa Moreira, 2022, em entrevista).

Na ausência de uma rede, o processo de se tornar empreendedor perpassa a um intenso momento de subjetivação, em todos os âmbitos das relações em que, fomentados pela lógica de ganhos capitalista, os empreendedores não se entendem enquanto seres vivendo em classe. Nesse caminho, Lisboa (2018) argumenta que

não é necessário desenvolver a solidariedade interclasse, já que estes passam a ser, em princípio, potenciais concorrentes. Para o sujeito proletário alcançar sucesso, também terá de trilhar caminhos solitários, bem como provar seu valor diante das dificuldades; em caso de fracassos individuais, serão responsabilizados individualmente. Em outras palavras, é como promover um verdadeiro *reality show* em que somente os mais habilidosos e inovadores superariam as situações problemas (LISBOA, 2018, p. 11).

Surge daí um desgaste físico e mental. A realidade social e os desafios impostos por ela deixam o enfrentamento cotidiano dos problemas cada vez mais intensos sobre a mente humana. A falta de ação e estímulo do governo e a carência de políticas públicas eficazes faz com que as pessoas deixem de lado a saúde mental e os empreendimentos percam o seu foco. Criando uma série de questões individuais que remetem a culpabilização pelos erros ou pelo fracasso.

Ademais, o que se observa com o que foi construído até aqui é que, a evolução e as tendências de crescimento do empreendedorismo feminino demonstram um aguerrimento das mulheres para vencer os mais diversos desafios impostos pelo duro cotidiano capitalista em bairros de periferia, como os da Baixada. A construção coletiva da Feira Crias da BXD denota um forte abraço às relações culturais e coletivas de mulheres, promovendo debates e momentos de compartilhamento da luta pela igualdade de gênero, pela consciência social e pelo empoderamento, promovendo um sentimento de amparo e força para ir à luta cada dia mais.

Pode-se dizer que o empreendedorismo é, nas configurações que se expressam atualmente, uma ampliação dos valores capitalistas. Ao ampliar e impulsionar o desemprego, uma política neoliberal obriga as trabalhadoras desempregadas a tentar começar novos negócios. Em dimensões reais, é colocar novamente a trabalhadora sobre a insegurança e dificuldades de ter o mínimo para sobreviver. Como postulado, abrir um negócio requer estudos, preparação a longo prazo, visão de mercado e antecipação de alguns percalços, porém, dada a necessidade de sustento, as decisões podem ser urgentes.

Lisboa (2018, p. 11) expõe “a dependência desse proletariado em relação aos capitalistas. Quase sempre temem perder seus postos de trabalho, apesar da consciência real de que são explorados”, ou seja, ao não se enxergar como empregado, o empreendedor pode cair na alienação do lugar que ocupa socialmente. Entretanto, ainda que esse distanciamento das movimentações políticas desarticule o movimento dos trabalhadores que, por sua vez, cobraria do Estado atitudes mais eficazes para combater a crise do desemprego, no atual contexto, parece ser o empreendedorismo a mais palpável oportunidade de manutenção da vida. Não se pode negar que o caminho para verdadeiras mudanças sociais pode ser imensamente longo, enquanto a fome, é urgente.

Em contrapartida, um outro estilo de empreendedorismo, chamado de

“empreendedorismo social”, é um caminho oferecido como iniciativa de negócio, sem fins lucrativos, que visa romper com a pobreza e as desigualdades. Tem enfoque em áreas pobres e oferece uma contrapartida às questões sociais daquele lugar. Schmitz (2018), ao falar sobre o empreendedorismo social, descreve-o como sendo aquele que defende uma missão social e não a geração de riqueza. Segundo a autora, os empreendedores sociais podem ser lidos como vítimas da exclusão social e movidos por ideias que proponham soluções para as injustiças existentes. Os empreendedores sociais "direcionam esforços, criam e implementam ações no sentido de promover um sistema mais equilibrado e funcional, garantindo o autossustento e a melhoria contínua do bem-estar da comunidade" (SCHMITZ, 2018, p. 06). A idealização e produção da Feira Crias da BXD poderia entrar nessa categoria, caso o projeto não tivesse sido prematuramente interrompido.

Pode-se concluir que a lógica que mantém o neoliberalismo tão abrangente implica em uma disseminação de relatos e informações que mexem no subconsciente das pessoas, deixando-as empenhadas em busca de promessas vagas. Porém, pelo que se observou acima, o empreendedorismo desenvolve uma série de ações nos indivíduos, retirando deles a dimensão de classe, pois se veem como seus próprios patrões, muitas vezes ingenuamente se comparando com grandes empresários.

Em resumo, a partir de 2017, acontece uma explosão do fenômeno do empreendedorismo no Brasil. A reforma da legislação do trabalho e a desestruturação dos direitos trabalhistas promoveram uma onda de desempregos. A agenda neoliberal, então, posta em pleno funcionamento, molda, desenvolve e repercute princípios de concorrência em diversas esferas da vida social, promovendo individualização e reafirmando a realidade capitalista por meio do trabalho alienado. Essas ações integram um conjunto de fatores cuja notoriedade levou o Brasil a uma onda neofascista e neoconservadora, intensificando as condições de opressão das classes mais pauperizadas. Além disso, tanto os órgãos governamentais, quanto as instituições não-governamentais não demarcam ou promovem ações no sentido de apoiar o desenvolvimento do empreendedorismo social voltado à redução das disparidades de gênero.

Ademais, é importante frisar que, ao empreender, as mulheres geram a sua volta um movimento de transformação, pois carregam consigo as preocupações domésticas, com filhos, de ordem familiar ou outras. Se elas prosperam, toda uma comunidade prospera junto delas. Mulheres empregam mais mulheres. Apesar de a maioria dos negócios comandados por elas não ter funcionários, 60%, segundo pesquisa do *Instituto Rede Mulher Empreendedora* (IRME, 2019)¹³, quando contratam, elas preferem a mão de obra feminina. 45% dos empreendimentos liderados por mulheres são majoritariamente femininos e sete em cada dez empreendedoras possuem sócias mulheres, segundo pesquisa IRME, 2021. Nesse sentido, o que se observa é que longe de ser uma realidade transformadora na vida de todos os empreendedores, essa ferramenta de transformação, mesmo com limites, gera uma mudança pessoal na vida das mulheres, fortalecendo o senso de capacidade, autonomia e independência.

Durante as edições da Feira Crias da BXD, foi possível conectar diversas mulheres moradoras da Baixada, empreendedoras ou não, mas que pautavam a construção de caminhos melhores para a vida local. O acesso a espaços culturais e contato com a arte modifica a forma como as pessoas enxergam a realidade e o outro, e por esse motivo, empenhou-se em agregar à feira atividades culturais e de lazer, além da ocupação de espaços públicos promotores de educação, cultura e arte¹⁴. Dessa forma, espaços politizados que empenham pautas contra

¹³ Dados retirados do SEBRAE - Santa Catarina (2022). Disponível em: <<https://www.sebrae-sc.com.br/blog/qual-a-realidade-do-empreendedorismo-feminino-no-brasil>>.

¹⁴ A primeira edição da Crias da BXD ocorreu no Instituto Multidisciplinar, *campus* Nova Iguaçu da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro; a segunda e terceira edições ocorreram no Complexo Cultural de Nova Iguaçu; e a quarta edição ocorreu na Praça do Pacificador, em Duque de Caxias, entre o Teatro Raul Cortez e a Biblioteca Leonel de Moura Brizola, que disponibilizou seus banheiros e bebedouros para a comodidade das participantes da feira.

qualquer tipo de opressão fomentam a união e o senso de responsabilidade das pessoas.

Dentro dos seus limites, a Feira Crias da BXD construiu espaços de diálogos, conectando as realidades de mulheres periféricas diversas. Mães, negras, brancas, lésbicas, hétero e bissexuais, jovens ou não, unidas com suas mães, filhas, irmãs, primas, amigas ou sozinhas, mas que enfrentam dia após dia uma realidade hostil no Rio de Janeiro. Promover a escuta e escrever sobre a história dessas mulheres é um importante passo na mudança proposta quando o projeto foi idealizado.

3 CAPÍTULO II FEIRA CRIAS DA BAIXADA: TRAÇANDO UM HISTÓRICO

Este segundo capítulo, por vezes, será escrito em primeira pessoa. A Feira Crias da BXD foi, para mim, também experiência e realização pessoal. O desenvolvimento desse projeto me fez conhecer a liderança (MALACHIAS, 2018) que existia em mim. Contudo, reconheço que esse trajeto foi traçado durante toda minha existência. Criada na Baixada Fluminense, me reconhecendo como mulher branca, lésbica e periférica. Vi Joana d'arc, minha mãe, trabalhar, estudar, criar duas crianças, construir uma casa, superar relacionamentos abusivos com homens e dar conta de tudo. Precocemente, fui estudar em um município distante, ficando vulnerável aos vários perigos que a rua proporciona. Para meninas de 13 anos, levo o enfoque aos homens assediadores. Tudo isso me tornou feminista. Mesmo sem conhecer os conceitos de *empoderamento e liderança*, no momento de encontro com a Thaís Costa no espaço educativo do IFRJ - *campus* Belford Roxo e com a demanda proveniente de um trabalho de conclusão de curso, vieram à tona as questões das mulheres da Baixada Fluminense, em especial as pequenas empreendedoras. Tinha chegado a hora de fazer algo maior com o empoderamento que a vivência, as leituras e as relações sociais me trouxeram. Enquanto acadêmicas, nos aprofundamos nesses conceitos, mas foi a *práxis* que me apresentou a eles. Atualmente, ocupando esse local de privilégio que é a universidade pública, tenho a honra de registrar o histórico da Crias da BXD, de maneira contextualizada e amparada por mulheres intelectuais que há tempos lutam por justiça social. Espero que, em troca, outras mulheres possam se apropriar desse conhecimento, em especial as que o construíram junto a mim: as mulheres periféricas.

3.1 A origem do Projeto

De março a junho de 2019 participei como aluna do curso de extensão “Formação Docente para Comunicação, Cultura e Arte”, realizado no IFRJ - Campus Belford Roxo. Como trabalho de conclusão do curso, foi solicitado um projeto, no qual pudessem ser abordadas algumas das temáticas trabalhadas no decorrer dessa formação. Em conjunto com uma produtora cultural e artesã¹⁵, que na época era também coordenadora do Programa de Artesanato do município de Nova Iguaçu, uni meus conhecimentos acadêmicos, políticos, ativismos e experiência com feiras e desenvolvemos a Crias da BXD¹⁶, um projeto em formato de feira cultural, realizado em espaços públicos, que contaria com a exposição de trabalhos realizados de forma independente por mulheres da Baixada Fluminense. Espaços voltados ao protagonismo de mulheres e à valorização de seus fazeres e luta por autonomia ainda ocorrem em número reduzido.

Esta ideia considera que, historicamente, construiu-se um padrão social fundamentado no patriarcado, que naturalizou a responsabilidade do trabalho doméstico como lugar da mulher (sobretudo as negras), enquanto os homens (brancos) controlam os meios de produção, concentram renda e se apoderam do uso do espaço público. Em contrapartida, é de suma importância o estímulo à busca de autonomia financeira, autoestima e senso de pertencimento por essas mulheres, sendo essas importantes ferramentas no combate às opressões de gênero e

¹⁵ Thaís da Costa Antonio dos Santos, Bacharel em produção cultural pelo IFRJ-Nilópolis, Mediadora de educação para patrimônio pela Fundação Demócrito Rocha, artesã e empreendedora.

¹⁶ A sigla BXD é utilizada pela juventude e pessoas inseridas no cenário cultural da Baixada Fluminense para se referir a esse território.

violência doméstica, especialmente ao se tratar de um território¹⁷ com índices alarmantes de violência contra a mulher.

Nesse ínterim, foi possível notar que há uma grande demanda pela implementação de locais nos quais as mulheres possam usufruir e, ao mesmo tempo, contribuir para a sua construção, ideológica e, politicamente falando, por meio do diálogo, pensando os espaços públicos como lugares seguros, de visibilidade e valorização da mulher e de seus trabalhos autônomos, sejam eles pequenos empreendimentos e produções, atividades culturais e artísticas, artesanais, etc.

Na ocasião da primeira edição da Crias da BXD, um número significativo de mulheres vieram até a mim para perguntar quando seria a próxima feira e como elas poderiam fazer para participar, fato inesperado, mas que denota a solicitação citada acima. Além disso, nas redes sociais, a Feira teve um alcance também maior do que o esperado, levando agentes da prefeitura de Nova Iguaçu a nos convidar, rapidamente, para uma ampliação do projeto.

Embora o projeto tenha sido paralisado em março de 2020, ainda hoje, quase 3 anos depois, nosso perfil no *Instagram* segue recebendo inúmeras mensagens de mulheres empreendedoras interessadas em participar.

Por fim, durante as entrevistas cedidas para o presente trabalho de pesquisa, ao serem perguntadas se seria importante a ocorrência de mais projetos como a Crias na Baixada e se conheciam outras propostas parecidas, essa solicitação também veio à tona.

Márcia Favaro declarou que “a Crias envolve a questão feminina, o respeito à diferença, e que não conhece ninguém que faça o mesmo trabalho”. Ela diz que “existem outras feiras, como a Escambau, a Vintage, a Feira Iguassú, mas como a Crias não tem não. [...] Com certeza deveria acontecer mais vezes e em mais locais públicos”. Thaiane Cerqueira igualmente salientou que não conhece propostas similares e pensa que o projeto deveria ser retomado:

“principalmente por ser um projeto criado e desenvolvido por mulheres, marcas de mulheres [...], seria interessante, né? A gente, mulher, às vezes, acaba se sujeitando muito [...]. Por exemplo, eu não tenho filhos, mas conforme vai passando a vida, filho, trabalho [...]. Na minha questão, às vezes, a gente precisa trabalhar, tipo eu, [...] pagar o curso. E a questão da arte, a gente se expressa e mesmo que você vá lá e não venda nada ou venda, mas não venda tanto, você está ali, colocou sua arte para fora. Então, para quem participa já é muito importante” (Thaiane Cerqueira, 2022, em entrevista).

Enquanto Monalisa Moreira ainda alegou que a Crias da BXD tem sido inspiração em sua atuação com um coletivo de mulheres feministas de São João de Meriti:

“Eu não conheço uma proposta parecida com a Crias. Eu vou contar uma pequena história: faço parte de um coletivo de mulheres aqui em São João de Meriti, o Coletivo Margaridas. A gente pensa muito sobre isso, [...] como a gente pode fazer para mostrar o trabalho de outras mulheres? O que poderíamos fazer em relação a isso? Então, inspirado na proposta da Crias, a gente já chegou a conversar sobre fazer alguns encontros abertos para discutir temas relacionados às mulheres, à violência doméstica, qualquer coisa assim. A gente pensa também em colocar um espaço para as meninas exporem.”

Retomando sobre o processo de idealização do projeto, o formato de feira foi o escolhido, pois na dinâmica de eventos como esse fazem parte interações e trocas de experiências, para além da compra e venda de mercadorias. Dessa forma, a Feira Crias da BXD surge com a proposta de um espaço de escuta, de múltiplas expressões e de criação de redes de apoio e fortalecimento entre mulheres trabalhadoras independentes da Baixada Fluminense.

A escolha do nome “Crias da BXD” provém de uma gíria periférica, que significa “pessoa nascida e crescida em determinado local” e também faz referência, nesse contexto, à

¹⁷ Dados do Instituto de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro (IST-RJ), Dossiê Mulher (2021).

palavra criatividade ou criações. BXD é como os moradores, em especial a juventude e pessoas inseridas no cenário cultural da Baixada Fluminense se referem a esse território. A proposta é direcionada, então, a valorizar e trazer para o espaço público a criatividade das mulheres da Baixada, a partir do enfoque em seus trabalhos e produções dos mais diversos segmentos e vertentes, contando também com uma área de convivência, apresentações musicais, intervenções literárias, varal de fotografias, oficinas, yoga, dentre outras atividades culturais.



Figuras 3 e 4: fotos da área de convivência, na edição de outubro de 2019, em Nova Iguaçu; e aula aberta de yoga, na edição de março de 2020, em Duque de Caxias. Arquivo da pesquisadora.

Todas essas atividades são realizadas por mulheres. É fato que já existem eventos com descrições parecidas a essa neste território, mesmo porque, as mulheres são as principais produtoras de artesanatos e trabalhos manuais desse cunho, e compõem um grande número nas iniciativas de micro empreendedorismos, representando 47,4% do total de MEI registrados no Brasil em 2015, segundo o SEBRAE, além das empreendedoras informais. Tais empreendimentos tornam-se importantes opções de fonte de renda, frente às dificuldades de se estabelecerem no mercado de trabalho formal, que acometem diferentes categorias de mulheres, em maior grau, as mulheres negras periféricas.

Não obstante, em oposição à proposta da Crias da BXD, alguns desses eventos tratam-se de iniciativas que reforçam os estereótipos em que se baseia a opressão de gênero, como o de “mulheres do lar”, enquanto outros são realizados apenas com o objetivo da obtenção de lucro, sem deixar em evidência posicionamentos políticos anti patriarcais, tais como a priorização de mulheres, formando redes feministas de apoio e solidariedade.

Com diferentes faixas etárias, pertencimentos raciais, sexualidades e corpos, a Crias da BXD oportuniza a união de múltiplas identidades, que a categoria *mulher periférica* pode englobar, para que, dessa forma, o espaço seja democrático, inclusivo e representativo. É necessário considerar a multidimensionalidade das opressões para construir um movimento feminista que verdadeiramente emancipa mulheres.

Indo ao encontro do pensamento de Audre Lorde (2019), a opressão contra as mulheres afeta a todas, mas isso não significa que ela seja idêntica diante dessas diferenças. Lidar com um tipo de opressão sem mencionar outros é deturpar tanto o que temos em comum quanto o que temos de diferente. Ou seja, um movimento baseado no diálogo entre mulheres periféricas, no qual são consideradas e exaltadas as suas diferenças, com o intuito do apoio mútuo e da visibilidade para as especificidades de cada uma, constitui-se em um processo pedagógico democrático.

Ainda citando Audre Lorde (2019), a ausência de considerações sobre diferenças de raça, sexualidade, classe e idade enfraquece qualquer debate feminista sobre o pessoal e o político. Se não forem incorporadas diferentes mulheres nos debates e ações desta rede de

fortalecimento, não há qualquer mudança efetiva, restando apenas mais uma iniciativa liberal corroborando com o patriarcado capitalista que serve à hegemonia.

3.2 A pré-produção e os critérios de seleção das expositoras participantes

Na etapa de pré-produção, primordialmente há de se conseguir um local para a realização do evento. O intuito é a ocupação de espaços públicos de forma itinerante, fazendo com que a Feira Crias da BXD pudesse percorrer os treze municípios da Baixada Fluminense, sendo assim, esta decisão é tomada em conjunto com a prefeitura do município escolhido para cada edição em questão.

A primeira edição, projeto-piloto da Feira Crias da BXD, ocorreu no Instituto Multidisciplinar, *campus* Nova Iguaçu da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. A infraestrutura foi cedida pela organização da Feira de Agricultura Familiar (FAF), que ocorre nesse *campus* e as expositoras foram convidadas, não havendo chamada pública para inscrições na ocasião.

Com a repercussão da primeira edição da Crias da BXD, a coordenação de economia criativa da Secretaria de Cultura da prefeitura do município de Nova Iguaçu, por meio das redes sociais do projeto, nos convidou para uma reunião, onde seria apresentado formalmente o projeto, o que culminou na realização das duas edições posteriores no Complexo Cultural do município.

Para o evento ter a conformação de feira é necessário a locação de barracas. O número de barracas é decidido de acordo com as possibilidades que o local do evento permite e o aluguel é feito de forma independente, pela produção do evento. É por meio de uma taxa de inscrição paga pelas expositoras, um valor simbólico, bem abaixo de taxas¹⁸ de inscrição usualmente cobradas para participar de eventos como esse, que é custeada toda a estrutura do evento, já que não há um financiamento ou prévia angariação de recursos.

Algumas parcerias estavam sendo iniciadas nas últimas edições da feira, ocorridas antes da pandemia do Coronavírus (Covid-19). Na IV edição, um restaurante que se identificou com a proposta, decidindo apoiá-la, disponibilizou almoço gratuito para todas as expositoras e acompanhantes. Além disso, também foram obtidas gratuitamente cadeiras e mesas, cedidas pela escola de samba Acadêmicos do Grande Rio. Mais adiante abordaremos a IV edição com maior detalhamento.

Assim que são determinados o local do evento e valor da taxa de inscrição, é lançada uma chamada pública, em forma de edital, com um resumo da proposta, normas do evento e informações sobre as inscrições, divulgado nas redes sociais oficiais do projeto, em especial o *Instagram*, canal de maior alcance às expositoras.

Neste edital consta também um *link* que direciona as pessoas interessadas em participar para um formulário de inscrição, desenvolvido para as conhecermos melhor, desde a perspectiva que possuem sobre si próprias e sobre suas marcas, e assim haver a possibilidade de traçar breves perfis e realizar a seleção das expositoras para cada edição do evento.

Quando se pensa em visibilidade e protagonismo, preceitos da Crias da BXD, faz sentido a escolha das autonarrativas desde esse contato inicial com as participantes. Por ser um modo de se contar as histórias mantendo a centralidade do ponto de vista de quem as vive, e não partir de um olhar hegemônico. Grupos historicamente marginalizados precisam ter espaço para falarem de si próprios. Assim, se torna possível construir políticas públicas efetivas direcionadas a eles.

¹⁸ A média do valor da diária para expor em uma feira de empreendedoras no Rio de Janeiro é de R\$150. Na Crias da BXD a taxa média foi de R\$30.

Durante o preenchimento do formulário de inscrição, são solicitadas informações sobre as candidatas a expositoras, tais quais, nome completo, e-mail e telefone para contato, o município da Baixada em que reside, o tipo de perfil em que se enquadra (empreendedora, artesã, artista, dentre outros), um breve relato de sua história de vida e a relação com seu trabalho, link da rede social do empreendimento e fotos dos trabalhos.

As respostas são mantidas como um banco de dados para levantar informações sobre as interessadas em participar do projeto, compreendendo melhor seus perfis, de forma a otimizar a contínua construção da proposta, além de ser utilizado como um cadastro prévio para a possibilidade de convocação para participação como expositoras em próximas edições da Feira Crias da BXD, as mulheres que eventualmente ficaram de fora em alguma das seleções.

Foram obtidas 116 respostas ao formulário de inscrição *online*, resultantes de 3 editais ocorridos entre setembro de 2019 e março de 2020, que possibilitaram constatar alguns dados etnográficos.

Como demonstrado no gráfico 1, há uma variação entre 17 e 55 anos na faixa etária das proponentes para participar da Feira. A maioria das inscritas possui idades entre 17 e 25 anos, representando cerca de 40,5% das respostas. Na sequência está o grupo com idades entre 26 e 34 anos, que corresponde a cerca de 31% do total, o grupo de 35 a 43 anos, com aproximadamente 18,1%, e, por fim, na faixa etária dos 44 aos 55 anos, encontram-se cerca de 10,3% das mulheres que responderam o formulário.

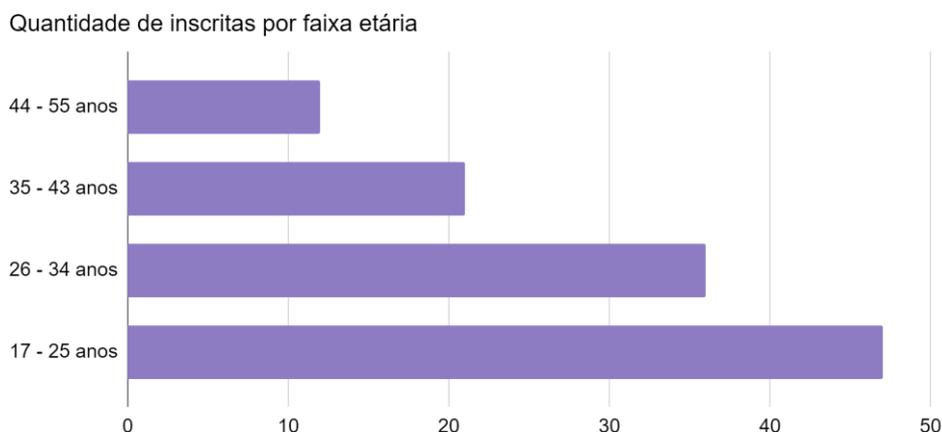


Figura 5: gráfico representando a quantidade de inscritas por faixa etária

Em relação ao território, 50% das inscritas são residentes em Nova Iguaçu. Isso se explica pelo fato de três das quatro edições da Crias da BXD terem ocorrido neste município, o que corrobora com a importância do projeto ser itinerante, objetivando ampliar esta rede de mulheres da Baixada Fluminense, incorporando a pluralidade existente nas vivências em suas diferentes regiões.

Qual cidade da Baixada Fluminense você reside?

116 respostas

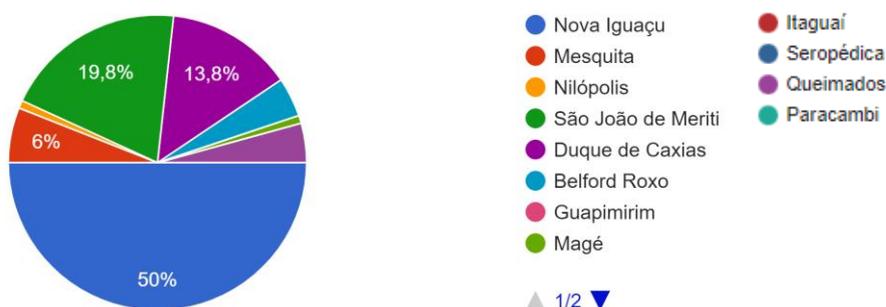


Figura 6: gráfico representando o percentual de inscritas por município

Um dos aspectos considerados na análise das inscrições é a variedade dos segmentos dos trabalhos expostos para, dessa forma, haver uma diversidade de produtos/atividades, reduzindo a concorrência entre as expositoras, com o intuito de ampliar a notoriedade de cada um dos trabalhos e tornar mais propensas as vendas e respectivos lucros, além de configurar a feira um ambiente de maior multiplicidade de criações.

As respostas ao formulário de inscrição indicaram que 41,4% das inscritas se enquadram no perfil Empreendedora, dentre elas estão revendedoras de bijuterias, roupas, bolsas e outros produtos. 40,5% são Artesãs, que modificam manualmente a matéria-prima para criar os artigos que vendem, sendo alguns exemplos os cosméticos artesanais, sabonetes, velas, crochet, bordados, confecção de roupas, bolsas e outros acessórios, marcenaria, absorventes de pano, itens de decoração para casa, etc. O terceiro perfil mais presente foi o de Pequenas Produtoras, que se diferenciam das artesãs por produzirem, em pequena escala, itens personalizados, com auxílio de maquinário, como cadernos e itens de papelaria e gráfica, doces personalizados, estamparia, dentre outros. Categorias como brechós, serviços de saúde (massoterapia, aromaterapia, etc.), yoga, cabeleireiras e trancistas, confeitadeiras, musicistas e contadoras de história também já estiveram presentes na Feira ou se inscreveram via formulário, demonstrando interesse em comparecer.

Em qual perfil você se enquadra?

116 respostas

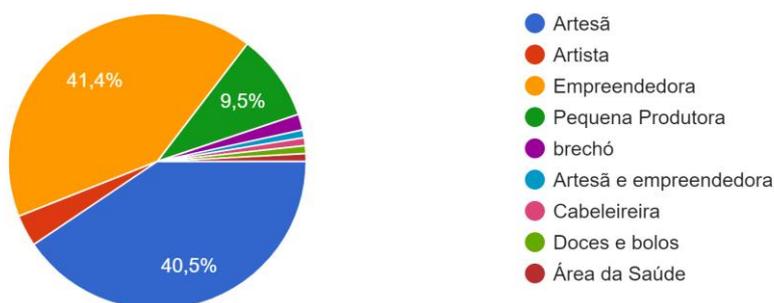


Figura 7: gráfico representando o percentual de inscritas por segmentos

A quantidade de expositoras selecionadas para cada edição varia de acordo com as possibilidades de infraestrutura do local onde o evento ocorre, podendo participar mulheres cis e trans, travestis, homens trans e pessoas não-binárias¹⁹. O racismo, capitalismo e o cisheteropatriarcado são estruturalmente inseparáveis (AKOTIRENE, 2019, p.14) e, entrecruzados, afetam de diferentes maneiras as vidas das mulheres periféricas. E essa é a principal justificativa para a decisão de agregar identidades de gênero dissidentes: ainda que cada grupo tenha suas singularidades em seus ativismos, as violências decorrentes da dominação que os afeta - a cada um de sua maneira - vêm de um mesmo local. É preciso ressaltar isso, reconhecendo o opressor que se configura nos moldes das estruturas sociais e se aliar a quem igualmente desafia o poder hegemônico.

Dito isso, reforçamos no momento das inscrições que o principal fundamento da Crias da BXD é ser um espaço de protagonismo de mulheres da Baixada Fluminense que buscam sua autonomia financeira pela criação e gestão de seus próprios empreendimentos. Isso pois, desejamos colaborar com o enfrentamento de problemas ou desafios estruturais que infringem o sexo feminino, tais como as diferentes formas violências masculinas, domésticas ou dos espaços públicos, o cuidado e sustento dos filhos, o acesso aos estudos, dentre outras importantes pautas.

A multiplicidade entre as expositoras enriquece os debates e fortalece a rede de apoio que vem se formando nesses encontros, onde diferentes narrativas se unem em um movimento mais democrático e representativo. Os dados acima foram coletados com o objetivo de conhecermos melhor o público que nos procurava para trabalhar. Optamos por não perguntar a escolaridade das mulheres. Na ocasião, não podíamos supor que o processo criativo e produtor da Crias seria tema de uma pesquisa de mestrado. Entretanto, relendo as respostas neste momento no qual participo como pesquisadora, o meu olhar identifica que muitas das participantes iniciaram suas marcas com o objetivo de acessar ou manter-se em instituições de ensino.

Outros dois dados faltantes que, enquanto pesquisadora, passo a considerar imprescindíveis, seriam, em ordem de importância, a auto identificação racial e a de gênero. Pois a questão racial é inerente à contextualização do que representa a atuação política no território da Baixada.

Ainda sobre a seleção das expositoras, foram considerados como critérios a diversidade dos segmentos dos trabalhos e as subjetividades que envolvem as vivências e desenvolvimento do trabalho autônomo de cada candidata - reafirmando que os papéis de conceptora e pesquisadora da Crias também envolvem subjetividades. Algumas das selecionadas são experientes em participação em feiras, enquanto outras expõem pela primeira vez neste tipo de evento, se unindo à Crias da BXD por se identificarem com a proposta. Como resultado dessa troca, se faz possível dar suporte às novas empreendedoras no ramo, por meio da divulgação de seus trabalhos nas redes sociais, dos novos referenciais e parcerias que surgem durante os contatos ocorridos no dia do evento, além de atitudes práticas, como quando, por vezes, cuidamos do bebê para que a mãe pudesse dar atenção aos clientes, nos preocupamos com a

¹⁹ Pessoas cis são aquelas que se identificam com o gênero que lhes foi designado ao nascimento, em consonância com seu sexo biológico.

Homens trans ou pessoas transmasculinas possuem o sexo biológico feminino, mas se identificam socialmente e fisicamente com o gênero masculino.

Mulheres trans ou pessoas transfemininas possuem o sexo biológico masculino, mas se identificam socialmente e fisicamente com o gênero feminino.

Travestis são pessoas biologicamente do sexo masculino, mas que se identificam com o gênero feminino. O termo possui uma importância política, pois historicamente foi utilizado de maneira pejorativa e associado à prostituição, contudo, atualmente vem sendo ressignificado.

O não-binarismo engloba as identidades que não estão em conformidade com a binaridade de gênero, portanto, que não se identificam exclusivamente como homens ou mulheres.

alimentação, o bem-estar e as inseguranças de cada expositora. A atenção a cada detalhe na estrutura da feira é capaz de facilitar a experiência e estimular a “feirante de primeira viagem”.

Todas as inscritas recebem, nos prazos previamente estipulados no edital, um e-mail notificando às selecionadas os próximos passos para a confirmação da inscrição e às que não puderam ser selecionadas para participar como expositoras, um convite para visitar a feira, abrindo a possibilidade de se integrar de outras formas ao projeto. O envio do e-mail para as não-selecionadas é também um gesto respeitoso e que mantém uma aproximação, pontuando que eventualmente serão abertas vagas para que essas mulheres participem das seguintes edições da Crias, de maneira que a dinâmica do processo seletivo aconteça pela criação de um canal de comunicação e acolhimento, preservando o propósito da formação de redes, e não de disputas.

Após a confirmação da presença no evento, as expositoras da edição são incluídas em um grupo de *WhatsApp*, canal de comunicação escolhido pela produção para trocar informações de forma mais facilitada e instantânea, abrir um primeiro espaço de debate horizontal sobre algumas decisões a serem tomadas, além de dar início ao contato entre as empreendedoras participantes.

O período da pandemia de COVID-19 amplificou mundialmente a utilização das redes sociais, em particular as tecnologias de informação e comunicação. Ao mesmo tempo em que o período foi marcado pelo isolamento e distanciamento social, temáticas globais se popularizaram. Dentre elas, destacamos os debates direcionados ao empoderamento das mulheres (ONU, 2016) e a necessidade internacional de se cumprir as metas da Agenda 2030 das Nações Unidas²⁰. A participação desta pesquisadora em disciplina com mulheres latinoamericanas e no grupo de pesquisa AFRODIÁSPORAS colaborou para um olhar mais atento ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 5, alusivo à igualdade de gênero. Este ODS perpassa toda a Agenda e, no Brasil, quinto²¹ país no mundo em índices de feminicídio, torna-se medida urgente.

Durante os dias que antecedem a Feira, nas redes sociais oficiais do evento é divulgado um perfil das expositoras, contendo fotos, um resumo de suas histórias e da importância que seus empreendimentos têm em suas vidas.

O processo seletivo foi uma das características mais fortes da pré-produção: carregar o projeto de significado desde o momento da divulgação, estampando os rostos das mulheres responsáveis pelas produções, ressaltando que não se trata de puro comércio ou uma publicidade esvaziada politicamente.

Se considera e valoriza as particularidades que cada uma carrega em suas histórias e, dessa forma, se faz possível proporcionar a elas uma sensação de acolhimento, ao se verem cuidadosamente anunciadas. Quando se trata de mulheres e, principalmente, de mulheres periféricas, constantemente invisibilizadas, esse aspecto torna-se ainda mais relevante.

“Tenho a impressão de que a gente precisa trabalhar muito mais para ser vista, sabe? Não são as mesmas oportunidades. Então, a gente quer isso, ocupar os lugares, se fazer presente, fazer com que as pessoas nos notem e respeitem o nosso trabalho. Porque o que a gente faz também não é “ah, ela faz uma coisinha qualquer... é dona de casa e faz uma coisinha ali qualquer”, não é isso. A gente quer ser respeitada” (Monalisa Moreira, em entrevista).

Ainda como forma de divulgação, foi aderida a *hashtag* - palavra-chave antecedida pela cerquilha (#) utilizada na identificação de conteúdos compartilhados em Redes Sociais -

²⁰ Reconhecemos que a ONU impõe uma perspectiva ocidentalizada e com enfoque no mundo do trabalho, ainda assim, considera-se importante a luta pelos direitos humanos em todos os âmbitos.

²¹ O primeiro lugar em feminicídios é El Salvador, Colômbia segundo lugar, Guatemala terceiro e quarto Rússia. (ONU Mulheres, 2015)

#compreumamulher, que foi citada muitas vezes virtualmente durante o evento, expandindo o alcance para além do espaço físico que ocupamos. Um outro recurso utilizado foram os adesivos que, ao serem distribuídos durante o dia do evento, se tornaram um importante símbolo da Feira.



Figura 8: foto de um dos adesivos com a *hashtag* “compre de uma mulher”. Arquivo da pesquisadora, março de 2020.

Para além de um espaço-tempo, a Crias da BXD vinha se tornando um movimento de ação política. Cada vez mais mulheres buscavam o projeto com essa motivação e havia um grande potencial de implementação de uma rede de apoio mútuo entre mulheres. Em todas as entrevistas houveram relatos que reforçam esse potencial, mitigado pela ocorrência da pandemia.

Outro aspecto interessante da feira é ser um espaço de produção cultural. Já são propostos momentos de cultura e arte no decorrer do evento e a produção criativa das expositoras demonstra habilidades culturais, estéticas, artísticas, aprendidas e apreendidas em contextos educativos formais e não formais. Thaianie Cerqueira confidenciou que no município em que reside

“o acesso à cultura é bem precário. Tem o Sesc São João de Meriti, que quando era menor, ia. Pegava livros, às vezes, na biblioteca. Tem um Teatro lá que também falavam [...], tem que fazer uma carteirinha. Muita gente aqui nunca assistiu uma peça de Teatro [...], não conhece. Eu nunca entrei num Teatro para assistir uma peça. Já apresentei uma peça, mas assistir, nunca. Nunca entrei para assistir mesmo” (Thaianie Cerqueira, 2022, em entrevista).

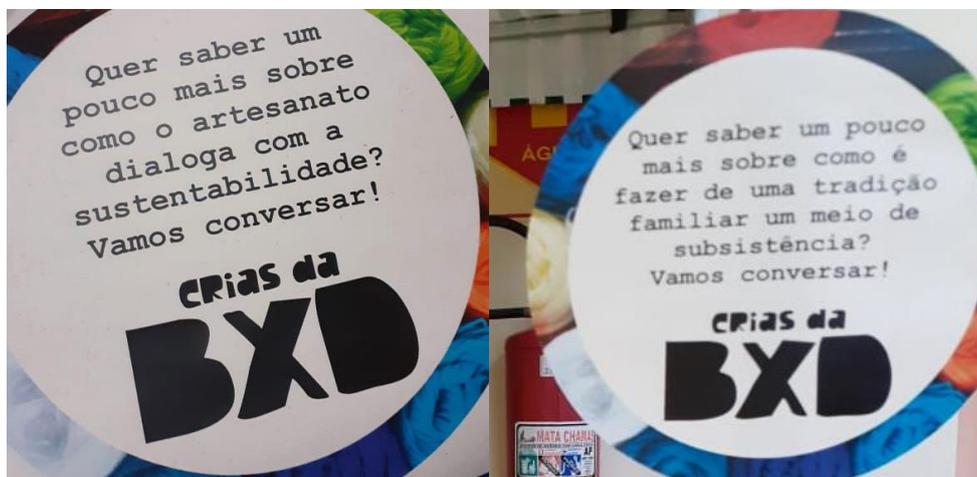
A experiência da Thaianie também é pautada no Relatório de monitoramento Agenda Rio 2030, organizado pela Casa Fluminense (2021), ao registrarem que quando saímos da capital da metrópole e transitamos pela Baixada Fluminense e pelo Leste Metropolitano encontramos um déficit tanto no campo de equipamentos culturais, quanto com a possibilidade de fazer da rua um espaço de cultura.

Portanto, a Feira é um lugar de protagonismo, construído por e para elas, trazendo a compreensão da importância de seus trabalhos, individual e coletivamente; colabora na geração de renda, e, concomitantemente, fomenta a criatividade e o acesso a múltiplas linguagens artísticas e culturais, reafirmando o empoderamento feminino.

3.3 O desenvolvimento do projeto em suas quatro edições

A primeira edição da Feira Crias da BXD ocorreu em junho de 2019, no Instituto Multidisciplinar da UFRRJ, município de Nova Iguaçu, sendo composta por apenas 8 marcas de produtoras independentes que residem na Baixada Fluminense, reunindo uma variedade de produtos, como saboaria artesanal, crochet e bordados contemporâneos, objetos de decoração e acessórios feitos a partir do reuso de materiais descartados, brechó, bijuterias, costura criativa, dentre outros. Nesta edição não houve chamada pública nem cobrança de taxa de inscrição. As expositoras foram convidadas a conhecer a proposta e participar do evento. A viabilidade da ação bem estruturada se deu por meio da concessão das barracas pela organização da Feira de Agricultura Familiar (FAF) que ocorre permanentemente no *campus*.

Como forma de estimular a troca de saberes entre as expositoras e o público presente e valorizar o conhecimento vindo de suas experiências, foram produzidos cartazes para cada *stand*, buscando criar uma identidade visual para a Feira e trazer indagações e temáticas que dialogavam com os empreendimentos e as ideologias, inspirações e aspirações que os conceberam. Para, dessa forma, evidenciar a importância do trabalho das mulheres participantes no âmbito da arte, da economia e da cultura.



Figuras 9 e 10: fotos dos cartazes posicionados em *stands* da I Feira Crias da BXD, em 12 de junho de 2019. Arquivo da pesquisadora.

Nesta edição foi realizada uma oficina de bordado em fotografias, gratuita e aberta ao público em geral. O material necessário para a prática (agulhas, linhas, bastidores, etc.) foi oferecido gratuitamente, além de ter sido desenvolvido um livreto digital que contava a história do bordado e sua conexão com a formação de redes entre mulheres, estilos e técnicas de bordados, passo-a-passo de pontos básicos, ilustrações e recomendações de vídeos e tutoriais *online*. Esse documento foi compartilhado via *WhatsApp* com todas as interessadas.

Apesar de ter se formado um grupo de pessoas curiosas ao redor da mesa onde acontecia a oficina, apenas uma mãe e seu filho aderiram efetivamente à atividade. Ainda assim, houve um interessante compartilhamento de memórias de várias dessas mulheres ali presentes, despertadas pelo ato de bordar.

Retomando a perspectiva de uma pesquisadora proponente, rememoro o passado e identifico na alegria do grupo de mulheres, compartilhada no ato de bordar fotografias, como reveladora de um processo pedagógico, nem sempre consciente, da produção artística.

Na ocasião, ainda não existia a pretensão de dar prosseguimento e ampliação ao projeto. Entretanto, nos primeiros momentos da Crias sendo executada, essa demanda veio à tona. O público presente indagava quando seriam as próximas, o alcance nas redes sociais foi maior que

o esperado e naturalmente a Feira proporcionou uma grande aproximação entre as expositoras, que colaboram com todo o processo de produção.

Desarmar toda estrutura das barracas no fim do dia foi um árduo trabalho. Contudo, ainda que essa função não tivesse sido designada antecipadamente a nenhuma das expositoras, todas as mulheres presentes participaram ativamente, de forma solidária, possibilitando a devolução das barracas e o encerramento do dia de produção. Esse momento de trabalho coletivo depois de um dia cansativo, foi também de grande aproximação e trouxe à luz a potencialidade do movimento que ali se iniciava.

Embora haja a necessidade de um maior fomento voltado às atividades de valorização da mulher periférica e troca de saberes entre elas, a região carece da participação efetiva do poder público na promoção desse tipo de ação e apoio para possibilitar sua realização. Posto isso, são os coletivos e produtores independentes que, majoritariamente, desempenham essa função na região da Baixada Fluminense. Nesse cenário, somado ao modelo de sociedade em que nós, mulheres, estamos inseridas, as produções de autoria feminina encontram-se ainda mais desfavorecidas e invisibilizadas, sejam elas empreendimentos, trabalhos artísticos, produtos e/ou serviços.

Nos dias subsequentes à primeira edição da Crias, por meio das redes sociais do projeto, o coordenador²² de economia criativa da Secretaria de Cultura de Nova Iguaçu demonstrou interesse pela Crias da BXD, sugerindo uma reunião para apresentação do projeto, o que culminou na realização das duas edições posteriores no Complexo Cultural do município.

Para a realização da II Feira Crias da BXD, que aconteceu no dia primeiro de outubro de 2019, foi divulgado um edital sobre as normas para participar do evento e um formulário de inscrição *online*. Com cerca de 40 expositoras, o evento contou com uma área de convivência, atração musical e o mural “indique uma mina”²³.

A artista convidada foi Bar Maradei, uma musicista argentina, que com seu bandoneon, tocava e cantava músicas da cultura de seu país de origem. A atração ocorreu próximo à entrada do Complexo Cultural para que os transeuntes também pudessem desfrutar e, quiçá, entrar para conhecer a feira. Como remuneração, Bar recebeu um cachê simbólico e “passou o chapéu” para a contribuição espontânea do público.

Todas as participantes presentes foram convidadas individualmente para assistir ao show. Ainda assim, poucas delas se aproximaram no momento da apresentação.

Nesta edição da feira, também pudemos instituir um som ambiente, com uma *playlist* predominantemente de músicas de cunho feminista, e assim, unido com a área de convivência, criou-se um ambiente descontraído, mais favorável para que os contatos entre as participantes se estabeleça.

Conjuntamente à satisfatória realização da feira, surgiram as primeiras tentativas de apropriação do projeto. Incluindo a presença de um fotógrafo e jornalista contratado pelo então Secretário de Cultura, que posteriormente divulgou fotos do evento em um jornal *online*, associando a autoria e produção da Crias da BXD à gestão da Secretaria, sem ao menos citar o nome que foi designado ao evento.

Ao final da segunda edição, o subsecretário de cultura e o coordenador de economia criativa do município de Nova Iguaçu propuseram que a Feira Crias da BXD fosse inserida em um projeto maior: a Feira Iguassú. Trata-se de um evento promovido pela prefeitura em conjunto com os comerciantes locais, de concepções incongruentes em relação à Crias da BXD. Além disso, a proposta não envolvia qualquer remuneração para o trabalho de curadoria e produção, e por isso entendemos que se tratava da apropriação do projeto, não uma parceria com intuito de engrandecê-lo.

²² Wesley Brasil, no ano de 2019.

²³ Espaço dedicado ao compartilhamento de indicações de empreendedoras da Baixada Fluminense, pensado para divulgar o trabalho de um número maior de mulheres, para além das que puderam comparecer no dia da feira.

Em decorrência dessa não aceitação, a prefeitura vetou a utilização gratuita de seus espaços propícios para a realização da Crias da BXD no centro de Nova Iguaçu.

Entretanto, contrapondo-se à retaliação, a terceira edição da Crias ocorreu no local pela segunda vez, com apoio de mulheres trabalhadoras da administração do Complexo Cultural, que concederam o contrato de autorização para utilização do espaço.

Apesar do contrato firmado para a utilização do local das 11h às 23h do dia 22 de novembro de 2019, acordado com mais de um mês de antecedência, ao chegar ao local, nos deparamos com o espaço reservado ocupado por um evento da Secretaria de Educação, que segundo a administração do Complexo Cultural, teria sido planejado pelo secretário de educação “de última hora”.

Intuímos a ação como mais uma tentativa de boicote, visto que o próprio secretário de Cultura estava presente, sem dar qualquer parecer, assistindo as diversas mulheres chegando com seus materiais de trabalho e crianças de colo, sem ao menos poderem adentrar ao local.

Toda aquela lamentável situação era exatamente o oposto do principal objetivo da Crias: valorizar e dar visibilidade a essas mulheres. Considerando a gravidade das circunstâncias, foi decidido não mais insistir em realizar a Feira em parceria com a prefeitura do município de Nova Iguaçu.

Por conseguinte, passamos a buscar locais adequados em outros municípios, visto que a proposta da Crias da BXD inclui a ideia de uma feira itinerante, abrangendo diferentes regiões da Baixada Fluminense.

Além das mais de 100 inscrições por formulário, recebemos diariamente em nossas redes sociais mensagens de mulheres buscando informações sobre próximas edições, em sua grande maioria, com interesse em expor.

O próximo município a receber a Crias foi Duque de Caxias, onde a quarta edição da feira ocupou o cartão postal da cidade: a Praça do Pacificador.

Realizada no dia 07 de março de 2020, véspera do dia internacional da mulher, com a presença de 32 expositoras, a estrutura da feira contou com barracas, cadeiras para as expositoras, banheiros e bebedouros (disponibilizados pela Biblioteca Municipal Governador Leonel de Moura Brizola).

A articulação com a Secretaria de Cultura e Turismo foi iniciada por meio do Egeu Laus, na ocasião, assessor de Projetos Especiais e coordenador de Economia Criativa na Secretaria Municipal de Cultura e Turismo de Duque de Caxias. Além disso, Egeu apresentava um programa de rádio na Ativa FM e convidou a Thaís e a mim para uma entrevista onde pudemos falar sobre o projeto e a importância desse tipo de espaço, divulgar as atividades que seriam realizadas, etc.

No dia do evento, ao visitar a feira, Egeu, surpreendido com a organização e a grande variedade de trabalhos, produtos expostos e com a multiplicidade entre as participantes, sugeriu uma parceria para trabalharmos juntos, colaborando com a curadoria de expositoras para as feiras realizadas pela FIRJAN²⁴, instituição para a qual também trabalha.

Um representante do SESC²⁵ Duque de Caxias também visitou a IV Crias da BXD e demonstrou interesse em uma parceria. Após se apresentar, me convidou para uma futura reunião com o intuito de propor que eu realizasse capacitações e edições reduzidas da feira em sua unidade no município.

Esses fatos são relevantes, visto que um dos principais objetivos nesta edição era estruturar melhor o projeto, conseguindo patrocínios, novas parcerias, incluindo a possibilidade de articulação com comerciantes locais, já que a localidade era uma região do grande centro comercial do município.

²⁴ Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro

²⁵ Serviço Social do Comércio

Até aquele momento, trabalhávamos sem receber um pagamento, sem verba para investir em uma ampliação do projeto. Todas as demandas eram centralizadas em apenas duas pessoas. Era notória a necessidade de mais mulheres na equipe de produção. Surgiram candidatas que se voluntariaram para trabalhar conosco, mas só incluiríamos mais pessoas se pudéssemos remunerá-las.

De fato, algumas parcerias puderam ser iniciadas. Na oportunidade, o proprietário de um restaurante recém inaugurado, chamado Paraíso do Sabor, entrou em contato conosco e estabelecemos uma parceria. Foi fornecido almoço gratuito para todas as expositoras e acompanhantes. Como permuta, divulgamos o restaurante em nossas redes sociais. Mais do que interessado na divulgação, o proprietário se mostrou participativo em causas que buscam justiça social, e propôs essa parceria por acreditar na proposta da Crias.

Na semana em que estava agendada para ocorrer a feira, Duque de Caxias foi afetada por fortes chuvas, e um grande número de pessoas perderam suas casas. Por isso, foi organizada uma campanha de arrecadação de alimentos não-perecíveis e produtos de higiene pessoal para o dia da feira.

O Paraíso do Sabor, além das refeições, providenciou uma tenda que serviu como ponto de coleta das doações. A marca de cosméticos Naturale Skincare, concebida por uma mãe e suas duas filhas, participou da ação presenteando com sabonetes artesanais quem colaborasse com as doações. E a Secretaria de Assistência Social do município ficou responsável por transportar e distribuir as doações.

Outra parceria realizada foi com o Prana Dourado Estúdio de Yoga, localizado em Nilópolis. Sua proprietária, Luana Nogueira, instrutora de yoga, nos contactou via *Instagram*, interessada em contribuir com a feira e, em troca, divulgaríamos seu trabalho.

Sendo assim, surgiu a ideia de realizar uma aula aberta de yoga na praça, para onde Luana levou toda a estrutura necessária (tapetes de yoga, almofadas, etc.).

Infelizmente, a adesão à atividade foi baixa e apenas 4 pessoas participaram da aula. Em geral, encontramos dificuldade quanto a taxa de adesão às oficinas, atividades culturais, práticas de cuidado e lazer propostas. Não obstante, a aula aberta chamou bastante atenção, em especial dos transeuntes, que observavam e perguntavam, curiosos, do que se tratava.

3.4 Impactos da pandemia de COVID-19

Poucos dias após a quarta edição da Crias da BXD, foram publicados os primeiros decretos oficiais com as medidas de isolamento e distanciamento sociais em decorrência da Pandemia do Coronavírus (COVID-19), adiando ou cancelando os eventos culturais presenciais. Consequentemente, o projeto foi paralisado e segue assim até a atualidade.

Essa devastadora crise afetou todo o planeta, com 6.713.093 de vítimas fatais oficialmente computadas e 663.640.386 de casos de infecção confirmados no mundo, sendo 36.677.844 deles no Brasil (WHO, 2022)²⁶.

Uma das consequências geradas pela pandemia do coronavírus, mais enfaticamente nos países do sul global, foi o aumento na vulnerabilidade de populações que sofrem com as iniquidades sociais, tais como as disparidades de gênero, sobretudo entre mulheres pobres e negras, já que grupos com desvantagens múltiplas são afetados desproporcionalmente (COLLINS e BILGE, 2021, p. 120) em eventos de desastres ambientais ou outras grandes crises, sejam políticas, econômicas ou, como nesse caso, sanitária e humanitária. Como disse Simone de Beauvoir (1949), basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os

²⁶ Dados atualizados em 22 de janeiro de 2023.

direitos das mulheres sejam questionados. Os efeitos da pandemia foram ainda piores para a vida de mulheres em situação de pobreza, visto que na necessidade de ficar em casa, a mulher é a principal responsável pelas tarefas domésticas e cuidado com enfermos e com as crianças, que agora não mais frequentam escolas e creches.

Segundo a ONU Mulheres (2020, p. 02), habitantes de regiões periféricas têm 10 vezes mais chances de morrer de COVID-19 do que os de áreas centrais. Isso porque, vários fatores que acometem as pessoas que vivem nestas localidades dificultam o controle do contágio do vírus SARS-CoV 2, além da falta de acesso a serviços de saúde pública eficientes nos casos de contaminação.

Alguns desses fatores são os domicílios marcados pela precariedade e dificuldade no acesso a serviços de saneamento básico, superlotação, ambientes pequenos, mal arejados e com iluminação natural insuficiente ou até inexistente (ALMEIDA et al, 2022, p.9550). E, como exposto no capítulo anterior, as pessoas negras habitam esses territórios em maior proporção, sendo as mulheres negras as principais chefes de família dessas residências.

As condições de trabalho adversas também foram umas das maiores responsáveis por acarretar, tanto um aumento dos casos da doença, quanto afetar fortemente a qualidade de vida das pessoas. As taxas de desemprego atingiram recordes nesse período, milhares de pessoas passaram a viver em situação de rua, o aumento da pobreza e da fome salta aos olhos quando caminhamos nos centros urbanos. Ainda de acordo com a pesquisa realizada por Almeida et al (2022, p. 9550), das pessoas que trabalhavam formalmente antes da pandemia, 25,8% perderam seus empregos. Enquanto essa taxa ultrapassou os 50% no caso dos trabalhadores informais. Sendo justamente as mulheres negras as maiores representantes desses 50% de trabalhadores informais

a busca por outras estratégias de aquisição de renda, dificulta esse grupo a realizar plenamente as medidas preventivas, tais como o isolamento social. Sendo assim, os cenários de informalidade no mercado de trabalho e de desemprego tendem a aumentar o risco de exposição da população negra feminina (ALMEIDA et al, 2022, p. 9550).

O setor onde as mulheres trabalhadoras mais se concentram é o de serviços. Seja no atendimento ao público, turismo, alimentação, transporte, entregas, limpeza, entre várias outras frentes, este setor, segundo o IBGE (2014), tradicionalmente apresenta baixa concentração de atividade econômica. E é nesse setor que se enquadra o serviço doméstico.

No Brasil, há cerca de 6 milhões de pessoas empregadas no trabalho doméstico, sendo 5,7 milhões de mulheres (3,9 milhões são negras) (ONU Mulheres, 2020, p. 04). A maior parte delas não possui garantia de seus direitos trabalhistas. Ademais,

apesar de a lei Federal 13.979, sancionada para o enfrentamento à pandemia no Brasil, não haver listado o serviço doméstico como essencial, ele foi incluído na lista de serviços essenciais durante a pandemia de COVID-19 de alguns estados. Isto foi apontado pela Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (Fenatrad) como um fator de exposição das trabalhadoras ao vírus (ONU Mulheres, 2020, p. 04).

É fundamental lembrar aqui, que a primeira pessoa a morrer em decorrência da Covid-19 no Brasil foi uma empregada doméstica. Seu nome era Cleonice Gonçalves. Faleceu aos 63 anos, mas trabalhava desde os 13. “Moradora de Miguel Pereira, centro-sul fluminense, enfrentava mais de 120 km para chegar ao seu local de trabalho, no Leblon, Zona Sul do Rio” (CAMTRA, 2021). Foi no bairro com uma das maiores concentrações de renda do país que Cleonice foi infectada por seus patrões, para os quais ela trabalhava há mais de 10 anos e que tinham acabado de regressar de uma viagem para Itália.

Em entrevista ao site UOL, sua cunhada relatou que "ela era muito trabalhadora. Pegava três conduções para chegar ao trabalho. Para voltar, era a mesma coisa: dois ônibus e um trem. Ela saía de casa no domingo e só voltava na quinta". História parecida com a de tantas outras mulheres periféricas, que passam a vida trabalhando, ocupando lugares subalternos, e se destacam nos índices das tragédias geradas pela pandemia.

A nível deste trabalho de pesquisa, as participantes da Feira Crias da BXD que concederam entrevista também expuseram alguns dos efeitos da pandemia em suas vidas. Thaiane Cerqueira de Oliveira, em consonância com os dados expostos acima, mencionou que um aspecto negativo foi o desemprego: “Minha mãe foi mandada embora no início da pandemia [...], então apertou um pouquinho mais para gente. Para arrumar trabalho, quem já não estava trabalhando, [...] é mais complicado”. Ela também ponderou um aspecto positivo do isolamento:

“durante a pandemia, eu não estava trabalhando. Fiquei mais em casa [...], pude estar mais com os meus avós. Já ficava, né? [...] A gente não saía de casa, então ficava. Ficava mais com minha avó. A gente se divertia mais. Só que o medo também ficava à nossa volta. De pegar, não poder ter tanto contato, não poder sair tanto. Então, teve um lado positivo, mas também teve o negativo, que é a questão do trabalho. Mas, a gente pôde se aproximar mais da nossa família”(Thaiane Cerqueira, 2022, em entrevista).

Lamentavelmente, a alegria da Thaiane em passar mais tempo em seu ambiente doméstico não foi uma realidade para muitas mulheres. Um efeito marcante do isolamento social foi o aumento dos casos de violência doméstica. Uma vez que o confinamento levou ao aumento do convívio, intensificando as possibilidades de tensionamento das relações interpessoais, em especial entre as vítimas e seus agressores. Além disso, a instabilidade econômica e o desemprego também reforçaram a dependência econômica das mulheres (Dossiê Mulher, 2021, p.28).

Na fala da Márcia Ribeiro Favaro, também em entrevista em contribuição para esta dissertação, ela menciona que “durante a pandemia, as pessoas precisaram priorizar o básico para viver: alimento, remédio, médico, roupa, é o que você precisa. Artesanato não. É supérfluo”. Sendo ela uma artesã, “na pandemia tudo se agravou! A gente não conseguia mais vender, foi uma tristeza profunda. A Crias foi a última feira que fiz, praticamente. Quando veio a pandemia, tudo se perdeu!”

Quando perguntada sobre seus sonhos e objetivos, Márcia diz que “em 2023, quero começar o ano dando um pulso maior na minha marca, levantar e continuar o que está meio meio apagado, principalmente por conta de vários problemas de saúde física e mental acarretados pela pandemia”.

É relevante dizer que o período da pandemia de Covid-19 amplificou mundialmente a utilização das redes sociais, em particular as tecnologias de informação e comunicação. A empreendedora Monalisa Moreira compartilhou que esse fato, além de toda a conjuntura atual, também afetou seu negócio:

“Durante a pandemia, tive que me reorganizar de forma impressionante. Não tinha noção de como ia fazer, [...] eu ia para alguns lugares, em festa fazer um lançamento, no bar de amigos, e aí veio a pandemia. Então, não podia mais sair por aí com a minha maletinha e mostrar meu trabalho para as pessoas. Já estava presente no virtual, mas não de forma tão gritante. Além de ter que me reorganizar, da preocupação, de saúde, de cuidar da minha mãe [...], teve isso. “O que vou fazer?”. Fiquei completamente perdida. A saúde mental ficou triste. Ainda não tá recuperada, na verdade, né? Eu não tinha noção do impacto que isso ia ter. Mesmo após essa flexibilização, e até hoje, vejo que esse estrago não foi consertado completamente. Consegui, de um jeito ou de outro, me reorganizar. É trabalhar infinitamente mais por conta do digital, né? Hoje, tenho que ser blogueira do meu próprio negócio, influencer do meu próprio negócio. Tive que

me envolver numa parte que não gostava tanto, que era essa que, no digital, ter que mostrar muito a cara, tem que fazer muita coisa [...]. Não tinha noção que iria acontecer nesse nível. Por conta da pandemia, a gente teve que “botar nossa cara”, fazer esse negócio continuar acontecendo. A internet foi um meio de fazer isso acontecer e que veio para ficar. Então, estou nessa. Aos trancos e barrancos, mais ou menos, vou tentando seguir. [...] Meu negócio mudou infinitamente, antes da pandemia e agora. Acabou que segui nessa, no digital, vendendo mais pela internet. Tenho pouco contato pessoalmente com o cliente” (Monalisa Moreira, 2022, em entrevista).

Ao mesmo tempo em que esse período vem sendo marcado pelo isolamento e distanciamento social, escancaramento das desigualdades, consequências nas saúdes mental e física e uma mudança significativa nas dinâmicas das relações sociais, temáticas globais se popularizaram. Debates direcionados ao empoderamento das mulheres (ONU, 2016) e a necessidade internacional de se cumprir as metas da Agenda 2030²⁷ das Nações Unidas tornaram-se pautas ainda mais urgentes.

CAPÍTULO III DO LOCAL PARA O GLOBAL

Além da popularização do tema Agenda 2030, a participação desta pesquisadora em disciplina com mulheres negras latinoamericanas, no grupo de pesquisa AFRODIÁSPORAS²⁸ e em pesquisa sobre ODS 2-4-5, desenvolvida pela docente Rosangela Malachias, colaborou para um olhar mais atento aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 4 e 5, alusivos à igualdade de gênero e educação de qualidade. O ODS 5 perpassa toda a Agenda e, no Brasil, quinto país no mundo em índices de feminicídio, torna-se medida urgente.

Dentre as pretensões do ODS 4, estão a garantia de acesso à educação inclusiva, de qualidade e equitativa, e promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos; e a eliminação das disparidades de gênero na educação, garantindo a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade, até 2030 (ONU BRASIL, 2016). Muitas das interessadas em formar parte da Crias da BXD relataram que iniciaram seus empreendimentos buscando uma fonte de renda que lhes permitissem dar prosseguimento aos seus estudos universitários.

Quanto ao ODS 5, inclui-se a eliminação de todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas e a realização de reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos (ONU BRASIL, 2016).

Dessa maneira, é possível dizer que a Crias da BXD integra uma política global, por ser um espaço que considera importante a busca de autonomia financeira para as mulheres da Baixada Fluminense, sendo essa uma ferramenta no combate à violência doméstica, especialmente ao se tratar de um território²⁹ com índices alarmantes de violência contra a mulher.

²⁷ A Agenda 2030 trata-se de um apelo para ações globais efetuadas pela ONU, em que são propostos 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS).

²⁸ Núcleo de Pesquisas sobre Mulheres Negras, Cultura Visual, Política e Educomunicação em Periferias Urbanas coordenado pela Profa. Dra. Rosangela Malachias na Faculdade de Educação da Baixada Fluminense - UERJ.

²⁹ Dados do Instituto de Segurança Pública do estado do Rio de Janeiro (IST-RJ), Dossiê Mulher (2021).

4.1 Direitos das Mulheres e a Agenda 2030

A agenda 2030 é um plano de ação para as pessoas, para o planeta e para a prosperidade (ONU, 2015). Este conjunto de metas, intitulado “Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)”, busca fortalecer a paz universal, reconhecendo que a erradicação da pobreza em todas as suas formas e dimensões, incluindo a pobreza extrema, é requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

Os 17 ODS da Agenda 2030, estabelecidos no ano de 2015, durante a Assembleia Geral das Nações Unidas, pelos representantes dos países-membros da Organização, se sustentam em documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, tratados internacionais de direitos humanos, a Declaração do Milênio e os resultados da Cúpula Mundial de 2005 (ONU, 2015) e buscam dar continuidade às metas estabelecidas nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), Agenda global anterior.

Os ODM, propostos na Declaração do Milênio, no ano 2000, em acordo com líderes de 189 países, buscavam construir um mundo mais justo e seguro. Em suma, eram 8 metas centrais, enumeradas abaixo:

1. Erradicar a pobreza extrema e a fome;
2. Alcançar educação primária universal;
3. Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres;
4. Reduzir a mortalidade infantil;
5. Melhorar a saúde materna;
6. Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças;
7. Garantir a sustentabilidade ambiental;
8. Estabelecer uma parceria global para o desenvolvimento (ONU Brasil).

Nota-se que os ODM 3 e 5 foram direcionados exclusivamente para questões enfrentadas por pessoas do sexo feminino, subalternizadas dentro de uma sociedade capitalista e patriarcal. Não obstante, todos os outros ODM estão relacionados à melhora da vida de mulheres, em especial as mulheres pauperizadas. Visto que os direitos das mulheres são, essencialmente, direitos humanos.

Voltando para a Agenda 2030, o fenômeno da transversalidade das pautas femininas também se faz presente. Aliás, todas as 169 metas que compõem os 17 ODS são integradas e indivisíveis, e equilibram as três dimensões do desenvolvimento sustentável: a econômica, a social e a ambiental (ONU, 2015).



Figura 11: logotipos dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Fonte: Nações Unidas no Brasil.

Espera-se que o cumprimento dos ODS aconteçam por meio de incentivos, incluindo a mobilização de recursos financeiros para investimento nas ações. É importante que as iniciativas tenham como premissa as necessidades específicas dos diferentes contextos em âmbito global. Por isso, a recomendação é que os governos de cada país e região sejam os responsáveis por delimitar suas prioridades, pensando no plano de atuação firmado. Não apenas os governos, mas as iniciativas privadas e organizações da sociedade civil também são encorajadas em participar ativamente, enviando suas propostas.

Dessa forma, a Agenda 2030 alinha e fomenta iniciativas que, por vezes, já estão ocorrendo dentro dos territórios, gerando um senso de pertencimento a algo muito maior. Essa rede de ações torna-se uma possibilidade pedagógica contra-hegemônica, por meio do intercâmbio de conhecimentos gerados em realidades diversas. E daí vem a relevância de reconhecer que a Feira Crias da BXD condiz com múltiplos ODS.

Por efeito de análise, no quadro abaixo serão listados, resumidamente, todos os 17 ODS. Em seguida, pretende-se adentrar aos que retratam as questões de gênero, em especial as trabalhadas no projeto da Crias.

Quadro 2 - Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que compõem a Agenda 2030

17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)	
ODS 1	Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares;
ODS 2	Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;
ODS 3	Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;
ODS 4	Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;
ODS 5	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;
ODS 6	Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos;
ODS 7	Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos;
ODS 8	Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos;
ODS 9	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;
ODS 10	Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
ODS 11	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis;
ODS 12	Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis;

ODS 13	Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos;
ODS 14	Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
ODS 15	Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade;
ODS 16	Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis;
ODS 17	Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

Fonte: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil, 2015.

Antes de um aprofundamento no ODS 5, único que aborda exclusivamente a igualdade de gênero, vale uma recapitulação da discussão feita no capítulo primeiro deste trabalho. Pois, ainda que as proposições da ONU sejam interessantes e necessárias, o conceito de *empoderamento* definido pela organização não deixa em evidência o questionamento sobre as estruturas sociais, nem parece ter a pretensão de derrubar o capitalismo, senão apaziguar, de maneira paliativa, seus efeitos desumanos. Observe:

EMPODERAMENTO: Dar ou adquirir poder ou mais poder. O empoderamento significa uma ampliação da liberdade de escolher e agir, ou seja, o aumento da autoridade e do poder dos indivíduos sobre os recursos e decisões que afetam suas próprias vidas. A pessoa empoderada pode definir os seus objetivos, adquirir competências (ou ter as suas próprias competências e conhecimentos reconhecidos), resolver problemas e desenvolver seu próprio sustento. É, simultaneamente, um processo e um resultado. Fala-se, então, do empoderamento das pessoas em situação de pobreza, das mulheres, dos negros, dos indígenas e de todos aqueles que vivem em relações de subordinação ou são desprivilegiados socialmente (ONU Mulheres e Rede Brasil do Pacto Global, 2017, p. 25).

O documento que traz essa definição tem como título “Princípios de Empoderamento das Mulheres”. E os princípios abordados são, majoritariamente, mercadológicos e empresariais, sugerindo e documentando iniciativas para redução das dificuldades que as mulheres enfrentam no mercado de trabalho. Associando todas as informações contidas no texto, pode-se concluir que esse empoderamento é conivente com o capitalismo. Ademais, as próprias autoras alertam para a necessidade de um maior aprofundamento analítico, que considere o racismo como categoria para projetar iniciativas de enfrentamento às desigualdades de gênero.

Considerando o empoderamento como a tomada de consciência individual, e, principalmente, coletiva, para uma reconfiguração das estruturas de dominação patriarcais e capitalistas, muitos dos objetivos específicos do ODS 5 se coadunam com o uso do termo, como listado no quadro abaixo.

Quadro 3 - Metas do ODS 5

ODS 5	Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas
--------------	---

5.1	Acabar com todas as formas de discriminação contra todas as mulheres e meninas em toda parte
5.2	Eliminar todas as formas de violência contra todas as mulheres e meninas nas esferas públicas e privadas, incluindo o tráfico e exploração sexual e de outros tipos
5.3	Eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e de crianças e mutilações genitais femininas
5.4	Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade compartilhada dentro do lar e da família, conforme os contextos nacionais
5.5	Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública
5.6	Assegurar o acesso universal à saúde sexual e reprodutiva e os direitos reprodutivos, como acordado em conformidade com o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento e com a Plataforma de Ação de Pequim e os documentos resultantes de suas conferências de revisão
5.a	Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais
5.b	Aumentar o uso de tecnologias de base, em particular as tecnologias de informação e comunicação, para promover o empoderamento das mulheres
5.c	Adotar e fortalecer políticas sólidas e legislação aplicável para a promoção da igualdade de gênero e o empoderamento de todas as mulheres e meninas em todos os níveis

Fonte: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil, 2015.

É compreensível que algumas das metas do ODS 5 sejam genéricas, já que precisam ser alcançadas ao redor de todo o planeta. Orientar que as organizações locais analisem suas necessidades e estabeleçam suas iniciativas é importante fator de respeito às diferenças. Mais ainda, reforça uma tentativa de reparação histórica contra-colonial.

Em paralelo, a maioria das metas são direcionadas às regiões com maior pobreza, reforçando a interseccionalidade (AKOTINERE, 2019) entre gênero, classe e território, numa orientação geopolítica para o fomento da implementação das ações.

Em caráter de elucidação, a saúde sexual e reprodutiva referida na meta 5.6 engloba

a capacidade de desfrutar de uma vida sexual satisfatória e segura; a liberdade de decidir se quer ou não ter filhos, quando e com que frequência;[...] encaminhamento para serviços de planejamento familiar; diagnóstico e tratamento para complicações de gravidez, parto e aborto, infertilidade, infecções do trato reprodutivo, câncer de mama e do trato reprodutivo, doenças sexualmente transmissíveis e HIV/AIDS;[...]a ameaça

ativa de práticas perigosas, como a mutilação genital feminina; programas inovadores para que todos os adolescentes e homens adultos tenham acesso a informações, aconselhamento e serviços de saúde reprodutiva; capacitar os homens para que compartilhem igualmente as responsabilidades pelo planejamento familiar, pelo trabalho doméstico, pela criação dos filhos e pela prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (Fondo de Población de las Naciones Unidas, 1994, tradução da autora).

Desbravar esses conceitos possibilita a leitura e compreensão críticas do que se trata a Agenda 2030 e de como podemos fazer, ou já fazemos, parte dela. E o debate gerado caracteriza uma oportunidade pedagógica de construir uma movimentação feminista, neste caso, entre mulheres periféricas da Baixada Fluminense.

Apenas um dos 17 ODS da Agenda foram pensados exclusivamente para as pautas da igualdade de gênero, no entanto, a palavra “mulher” ou termos relacionados ao sexo feminino são diretamente mencionados em várias outras metas, evidenciando a já citada transversalidade desse tema em toda a Agenda. Observe esses casos esquematizados no Quadro 4.

Quadro 4 - Metas que fazem referência direta às pautas das mulheres

Metas	Descrição
2.2	Até 2030, acabar com todas as formas de desnutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas.
2.3	Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres , povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, ODS 3 – Assegurar uma vida saudável e promover o bem estar para todos e todas, em todas as idades.
3.1	Até 2030, reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100.000 nascidos vivos.
4.5	Até 2030, eliminar as disparidades de gênero na educação e garantir a igualdade de acesso a todos os níveis de educação e formação profissional para os mais vulneráveis, incluindo as pessoas com deficiência, povos indígenas e as crianças em situação de vulnerabilidade.
6.2	Até 2030, alcançar o acesso a saneamento e higiene adequados e equitativos para todos, e acabar com a defecação a céu aberto, com especial atenção para as necessidades das mulheres e meninas e daqueles em situação de vulnerabilidade.
8.5	Até 2030, alcançar o emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todas as mulheres e homens, inclusive para os jovens e as pessoas com deficiência, e remuneração igual para trabalho de igual valor
8.8	Proteger os direitos trabalhistas e promover ambientes de trabalho seguros e protegidos para todos os trabalhadores, incluindo os trabalhadores migrantes, em particular as mulheres migrantes , e pessoas em empregos precários
11.2	Até 2030, proporcionar o acesso a sistemas de transporte seguros, acessíveis, sustentáveis e a preço acessível para todos, melhorando a segurança rodoviária por meio da expansão dos transportes públicos, com especial atenção para as necessidades das pessoas em situação de vulnerabilidade, mulheres , crianças,

	pessoas com deficiência e idosos
11.7	Até 2030, proporcionar o acesso universal a espaços públicos seguros, inclusivos, acessíveis e verdes, particularmente para as mulheres e crianças , pessoas idosas e pessoas com deficiência

Fonte: Centro de Informação das Nações Unidas para o Brasil, 2015.

Ainda que não descrito acima, o ODS 8.3, que implica na promoção de políticas orientadas para o apoio às atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivo à formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas (ONU, 2015), está similarmente associado ao projeto da Feira Crias da BXD.

Alguns marcos foram implementados para potencializar as pautas sobre os direitos das mulheres, colaborando com as metas da Agenda 2030. Um deles é a campanha “Dia Laranja”, proclamada pelo Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, o dia 25 de cada mês foi definido como um dia para ampliar a conscientização e agir pela eliminação da violência contra mulheres e meninas.

Sendo uma cor vibrante e otimista, o laranja representaria um futuro livre de violência contra mulheres e meninas para a campanha. A pretensão foi de convocar ativistas, governantes e membros das Nações Unidas a se mobilizarem pelo tema, não só uma vez ao ano, no 25 de Novembro (O Dia Internacional pela Eliminação da Violência contra as Mulheres), mas todos os meses (ONU Mulheres, 2015).



Figura 12: cartaz de divulgação da campanha “Dia Laranja”. Fonte: ONU Mulheres, 2015.

Outra campanha de mesmo cunho é a “Planeta 50-50”. Lançada pela ONU Mulheres como forma de apoiar a Agenda 2030. Seu lema é “Por um planeta 50-50 em 2030: um passo decisivo pela igualdade de gênero”.

Dentre as ações do Planeta 50-50, salientam-se novas leis e o fortalecimento de direitos conquistados pelas mulheres. Outras ações podem incluir a criação de programas para

erradicar a violência contra mulheres e meninas, incentivando a participação das mulheres na tomada de decisão, investir em planos de ação nacionais ou políticas para a igualdade de gênero, criando campanhas de educação pública para promover a igualdade de gênero.[...] O Brasil foi um dos primeiros países a aderir à iniciativa Planeta 50-50 por meio da sanção da tipificação do crime de feminicídio, em março de 2015 (ONU Mulheres, 2015).



Figura 13: cartaz de divulgação da campanha “Planeta 50-50”. Fonte: ONU Mulheres, 2015.

Entretanto, Akotirene (2019), em seu livro “Interseccionalidade”, elabora uma complexa análise - como precisa ser ao se falar desse tema -, concluindo que o racismo, o capitalismo e o cisheteropatriarcado são inseparáveis. Eles atuam em simbiose, em prol da manutenção das estruturas de poder das dinâmicas sociais em que estamos inseridas. Sendo assim, um vazio deixado na elaboração das metas que integram a Agenda 2030, é a não utilização do termo “raça”. Não há um enfoque que ressalta o combate ao racismo como prioridade no combate à desigualdade e à pobreza; como prioridade para alcançar a paz. Por vezes, é citada a xenofobia, por outras, fala-se de racismo anti-indígenas. Mas onde está posicionada a população preta, que historicamente teve seus corpos e culturas explorados e dizimados em prol do acúmulo de riqueza pelos colonizadores vindos do norte global? Não há como falar de equidade sem falar de racismo anti-negros. Em resposta, esse tema é tratado em Agendas locais, como o exemplo da Agenda Rio 2030.

4.2 Racismo e a Agenda 2030 na Baixada Fluminense

As reflexões sobre a igualdade de gênero precisam ter como premissa que a categoria *mulher* não é universal. Isso porque, os marcadores sociais e a pluralidade cultural afetam a maneira que cada mulher está inserida no mundo.

Em uma sociedade estruturada por dinâmicas de poder binárias, sofreremos as consequências apenas por sermos quem somos. Desde à concepção de um novo ser, o sexo, a raça, a classe social, as condições físicas e o seu local de origem, podem determinar, inclusive, se você “merece” nascer.

Dito isso, os corpos dos sujeitos são alvos dos cuidados ou das violências institucionais. No caso das mulheres, estes, desde a infância, são os principais alvos da violência sexual e do menosprezo, produtores de disforias. Para a mulher branca é naturalizada a performance de uma feminilidade passiva. Para a mulher negra, a força de trabalho e a hiperssexualização são as heranças da colonização. Até os elogios despendidos a elas são “guerreira, batalhadora, forte, é a base que cuida de todos”. Como escreveu Gloria Anzaldúa em 1980, os perigos que as mulheres de cor enfrentam não são os mesmos das mulheres brancas, “embora tenhamos muito em comum. Não temos muito a perder — nunca tivemos nenhum privilégio”. As diferenças

seguem se falarmos de mulheres lésbicas, gordas, deficientes e tantas outras possibilidades. Por isso, o uso da interseccionalidade como ferramenta analítica pode ser uma importante lente crítica para as iniciativas em favor dos direitos humanos (COLLINS e BILGE, 2021, p.69), mas essa análise precisa ser contextualizada e complexa, precisa adicionar todas as camadas que permeiam a existência feminina.

Falar de mulheres é, necessariamente, falar de mulheres negras. As opressões não competem entre si, dependendo da situação. As opressões se sobrepõem. Uma mulher negra não é mulher “e” negra. Ela é um ser pleno. Daí a necessidade de falar de racismo em qualquer iniciativa voltada para o direito das mulheres e, nesta pesquisa reconheço, como mulher branca consciente das desigualdades raciais existentes no Brasil, que vivencio privilégios inerentes à branquitude.

Uma iniciativa recente, lançada em 2022, em consonância com a Agenda 2030 é o “Movimento Raça é Prioridade”. Fomentada pela rede Pacto Global da ONU no Brasil³⁰, tem como ambição alcançar 1500 empresas comprometidas em ter 50% de pessoas negras em posição de liderança até 2030. Para tal, foram traçadas uma série de metas/ compromissos em parcerias com empresas, como se pode acompanhar abaixo:

1. Identificar como o racismo institucional opera na empresa.
2. Desconstruir preconceitos sociais que se tornam entraves empresariais.
3. Tratar a branquitude como parte do desafio da equidade racial.
4. Garantir acolhimento e ambiente seguro para os desafios individuais de colaboradores.
5. Promover educação, capacitação e desenvolvimento profissional para pessoas negras.
6. Apoiar empreendedorismo de mulheres e homens negros através das cadeias de suprimentos e marketing.
7. Promover a igualdade racial através de iniciativas voltadas à comunidade e ao ativismo social.
8. Medir, documentar e publicar os progressos da empresa na promoção da igualdade racial (Pacto Global Rede Brasil, 2022).

A rede Pacto Global, em parceria com a ONU Mulheres, tem promovido, paralelamente ao “Movimento Raça é Prioridade”, o “Elas Lideram 2030”. Todas iniciativas articuladas aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

Se aproximando mais da Baixada Fluminense, a Associação Casa Fluminense elabora, a cada 2 anos, uma Agenda contendo metas para o estado do Rio de Janeiro. Além disso, também publica relatórios de monitoramento da Agenda 2030 nas diferentes regiões do estado. No ano de 2022, considerando o agravamento das desigualdades em consequência da pandemia de Covid-19, a Casa Fluminense lançou novas propostas na Agenda Rio 2030, tendo como temas centrais os elencados a seguir:

(A) a justiça econômica, que, integrada aos ODS 1-2-9-11, promove o combate à pobreza, à fome, à desigualdade e ao patrimonialismo por meio de ações equitativas, eficientes e efetivas para a produção, consumo e acesso a bens e serviços. Garantir o exercício da cidadania a partir da redistribuição social e territorial dos recursos; (B) a justiça racial, integrada aos ODS 3-4-8-10, trabalha o combate ao racismo enquanto elemento estruturante da sociedade brasileira, com medidas que produzem equidade e reparação histórica às políticas públicas que sempre negaram direitos sociais básicos a negros, quilombolas e indígenas; (C) a justiça de gênero, integrada aos ODS 5-12-15-16, pretende combater o machismo, a homofobia e a transfobia que produzem e reproduzem injustiças socioeconômicas entre homens e mulheres, pessoas cis e transgêneras por violências baseadas em gênero e orientação sexual; (D) e a justiça

³⁰ O Pacto Global da ONU Brasil é uma plataforma que reúne o setor empresarial para atuar com impacto mensurável nos ODS, tanto na evolução dos modelos de negócios como na implementação de projetos em parceria.

climática, que integrada aos ODS 6-7-13-14, atua no combate à emergência climática como uma crise ambiental, econômica e social, assegurando que as políticas de mitigação, adaptação e resiliência promovam a transição justa e a garantia dos direitos sociais. Reconhecer que as populações que menos contribuem para o aquecimento global são as que mais sofrem as consequências com os eventos extremos e desastres ambientais (Associação Casa Fluminense, 2022).

Explorando cada uma dessas propostas centrais, encontramos numerosas metas voltadas para o enfrentamento do racismo e do sexismo. Fato coerente com o retrato de um território que carrega em sua formação geopolítica o cruel processo da colonização escravocrata, refletida até os dias de hoje nas favelas e outras periferias, na alta concentração de renda, na arquitetura, no (mal) funcionamento dos transportes coletivos e no genocídio da população negra. No quadro 5 serão listadas as referidas metas:

Quadro 5 - Propostas da Agenda Rio 2030 sobre Racismo e Sexismo

B.1	<p>Criar programa de redução de mortes violentas e revisar o Plano Estadual de Redução de Letalidade em Decorrente de Intervenção Policial, propondo metas e ações articuladas em distintas esferas de poder para reduzir o genocídio de jovens negros e aumentar a cooperação entre os órgãos públicos para elucidar assassinatos e desaparecimentos forçados, de forma justa e célere. Reestruturar a Secretaria e o Conselho de Segurança Pública. Publicizar os protocolos de atuação policial, como medida de transparência e integridade, fortalecendo os mecanismos de formação, capacitação e valorização profissional e os instrumentos de combate à corrupção, além de afastar agentes reincidentes em casos de homicídios.</p>
B.2	<p>Garantir direitos e oportunidades para juventude negra em favelas e periferias, implantando um programa com ações intersetoriais focado nas comunidades com o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) mais baixo. Promover ações integradas entre as secretarias estaduais e municipais, aproximando assistência social, educação, saúde, cultura, juventude, esporte, lazer, emprego e renda, ciência e tecnologia, direcionadas para as juventudes de favelas e periferias. Recuperar e valorizar espaços públicos de convivência, colocando em prática esforços sociais e urbanos capazes de superar dinâmicas de violência nas áreas mais afetadas.</p>
B.3	<p>Implantar políticas e ações de reparação econômica, psicossocial e de direito à memória, assegurando o acesso à justiça, perícia independente e amparo para mães e familiares de vítimas da violência de Estado, como elemento essencial no combate ao racismo estrutural e no acesso às indenizações.</p>
B.4	<p>Estruturar centrais integradas de alternativas penais no estado, reduzindo o encarceramento através de ações conjuntas de justiça restaurativa, sob estratégias de acolhimento, articulação, encaminhamento, inclusão e acompanhamento. Instalar núcleos da Defensoria Pública nas delegacias de polícia de maneira a incidir sobre prisões arbitrárias e garantir o pleno direito de defesa.</p>
B.5	<p>Combater o racismo religioso e a perseguição aos praticantes de cultos de matriz africana, com estruturação de canais para recebimento de denúncias. Estabelecer protocolos para que as delegacias façam o registro adequado nos casos de racismo religioso e investigação e punição para os criminosos. Promover o acolhimento e justiça para vítimas de racismo religioso. Realizar ações para a valorização das religiões de matriz africana e o fortalecimento dos terreiros como espaços comunitários e de integração social.</p>
B.6	<p>Construir protocolos operacionais para as situações de violência no sistema de transporte, investindo na formação antirracista e antissexista dos profissionais responsáveis pela segurança, operação e produção de registros do casos de violação de direitos. Aumentar o planejamento, o investimento e a fiscalização do transporte pelo poder público, garantindo serviço de qualidade e tarifas mais baratas para a população.</p>
B.7	<p>Priorizar saneamento básico nas favelas e periferias, atualizando os planos municipais com dados confiáveis e metas sustentáveis, com vistas ao monitoramento cidadão e ao enfrentamento do racismo ambiental. Regulamentar a lei que estabelece a tarifa social de água e esgoto no estado do Rio de Janeiro a fim de incluir o cadastramento automático de famílias elegíveis através do compartilhamento</p>

	de banco de dados do CadÚnico com as operadoras.
B.8	Fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS), considerando as especificidades da saúde da população negra, conforme a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra e o Estatuto da Igualdade Racial. Aumentar recursos para Atenção Básica, média e alta complexidade de saúde, ampliando a cobertura e a qualidade do sistema na região metropolitana, especialmente na periferia.
B.9	Promover suporte à empreendedores negros, com ações para ampliar o acesso à crédito, formalização, inovação e as redes de negócios. Ampliar programas de capacitação profissional de pessoas negras e estímulo às empresas para a adoção de políticas afirmativas nos cargos de gerência e direção. Construir políticas de proteção social para os trabalhadores informais, camelôs, trabalhadores de aplicativos e outros setores em situação de vulnerabilidade
B.10	Garantir o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, conforme a Lei 11.645/08. Promover programas para a redução da evasão escolar no ensino médio, ampliação da educação integral e melhoria da aprendizagem. Estruturar nas escolas os planos pedagógicos em consonância com o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (PNEDH). Ampliar investimentos nas universidades públicas estaduais, incluindo a ampliação de vagas, de bolsas de pesquisa e a manutenção da lei de cotas como política de ação afirmativa.
B.11	Preservar o patrimônio cultural material e imaterial da população negra, com aprovação do PL 1688/19 - Título dos Mestres do Patrimônio Cultural Imaterial. Criar o Museu do Cais do Valongo e valorizar o circuito da herança africana no Rio de Janeiro. Criar calendário cultural e turístico na região metropolitana, impulsionando a cultura, a memória dos territórios e as expressões como o jongo, a capoeira, o samba, o funk, o hip-hop, o carnaval, as festas juninas, a folia de reis e os festejos religiosos. Promover cursos de formação artística, integrando as artes e a cadeia produtiva da cultura, em parceria com organizações locais, com prioridade para as periferias, a população negra, a feminina e a LGBTQIA+.
B.12	Garantir projetos que promovam maior equidade na política, dando mais espaço e voz para grupos menos representados, como negros e LGBTQIA+, através da destinação obrigatória de recursos do Fundo Eleitoral e tempo de propaganda no fomento à visibilidade, representatividade e pluralidade de representantes e propostas de políticas públicas para essas populações. Valorizar e qualificar os servidores públicos, com formação permanente e adoção de políticas afirmativas para garantir a diversidade racial e de gênero tanto em concursos públicos como em cargos de liderança e gestão.
C.1	Ampliar a rede de Núcleos Integrados de Atendimento à Mulher (Nuim) em delegacias comuns e criar novas unidades de Delegacias de Atendimento à Mulher (Deam) em áreas ainda não atendidas. Ampliar os centros de atendimento psicossocial e jurídico para as vítimas de violência, garantindo atendimento psicossocial e jurídico para as vítimas a fim de coibir o ciclo da violência doméstica e feminicídios, à luz da Lei no 11.340/2006, a Lei Maria da Penha e do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Definir um protocolo de atuação único e transparente para o atendimento e amparo das vítimas. Promover campanhas de conscientização e combate à violência contra a mulher e a cultura do estupro.
C.2	Ampliar a cobertura dos Centros de Referência da Assistência Social (Cras) e Centro de Referência da Assistência Social (Creas), seguindo a Política Nacional da Assistência Social e as normativas do Suas, de maneira a ampliar o acesso a seus benefícios, os serviços de convivência e a vigilância socioassistencial das famílias nos territórios. Garantir atendimento psicossocial e da assistência social, assegurando seu funcionamento com salas com segurança, higiene, conforto e sigilo para situações de violação de direitos e infraestrutura técnica adequada para o atendimento dos serviços sociais.
C.3	Criar e apoiar projetos e políticas públicas que promovam a autonomia financeira das mulheres cis e trans e para a população LGBTQIA+, pela geração de empregos, de renda e do incentivo ao empreendedorismo. Promover programas de capacitação profissional para mulheres cis e trans e para a população LGBTQIA+ para a inserção no mercado produtivo visando à garantia de direitos, a inserção produtiva e valorativa e a cidadania.
C.4	Criar práticas de valorização das empregadas domésticas e garantir seus direitos trabalhistas e de segurança social, incluindo as diaristas informais. Incentivar a igual valorização das demais ocupações

	majoritariamente femininas a fim de reduzir a desigualdade salarial entre homens e mulheres. Criar mecanismos para extinguir a desvantagem que as mulheres enfrentam no mercado de trabalho devido à maternidade.
C.5	Apoiar os municípios na ampliação de vagas em creches públicas garantindo o repasse de recursos do Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), conforme a meta do Plano Nacional de Educação (PNE), atendendo demandas de periferias e favelas, a fim de assegurar o desenvolvimento adequado na primeira infância. Criar projetos de espaços infantis noturnos, a exemplo da Lei Espaço Coruja, para que mães e pais de famílias pobres que trabalham ou estudam à noite tenham um espaço seguro e de qualidade para deixarem suas crianças pequenas.
C.6	Combater a evasão escolar de meninas e mulheres devido à sobrecarga do trabalho doméstico e familiar, pela ampliação de vagas da Educação de Jovens e Adultos e da expansão da EJA para turnos diurnos e vespertinos a fim de garantir a inclusão e permanência de meninas e mulheres em espaços de saber e poder.
C.7	Expandir programas de atendimento humanizado para gestantes e bebês na rede pública de saúde a fim de garantir o acompanhamento do pré-natal ao pós-parto, o acolhimento às mães, reduzir a violência obstétrica e a mortalidade materno-infantil que atinge, em sua maioria, mulheres pobres e negras.
C.8	Ampliar a rede de atendimento especializado em saúde da mulher em todos os ciclos de vida, incluindo gravidez na adolescência, prevenção e cuidados de ISTs, pessoas com deficiência, população LGBTQIA+, indígenas e quilombolas, com políticas de saúde inclusivas e a ampliação de leitos hospitalares e a cobertura de média e alta complexidade.
C.9	Promover políticas de habitação, como aluguel social e utilização de imóveis públicos vazios, que priorizem as mães solo, as mais afetadas pelo déficit habitacional, e demais grupos historicamente vulnerabilizados, como a população negra e de baixa renda e a população LGBTQIA+ em situação de violência. Assegurar a preferência de titularidade dos benefícios das políticas de habitação a fim de garantir a segurança e a autonomia das mulheres em caso de violência doméstica.
C.10	Prover acesso a itens de higiene menstrual, medicamentos relacionados aos cuidados com o período menstrual, a água e a condições sanitárias mínimas para realizar higiene pessoal. Criar programas informativos sobre esse processo biológico a fim de promover a autonomia e dignidade de meninas e mulheres em situação de vulnerabilidade social e a evasão escolar, envolvendo as ações das unidades de saúde e das escolas no Programa Saúde nas Escolas, incluindo discussões sobre saúde íntima.
C.11	Implementar plano de carreira e progressão salarial para profissionais da saúde, educação e assistência social a fim de valorizar e reconhecer a importância desses setores para a sociedade. Realizar concursos públicos para a contratação de novos profissionais, garantindo condições de trabalho e seguridade, para ampliação da cobertura das políticas sociais e a continuidade dos atendimentos.
C.12	Criar sistema estadual de cuidado com conselho, plano e fundo, integrando diferentes setores com um modelo de corresponsabilidade entre as secretarias de Educação, Saúde e Assistência Social, a fim de garantir um atendimento de qualidade para pessoas em situação de dependência como crianças, idosos e pessoas com deficiência. Ofertar programas de formação para o trabalho de cuidado remunerado, aumentando a cobertura dos serviços e retirando das mulheres a sobrecarga do trabalho do cuidado não remunerado.

Fonte: Associação Casa Fluminense, 2022.

Pode-se considerar que o projeto Feira Crias da BXD realizou ações que conversam diretamente com as propostas B.2, B.9 e C.3.

Cabe reforçar que a Baixada Fluminense, principalmente o município de Duque de Caxias, apresentou números alarmantes de registros de crimes contra mulheres. Ademais, como relatado nos capítulos anteriores, por meio de dados de pesquisas quantitativas, bem como pela voz das participantes da Crias da BXD entrevistadas, a Baixada é marcada pela ausência de

políticas efetivas do Estado, que garantam a qualidade de vida da população. Por isso, a proposição de agendas locais por organizações de cada um dos seus municípios representa um passo importante para melhor delimitar as necessidades específicas e para cobrar e propor soluções das instâncias governamentais e da sociedade como um todo.

Ainda são poucos os coletivos que se organizaram para lançar essas agendas, mas, incentivados pela Associação Casa Fluminense, algumas iniciativas começaram a emergir. São elas:

1. Agenda Japeri 2030 - Por mais qualidade de vida dos cidadãos de Japeri pela valorização e respeito aos direitos humanos, do combate às desigualdades sociais, direito a oportunidades locais, acesso de forma adequada ao portal de transparência, ao lazer, à cultura e ao direito de ir e vir. Por uma gestão em que o diálogo com a sociedade civil seja mais acessível.
2. Agenda Queimados 2030 - Um manifesto pelo direito à cidade, com a garantia do desenvolvimento sustentável e da superação da violência. Apresentando propostas para integrar bairros a partir de transportes ativos e coletivos, digitalizar os serviços públicos, ampliar circuitos de cultura, esportes, educação e trabalho na cidade, recuperar rios e prevenir enchentes.
3. Agenda Belford Roxo - Construída por muitas mãos, de quem ama esse município e acredita na transformação coletiva. Uma proposta de direito à Cidade que é segurança, ter acesso à saúde, à educação e a uma rua devidamente iluminada, ao direito de ir e vir, saneamento básico. Política pública para dar direito e acesso à moradia aos mais vulneráveis.
4. Agenda Nossa Meriti - Espaço de formação, construção de propostas e monitoramento, a partir da articulação de lideranças e movimentos na cidade de São João de Meriti. Pela formação, foram apontados eixos prioritários que servem de base para a construção de uma agenda propositiva.
5. Agenda Caxias 2030 - Protagonismo popular através de estratégias da construção de políticas públicas participativas, plurais e inclusivas que movimentem estruturalmente a configuração atual do município através dos eixos: segurança pública e direitos humanos, cultura e educação, combate à fome e à pobreza e meio ambiente e desenvolvimento urbano, nos quatro distritos de Duque de Caxias.
6. Agenda Magé 2030 - Propostas para construção de uma Magé verde e sustentável, a partir da participação de lideranças locais e moradores em ações para proteger e expandir áreas ambientais, despoluir a Baía de Guanabara, ampliar os transportes ativos, fomentar a economia criativa, valorizar os profissionais de saúde e adequar uma nova política de habitação (Associação Casa Fluminense, 2022, p. 34-35).

Por último, segundo informações registradas pelas Nações Unidas e disponibilizadas no *site* da Agenda 2030, há apenas uma atividade chave implementada no Rio de Janeiro. Denominada "Making Cities Resilient 2030", direciona-se à redução do risco de desastres a nível local. Os índices também mostram que apenas 4,2% dos recursos para o cumprimento da Agenda são destinados ao ODS 5.

Conclui-se que a existência de instrumentos internacionais, como a Agenda 2030, envolve governos em níveis global, regional e local. O Brasil tem um histórico de ratificação dos tratados e convenções da ONU. Entretanto, isso não tem garantido o cumprimento dos mesmos. Como exemplo, a CEDAW (1979) - convenção para a eliminação de todas as formas de violência contra as mulheres, não impede que o Brasil seja o quinto país que mais mata

mulheres pelo simples fato de serem mulheres³¹. No que se refere à Agenda 2030, os maiores responsáveis por formular ações de promoção da justiça social são os próprios grupos oprimidos. A criatividade e a inovação local vêm sendo a maior fonte da esperança para uma melhoria social. As desigualdades e opressões afetam as regiões mais abandonadas pelo Estado, então cabe à população se organizar em prol de si mesmos. Infelizmente, na Baixada Fluminense a conceituação de “Defensor(a) de Direitos Humanos” ainda se abriga em um imaginário social negativo e estigmatizado pelo senso comum e a criminalização de sua prática (Fórum Grita Baixada e Rede de Mães e Familiares Vítimas da Violência do Estado na Baixada Fluminense, 2018). Ainda assim, as mulheres (negras e periféricas) vêm sendo as maiores protagonistas nessa luta.

³¹ O primeiro lugar em feminicídios é El Salvador, Colômbia segundo lugar, Guatemala terceiro e quarto Rússia (ONU Mulheres, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao me envolver com a elaboração da Feira Crias da BXD, pude ampliar meu sentimento de pertencimento local e fazer conexões com os olhares de outras mulheres sobre esse pertencimento.

A relação de mulheres periféricas da Baixada Fluminense com o espaço onde habitam mostra como suas histórias de vida se associam aos seus empreendimentos, que carregam a criatividade ao encontrar no fazer artesanal e/ou no gerenciamento de suas marcas, uma ferramenta para geração de renda.

A formação de redes de apoio entre as participantes do projeto foi central ao estruturar a feira, contudo, lamentavelmente esse propósito foi enfraquecido pelas circunstâncias da pandemia de Covid-19, que veio à tona imediatamente após a última edição da Crias da BXD.

As medidas sanitárias da conjuntura pandêmica demandaram a interrupção da aglutinação de pessoas em espaços públicos, incluindo a ocorrência de feiras culturais. Portanto, o prosseguimento do projeto, que se encontrava em fase de ascensão e conquista de parcerias, foi impossibilitado.

Um dos preceitos da proposta era a ocupação de espaços públicos por mulheres, de maneira a subverter, naquele espaço-tempo, a sensação de insegurança proveniente, tanto das falhas na segurança pública que afetam a população como um todo, quanto das violências direcionadas ao sexo feminino. Já que na dinâmica política da sobrevivência está o uso dos espaços da cidade e o direito de acessar serviços para uma vida digna.

O surgimento de ações de cunho político feminista precisa estar baseado em profundas reflexões contextualizadas sobre as pessoas que serão afetadas e o local que elas ocupam no mundo. Assim, a Feira Crias da BXD foi sonhada e promovida - sem recursos financeiros, mas com muitas ganas -, inicialmente por duas mulheres microempreendedoras periféricas - Thaís Costa e eu, Juliana de Araújo Gallo - e rapidamente nos tornamos muitas, em busca de melhorias para nossas condições de vida, individualmente e quanto coletivo. Por isso, a Crias é categorizada como espaço de protagonismo feminino. Mais ainda, um espaço de reivindicação pelos direitos das mulheres da Baixada Fluminense.

Ainda que a feira tenha sido interrompida, a oportunidade do ingresso na pós-graduação me possibilitou prosseguir com o projeto em outra conformação. A produção do conhecimento igualmente é uma ação política. Assim, questionar as verdades estabelecidas por meio do estudo da prática, da evocação da memória e da construção de narrativas em uma pesquisa científica, legítima a inovação e o conhecimento provenientes das mulheres periféricas, além de gerar um registro inspirador para o afloramento de outras mobilizações feministas que verdadeiramente emancipem mulheres.

Para tal, esta dissertação segue um percurso no qual a descrição do cenário geopolítico da Baixada Fluminense, que se dá em diálogo entre teoria e relatos das perspectivas de algumas das mulheres “crias” desta localidade, antecede a trajetória da feira, evidenciando de que lugar emerge essa mobilização.

Em continuidade, adentrar o histórico da Crias da BXD ratifica as adversidades enfrentadas por mulheres que têm o ímpeto de mostrar quem são e o querem ser quando se propõem a expor seus trabalhos complexos e, muitas vezes, solitários, que exigem delas uma multifuncionalidade, mas que colaboram para o alcance de seu direito de escolhas. Não obstante, acima das adversidades, na Crias estiveram presentes a criatividade, a empatia, o afeto, a música, o incentivo e o fortalecimento entre mulheres.

Sob uma análise teórica, intelectuais como AKOTIRENE, ANZALDÚA, BERTH, COLLINS, GONZALEZ, LORDE, MALACHIAS, PIEDADE, RICH e tantas outras - escolhi citar aqui as mulheres negras e lésbicas - nos dizem ser necessário considerar que a existência

feminina é marcada pela misoginia, o machismo, o capacitismo, a homofobia, a pobreza, o etarismo e outras privações de direitos de maneira associada. Por isso, o empoderamento precisa acontecer entre as mulheres mais suscetíveis enquanto grupo político.

Em consonância com esta concepção, as mulheres têm protagonizado as lutas por justiça em diversos movimentos sociais. Ainda que existam agendas globais firmadas por autoridades governamentais de inúmeros países, com o intuito de promover o fim da pobreza e das desigualdades, as mulheres já atuam numa perspectiva local, muitas vezes sem apoio e sofrendo ameaças, sendo elas as maiores responsáveis pelo cumprimento dessas agendas. Ou seja, a busca pela intersectorialidade, pela democracia, equidade e justiça social é feminina.

No entanto, a apropriação dessa inovação e prática política feminista é ostensiva, sendo os setores governamentais e empresariais os principais usurpadores. Um levantamento realizado por esta pesquisadora, no intento de conhecer outras feiras de mulheres empreendedoras, expôs que a maior parte dessas iniciativas são promovidas pelo Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e/ou por grandes centros comerciais. Fato que nos dá pistas da centralidade do caráter mercadológico nessas ações. Na página da inscrição de uma dessas feiras, a reserva do *stand* era feita nos moldes de uma compra *online*: a participação (e talvez até as participantes) no evento era um produto.

O levantamento em questão não foi incluído nesta pesquisa, mas levou à ponderações que merecem ser melhor investigadas na posteridade, como o fato de que nem todas as feiras de mulheres constituem uma ação feminista. Bem mais, quantas mulheres seguem sendo exploradas enquanto pensam estar se empoderando? Ou quantas iniciativas de mulheres em busca de seus direitos foram expropriadas, em retaliação, por elas ousarem se organizar e se priorizar? Certamente contar a história da Feira Crias da BXD traz referenciais e instrumentos para confrontar as práticas de dominação projetadas sobre as mulheres em nossa sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, M. H. M. B. **Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica**. História da Educação, ASPHE/ FaE/ UFPel, Pelotas, n. 14, p. 79-95, 2003.

Academia Brasileira de Letras. **Definição de necropolítica**. Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://www.academia.org.br/nossa-lingua/nova-palavra/necropolitica>>. Acesso em: 4 set. 2022.

AKOTIRENE, C. **Interseccionalidade**. São Paulo. Editora Pólen, 2019.

ALMEIDA, L. C. G., [et al.]. **Vulnerabilidade de mulheres negras na pandemia da COVID-19**. Saúde Coletiva, v. 12, n. 73, 2022. Disponível em: <<https://revistas.mpmcomunicacao.com.br/index.php/saudecoletiva/article/view/2280>>. Acesso em: 22 jan. 2023.

ALVES FILHO, F. **Um Rio de atabaques**. Revista Istoé, 2006. Disponível em: <www.terra.com.br/istoé>. Acesso em: 26 dez. 2022.

ALVES, J. C. **Baixada Fluminense: a violência na construção do poder**. 1998. 190f. Tese (Doutorado Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998. Disponível em: <<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8132/tde-20122022-110956/pt-br.php>>. Acesso em: 8 jan. 2022.

ANZALDÚA, G. **Falando em línguas: uma carta para as mulheres escritoras do terceiro mundo**. Estudos Feministas, ano 8, p. 229 - 236, 2000.

ARAÚJO, A. M. D. **Racismo e violência letal do Estado: um olhar a partir da Baixada Fluminense**. Le Monde Diplomatique Brasil, 173 ed., 2021. Disponível em: <<https://diplomatique.org.br/racismo-e-violencia-letal-do-estado-um-olhar-a-partir-da-baixada-fluminense>>. Acesso em: 04 jan. 2023.

Associação Casa Fluminense. Agenda Rio 2030. CRUZ, C. [et. al.] (orgs.), 1 ed., Rio de Janeiro, 2022. Disponível em: <https://casafluminense.org.br/agenda-rio-2030/imagens/10_CASA_agendario2030_capa_miolo_B_vizualizacao.pdf>. Acesso em: 17 set. 2022.

Associação Casa Fluminense. **Relatório de Monitoramento Agenda Rio 2030**. Rio de Janeiro, 2021.

BEAUVOIR, S. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 1949.

BERTH, J. **Empoderamento**. São Paulo, Editora Pólen, 2019.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília, 2008.

CALDAS, N. **Uma análise sobre a taxa de empreendedorismo no Brasil**. SEBRAE, 2022. Disponível em: <<https://www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/uma-analise-sobre-a-taxa-de-empreendedorismo-no%20brasil,6a2c3e831153e510VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 05 jan. 2022.

CARMO, L. J. O. [et al.]. **O empreendedorismo como uma ideologia neoliberal**. Cadernos EBAPE.BR 19 (1), 2021.

COLLINS, P. H. **Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória**. Parágrafo, v. 5, n. 1, 2017.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. Tradução Rane Souza. 1. ed. ,São Paulo, Editora Boitempo, 2021.

CRUZ, C. **Políticas públicas para mulheres negras da Baixada Fluminense**. Fórum Grita Baixada, 2020. Disponível em: <11nq.com/4mMRA>. Acesso em: 23 dez. 2022.

DAMION, D. **“Empoderamento para os 99%”: Limites e Controvérsias do Empoderamento de Mulheres Empreendedoras**. 12º Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1613673436_ARQUIVO_ef3e2fba6460e32b7ea027b8e2e96912.pdf>. Acesso em: 15 dez. 2022.

ENNE, A. L. S. **Imprensa e Baixada Fluminense: múltiplas representações**. Ciberlegenda. Niterói, n. 14, 2004.

FLORIANO, M. B. **O que é ser mulher na Baixada Fluminense?**. Fórum Grita Baixada, 2019. Disponível em: <forumgritabaixada.org.br>. Acesso em: 29 dez. 2022.

FORTES, R. V. **Sobre o conceito de exército industrial de reserva: aspectos históricos e atualidade**. Temporalis, Brasília, ano 18, n. 36, 2018.

Fórum Grita Baixada e Rede de Mães e Familiares da Baixada. **Guia de Proteção a Defensoras e Defensores dos Direitos Humanos da Baixada Fluminense**, Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://br.boell.org/sites/default/files/guia_de_defensores_de_dh_-_paginas_soltas_1.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2022.

Fundação Rosa Luxemburgo. **A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras**. LOURENÇO, A. C. e FRANCO, A. (Orgs.), São Paulo, Editora Oralituras, 2021. Disponível em: <<https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2021/06/aradicalimaginacaopolitica-2021.pdf>>. Acesso em: 7 out. 2022.

GEM BRASIL 2017. **Empreendedorismo no Brasil Relatório executivo**. Brasília, IBQP, 2018. Disponível em: <https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Relat%C3%B3rio%20Executivo%20BRASIL_web.pdf>. Acesso em: 2 fev. 2022.

GONZALES, L. HASENBALG, C. **Lugar de negro**. 3 ed., Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1982.

GONZALEZ, L. **A importância da organização da mulher negra no processo de transformação social.** Raça e Classe, Brasília, ano 2, n. 5, p. 2, 1988.

GONZALEZ, L. **Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira.** Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, p. 223-244, 1984.

HISRICH, R; PETERS, M. **Empreendedorismo:** 5 ed. Porto Alegre, Editora Bookman, 2004.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Painel de Indicadores.** Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/indicadores.html>>. Acesso em: 20 jan. 2023.

Instituto de Segurança Pública. **DOSSIÊ MULHER.** MANSO, F. V. e CAMPAGNAC, V. (orgs.), 14 ed., Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <https://assets-dossies-ipg-v2.nyc3.digitaloceanspaces.com/sites/3/2019/05/ISP_RJ_DossieMulher_2019.pdf>. Acesso em: 7 jul. 2022.

Instituto de Segurança Pública. **DOSSIÊ MULHER.** Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/DossieMulher2021.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2022.

LEÃO, L. **Memória e Método: complexidades da pesquisa acadêmica em processos de criação.** VENTURELLI, S. e ROCHA, C. (orgs.), Anais do 15º Encontro Internacional de Arte e Tecnologia, Brasília, 2016. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/779/o/lucia_leao.pdf>. Acesso em: 2 dez. 2022.

LISBOA, A. d. O. [et al]. **Neoliberalismo, trabalho alienado e empreendedorismo no Brasil a partir de 2017.** X JOINPP. UFMA, São Luís, 2021.

LORDE, A. **Irmã Outsider.** Tradução Stephanie Borges. 1. ed., Belo Horizonte, Editora Autêntica, 2019.

MALACHIAS, L. [et. al.]. **Black Women Leading Education for Social Justice in the Region of Baixada Fluminense.** Front. Educ., Brazil, 2020. Disponível em: <<https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/educ.2020.00085/full>>. Acesso em: 5 dez. 2022.

MALACHIAS, R. **Mulheres líderes em Educação. Da Baixada Fluminense para o mundo.** Interfaces Brasil/Canadá, v. 18, n. 3, p. 13-27, 2018.

MAZZOTTI, A. J. A. **Usos e Abusos dos Estudos de Caso.** Cadernos de Pesquisa, v. 36, n. 129, p. 637-651, 2006.

MELO, M. L. **Primeira vítima do RJ era doméstica e pegou coronavírus da patroa no Leblon.** Matéria do Notícias UOL, 2020. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/03/19/primeira-vitima-do-rj-era-domestica-e-pegou-coronavirus-da-patroa.htm?cmpid=copiaecola>>. Acesso em: 15 set. 2022.

MORAIS, G. M. [et al]. **Empreendedorismo Feminino: evolução, desafios atuais e perspectivas futuras.** 10º Congresso do Instituto Franco-Brasileiro de Administração de Empresas. Uberlândia, 2019.

OLIVEIRA, D. R. **Encruzilhada das Guerreiras da Periferia Sul de São Paulo: Feminismo Periférico e Fronteiras Políticas**. 2019. 269 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2019.

ONU BRASIL. **Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Brasília, 2015. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>>. Acesso em: 5 abr. 2022.

ONU BRASIL. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável 5 - Igualdade de Gênero. Brasília, 2015**. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/5>>. Acesso em: 27 mai. 2022.

ONU BRASIL. **Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Brasília, 2010. Disponível em: <<https://brasil.un.org/pt-br/66851-os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>>. Acesso em: 5 abr. 2022.

ONU MULHERES. **Dia Laranja celebra o compromisso pela igualdade de gênero na Agenda pelo Desenvolvimento Sustentável 2030**. Brasília, 2015. Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/noticias/dia-laranja-celebra-o-compromisso-pela-igualdade-de-genero-na-agenda-pelo-desenvolvimento-sustentavel-2030/#:~:text=Not%C3%ADcias%202021-,Dia%20Laranja%20celebra%20o%20compromisso%20pela%20igualdade%20de,Agenda%20pelo%20Desenvolvimento%20Sustent%C3%A1vel%202030&text=O%20Dia%20Laranja%20Pela%20Elimina%C3%A7%C3%A3o,Agenda%20pelo%20Desenvolvimento%20Sustent%C3%A1vel%202030>>. Acesso em: 8 mai. 2022.

ONU MULHERES. **Diretrizes Nacionais Femicídio. Investigar, Processar e Julgar com perspectiva de gênero as mortes violentas de mulheres**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2016/04/diretrizes_femicidio.pdf>. Acesso em: 6 jul. 2022.

ONU MULHERES. **Glossário dos termos do objetivo de desenvolvimento sustentável 5: alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas**. Brasília, 2016. Disponível em: <<http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2017/05/Glossario-ODS-5.pdf>>. Acesso em: 6 jul. 2022.

ONU MULHERES. **Movimento Raça é Prioridade**. Pacto Global Rede Brasil (orgs.), p. 1-28, 2017. Disponível em: <<https://www.pactoglobal.org.br/movimento/racaeprioridade/#sobre>>. Acesso em: 1 jul. 2022.

ONU MULHERES. **Mulheres Negras e Covid-19**. Informe v. 2, Brasília, 2020. Disponível em: <https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/12/COVID19_2020_informe2.pdf>. Acesso em: 6 abr. 2022.

ONU Mulheres. **Planeta 50-50 em 2030**. Brasília, 2015. Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/planeta5050/#:~:text=Em%20apoio%20%C3%A0%20Agenda%202030,por%20mais%20de%2090%20pa%C3%ADses>>. Acesso em: 4 dez. 2022.

ONU MULHERES. **Princípios de Empoderamento das Mulheres**. Pacto Global Rede Brasil (orgs.), p. 1-28, 2017. Disponível em: <<https://www.onumulheres.org.br/wp->

[content/uploads/2016/04/cartilha_UNU_Mulheres_Nov2017_digital.pdf](#)>. Acesso em: 8 mai. 2022.

ONU. **Programa de Acción. Conferencia Internacional sobre la Población y el Desarrollo.** Fondo de Población de las Naciones Unidas, [S. l.], 20 ed., 2014. Disponível em: <<https://brazil.unfpa.org/sites/default/files/pub-pdf/ICPD-PoA-Es-FINAL.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2022.

PIEIDADE, V. **Dororidade.** São Paulo, Editora Nós, 2019.

PINHO, C. S. **Autonomia Feminina e Capitalismo: Representações Históricas e Contemporâneas.** 12º Seminário Internacional Fazendo Gênero, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://www.fg2021.eventos.dype.com.br/resources/anais/8/fg2020/1613683298_ARQUIVO_d67254cc7f5ac00e713b6dfe515ca09c.pdf>. Acesso em: 12 jul. 2022.

PINTO, M. **Empowerment: entenda o que é e como aplicar!.** Guia Empreendedor - Nós empreendemos com você, 2018. Disponível em: <<https://www.guiaempreendedor.com>>. Acesso em: 12 jan. 2023.

PRADO, G. V. T.; SOLIGO, R. **MEMORIAL DE FORMAÇÃO – quando as memórias narram a história da formação.** Porque escrever é fazer história: revelações, subversões, superações. Campinas, 2007. Disponível em: <https://www.fe.unicamp.br/drupal/sites/www.fe.unicamp.br/files/pf/subportais/graduacao/proesf/proesf_memoriais13.pdf>. Acesso em: 5 dez. 2022.

QUEIROZ, E.D.; PLÁCIDO, P. O. **Um breve histórico do território da Baixada Fluminense/RJ: Da sua gênese ao sacrifício.** VII Congresso Brasileiro de Geógrafos, Vitória, 2014.

REGO, W. D. L.; PINZANI, A. **Liberdade, dinheiro e autonomia. O caso da Bolsa Família.** REVISTA DE CIÊNCIAS SOCIAIS - POLÍTICA & TRABALHO, v. 1, n. 38, 2013. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/politicaetrabalho/article/view/15029>>. Acesso em: 7 jan. 2023.

Relembrar para não esquecer: Primeira vítima da Covid-19 no Brasil foi uma empregada doméstica. Matéria do CAMTRA (Casa da Mulher Trabalhadora), Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: <<https://camtra.org.br/relembrar-para-nao-esquecer-primeira-vitima-da-covid-19-no-brasil-foi-uma-empregada-domestica/>>. Acesso em: 24 out. 2022.

RICH, A. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica.** Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades, [S. l.], v. 4, n. 05, 2012. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2309>>. Acesso em: 4 dez. 2022.

RODRIGUES, A. [et al.]. **Violência e Política na Baixada Fluminense.** Observatório de Favelas, 1 ed., Rio de Janeiro, 2021.

ROMIO, J. A. F. **Sobre o feminicídio, o direito da mulher de nomear suas experiências.** Plural, v. 26, n. 1, p. 79–102, 2019.

SANTOS, E. C.; MEDEIROS, L. **Violência contra a Mulher, Políticas Públicas de Gênero e Controle Social: a construção do I Plano Municipal de Políticas para as Mulheres de Duque de Caxias**. Cadernos de Segurança Pública, ano 9, n. 9, 2017. Disponível em: <<http://www.isp.rj.gov.br>>. Acesso em: 20 dez. 2021.

SCHMITZ, A. L. F. **Empreendedorismo: quais são os tipos de empreendedorismo que existem?**. 2018. Disponível em: <https://unp.blackboard.com/bbcswebdav/institution/laureate/conteudos/empreendedorismo/ebook_html/unicidade_4/index.html>. Acesso em: 05 jan. 2022.

SCHUMPETER, J. A. **Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e ciclo econômico**. São Paulo, Editora Nova Cultural, 1997.

SILVA, A. C. A. **Perfil empreendedor: as principais características e os tipos de um empreendedor de sucesso**. Faculdade de Tecnologia e Ciências Sociais Aplicadas - FATECS, Brasília, 2014.

SILVA, P. B. G. **Chegou a hora de darmos a luz a nós mesmas: Situando-nos enquanto mulheres e negras**. Cadernos CEDES, v. 19, n. 45, p. 7-23, 1998.

SOUTO, M. **COVID-19: Aspectos Gerais e Implicações Globais**. RECITAL Revista de Educação, Ciência e Tecnologia de Almenara, v. 2, n. 1, 2020.

SOUZA, J. F. **Pesquisa-Ação Participante: Realidades e Desafios**. Tóp. Educ., Recife, v. 15, n. 1/2, p. 65-104, 1997.

WASELFISZ, J. J. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de Mulheres No Brasil**. 1 ed., Brasília, 2015.

World Health Organization. **WHO COVID-19 Dashboard**. Geneva, 2020. Disponível em: <<https://covid19.who.int/>>. Acesso em: 08 fev. 2022.

ZETKIN, C. **Quarto Congresso da Internacional Comunista**. Moscou, 1922. Disponível em: <<https://www.marxists.org/archive/zetkin/1922/ci/women.htm>, marxists.org.>. Acesso em: 5 dez. 2021.

ANEXOS

ANEXO A - Termo de consentimento de utilização de imagem e roteiro para as entrevistas.....	74
ANEXO B - Edital de participação na II Feira Crias da BXD.....	76
ANEXO C - Edital de participação na IV Feira Crias da BXD	78

ANEXO A - TERMO DE CONSENTIMENTO DE UTILIZAÇÃO DE IMAGEM E ROTEIRO PARA AS ENTREVISTAS

Termo de consentimento de utilização de imagem
<p>Entrevistada: Eu, xxxxxxxx xxxxxx, portadora do RG número xx.xxx.xxx-x, CPF xxx.xxx.xxx-xx, aceito participar da pesquisa FEIRA CRIAS DA BXD: A CONSTRUÇÃO DE ESPAÇOS DE PROTAGONISMO FEMININO NA BAIXADA FLUMINENSE. Fui informada de que o conteúdo da minha entrevista será utilizado apenas para fins educativos e que poderei deixar de participar a qualquer momento.</p> <p>Enfim, tendo compreendido a natureza e o objetivo do já referido estudo, estou totalmente ciente de que não haverá nenhuma despesa e também não receberei qualquer remuneração por esta autorização.</p> <p>Entrevistadora: As suas respostas contribuirão para o avanço do conhecimento científico da área e será garantido o acesso às informações sobre a pesquisa, após a conclusão da mesma. A autorização é voluntária, sua privacidade será respeitada, ou seja, o seu nome ou qualquer outro dado ou elemento que possa de qualquer forma a identificá-la será mantido em sigilo. Você quer se identificar? (podemos utilizar o seu nome?)</p>
Roteiro
<ol style="list-style-type: none">1. Leitura do termo de consentimento para utilização de imagem.2. Explicar que essa é uma pesquisa de mestrado, desenvolvida por Juliana de Araújo Gallo, no Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. O objetivo é contar a história do projeto da Feira Crias da Baixada e conhecer as histórias de vida e o ponto de vista de algumas das participantes que integraram a feira. Se espera que com esse trabalho tenhamos um registro desse movimento de mulheres, além da produção de um conhecimento que se centraliza no que mulheres periféricas têm a dizer.3. Perguntas:<ul style="list-style-type: none">- Qual sua idade, raça, religião, sexualidade e grau de escolaridade? Você tem filho(a)s?- Em qual município você reside? (Se não morar mais na Baixada Fluminense, pergunte sobre a época em que ela residia). Para você, como é viver neste local? Você poderia citar aspectos positivos e negativos de morar aí? Se sente segura? Há oportunidades de estudar e trabalhar?- O que te impulsionou a iniciar um empreendimento? Como foi (ou tem sido) essa experiência para você?- Como você conheceu a Feira Crias da Baixada? O que te chamou atenção na proposta e de quantas edições você participou?

- Você já havia participado de outras feiras? O que você achou do local, da estrutura, organização da Crias da Baixada?
- Fez novos contatos e amizades durante o evento?
- Entre 2019 e 2020 aconteceram 4 edições da Crias, mas o projeto foi interrompido por conta da Pandemia de Covid-19. Você acredita importante que mais projetos como este aconteçam nos espaços públicos da Baixada Fluminense atualmente? Por quê? Você conhece alguma outra proposta parecida?
- Além dos eventos culturais, a pandemia atravessou nossas vidas de muitas maneiras: na saúde, nos estudos e trabalhos, em nossas famílias e ciclos sociais. Como tem sido, para você, passar por esse momento?
- Com relação ao trabalho e/ou estudo, o que você tem feito atualmente?
- Quais são os planos, sonhos e ambições que te movem?

ANEXO B - EDITAL DE PARTICIPAÇÃO NA II FEIRA CRIAS DA BXD



EDITAL DE PARTICIPAÇÃO

A Feira cultural **CRIAS da BXD** tem por finalidade dar visibilidade ao trabalho de **mulheres** da Baixada Fluminense que tenham como fonte de renda pequenos empreendimentos, produções ou trabalhos de cunho artístico e artesanal. Além disso, a feira visa o estímulo de uma nova lógica de consumo voltada para a valorização do trabalho feminino e a troca de vivências entre essas mulheres e o público presente.

FUNCIONAMENTO DA FEIRA

- 1) A II Feira CRIAS da BXD ocorrerá no dia 01 de outubro (terça-feira) de 9hrs às 18hrs no Complexo Cultural de Nova Iguaçu, localizado na Rua Getúlio Vargas, nº51 – Centro/Nova Iguaçu.
- 2) O horário de chegada dos expositores é de 1h de antecedência para definição dos espaços que serão ocupados pelos mesmos. Ao chegar no espaço, o expositor deve procurar imediatamente a produção antes de ocupar qualquer espaço pré definido.
- 3) O número de expositoras deve corresponder a, no mínimo, 80% de mulheres. Pessoas trans e não-binárias são muito bem vindas e sua participação como expositoras será priorizada, assim como a de mulheres cis. Os outros 20% poderão ser ocupados por homens cis, desde que compreendam que a Feira é um espaço de protagonismo feminino. Cabe ressaltar que não serão toleradas quaisquer tipos de discriminação, racismo, machismo, LGBTQIfobia, dentre outras; estando sujeitas a denúncias formais.
- 4) A inscrição será efetivada a partir do preenchimento do formulário <https://forms.gle/9cQCtaBdEai3Jk3w5> e após o recebimento do e-mail de confirmação. Cabe

mencionar que será feita uma curadoria por parte da equipe de produção, que selecionará as expositoras que se enquadram no tipo do evento. Após a confirmação, enviaremos as informações necessárias para o pagamento da taxa de inscrição, no valor de R\$30,00. Tal valor corresponde ao espaço e o uso de 1 mesa e 1 cadeira. Para barracas ou carrinhos de alimentos e bebidas o custo será de R\$30,00 com direito a 2 vales alimentação para a equipe de produção. Feito o pagamento, a expositora estará com a participação confirmada. O valor pago pelos expositores cobre basicamente os custos da feira, como limpeza do espaço, equipamentos de som, equipe, além de material de divulgação e possíveis contratações.

Não serão aceitas inscrições após o dia 27 de Setembro, bem como o pagamento da inscrição, que deve ser feita, no máximo, até essa data.

5) Em caso de adiamento e/ou transferência da data por parte da comissão de organização, os expositores que pagaram a taxa de inscrição ficam automaticamente com a taxa em aberto para participar em qualquer outra edição, desde que avisado previamente.

6) Em caso de desistência a organização NÃO efetua ressarcimento da taxa de inscrição. Caso o expositor tenha reservado uma vaga e não possa comparecer ao evento, é preciso avisar a organização previamente e a taxa fica em aberto para que o expositor possa escolher uma próxima edição para participar. Não avisando dentro do prazo, o expositor perde a taxa, de forma que se quiser participar de outra edição, deverá pagar uma nova taxa.

7) Cada expositor será responsável pela ornamentação do seu espaço, desde que não ultrapasse o local delimitado pela produção do evento. Sendo de extrema importância que não sejam colados nenhum tipo de cartaz, placa, papel, banner ou qualquer outro informativo na parede do local. Poderão ser colocados no chão do espaço, na mesa ou pendurados em fio de nylon, o qual deve ser retirado no ato de desmontagem do espaço.

8) Cada expositor deve estar com o espaço totalmente desmontado no horário estabelecido para o término do evento. Cabendo ao mesmo organizar seu horário para que isso seja feito conforme estabelecido.

Após as condições mencionadas acima, estão abertas até o dia 15 de setembro às 23:59h as inscrições da Feira CRIAS da BXD.



EDITAL DE PARTICIPAÇÃO

A Feira cultural **CRIAS da BXD** tem por finalidade dar visibilidade ao trabalho de **mulheres** da Baixada Fluminense que tenham como fonte de renda pequenos empreendimentos, produções ou trabalhos de cunho artístico e artesanal. Além disso, a feira visa o estímulo de uma nova lógica de consumo voltada para a valorização do trabalho feminino e a troca de vivências entre essas mulheres e o público presente, para desta forma criar novas redes em um espaço seguro, de expressões culturais e respeito às diversidades.

FUNCIONAMENTO DA FEIRA

- 1) A IV Feira CRIAS da BXD ocorrerá no dia 07 DE MARÇO (sábado) de 10hs às 17hs na Praça do Pacificador - em frente ao Teatro Municipal Raul Cortez - Centro Caxias
- 2) O horário de chegada das expositoras é de 1h de antecedência para definição dos espaços que serão ocupados pelas mesmas. Ao chegar no local, a expositora deve procurar imediatamente a produção antes de ocupar qualquer espaço ou barraca pré definido.
- 3) A Feira Crias da BXD é um espaço de protagonismo feminino, mas onde Pessoas Trans e Não-Binárias são também muito bem vindas e sua participação como expositoras será priorizada, assim como a de mulheres cis. Acompanhantes e visitantes homens cis serão aceitos, desde que compreendam que a Feira é um espaço de protagonismo feminino. Cabe ressaltar que não serão toleradas quaisquer tipos de discriminação, racismo, machismo, LGBTQIfobia, dentre outras; estando sujeitas a denúncias formais.
- 4) A inscrição será efetivada a partir do preenchimento do formulário https://drive.google.com/open?id=1grpSmEKziSeXIjVLH1DRHpCILaP1jPd8JfG3_UHks e após o recebimento do e-mail de confirmação e pagamento da taxa de inscrição.

ATENÇÃO: Será feita uma curadoria por parte da equipe de produção, que selecionará as expositoras que se enquadram no perfil e número de vagas disponíveis no evento. Após a confirmação, enviaremos as informações necessárias para o pagamento da taxa de inscrição, no valor de R\$30,00. **Tal valor corresponde ao espaço no evento. O aluguel das barracas fica a parte deste valor**, tendo um custo adicional de R\$18,00 para 1 barraca no tamanho 1,50x1,00m.

Após o envio do comprovante de pagamento por e-mail, a expositora estará com a participação confirmada. O valor pago pelas expositoras cobre os custos da feira, como limpeza do espaço, equipamentos de som, equipe, além de material de divulgação e possíveis contratações.

O pagamento da inscrição deve ser feito, no máximo, em até 72h após o recebimento do e-mail de confirmação.

5) Em caso de adiamento e/ou transferência da data por parte da comissão de organização, as expositoras que pagaram a taxa de inscrição ficam automaticamente com a taxa em aberto para participar em qualquer outra edição, desde que avisado previamente.

6) Em caso de desistência, a organização NÃO efetua ressarcimento da taxa de inscrição. Caso o expositor tenha reservado uma vaga e não possa comparecer ao evento, é preciso avisar a organização previamente e - no caso de justificativas pertinentes - a taxa fica em aberto para que o expositor possa escolher uma próxima edição para participar. Não avisando dentro do prazo, o expositor perde a taxa, de forma que se quiser participar de outra edição, deverá pagar uma nova taxa.

7) Cada expositora será responsável pela ornamentação do seu espaço, desde que não ultrapasse o local delimitado pela produção do evento. Sendo de extrema importância que não sejam colados nenhum tipo de cartaz, placa, papel, banner ou qualquer outro informativo na parede do local, bem como nenhuma outra modificação permanente no espaço da praça. Poderão ser colocados no chão do espaço, na mesa ou pendurados em fio de nylon, o qual deve ser retirado no ato de desmontagem do espaço.

No caso de brechós, **serão permitidas a montagem de 2 araras de roupas por expositora**, visando a melhor organização e divisão do espaço.

Poderão ser usadas malas, caixotes e outras mobílias para complementar a exposição dos produtos, desde que o uso respeite os limites estabelecidos no espaço da Praça pela equipe de produção.

8) Cada expositora deve estar com o espaço totalmente desmontado no horário determinado para o término do evento. Cabendo à mesma organizar seu horário para que isso seja feito conforme estabelecido.

Nas condições mencionadas acima, estão abertas até o dia 29 de fevereiro de 2020 às 23:59h, as inscrições da Feira CRIAS da BXD.



Juliana Araújo
+
Thaís Costa

(21) 98995-1358
(21) 99475-0055

@criasdabxd
CRIAS da
BXD